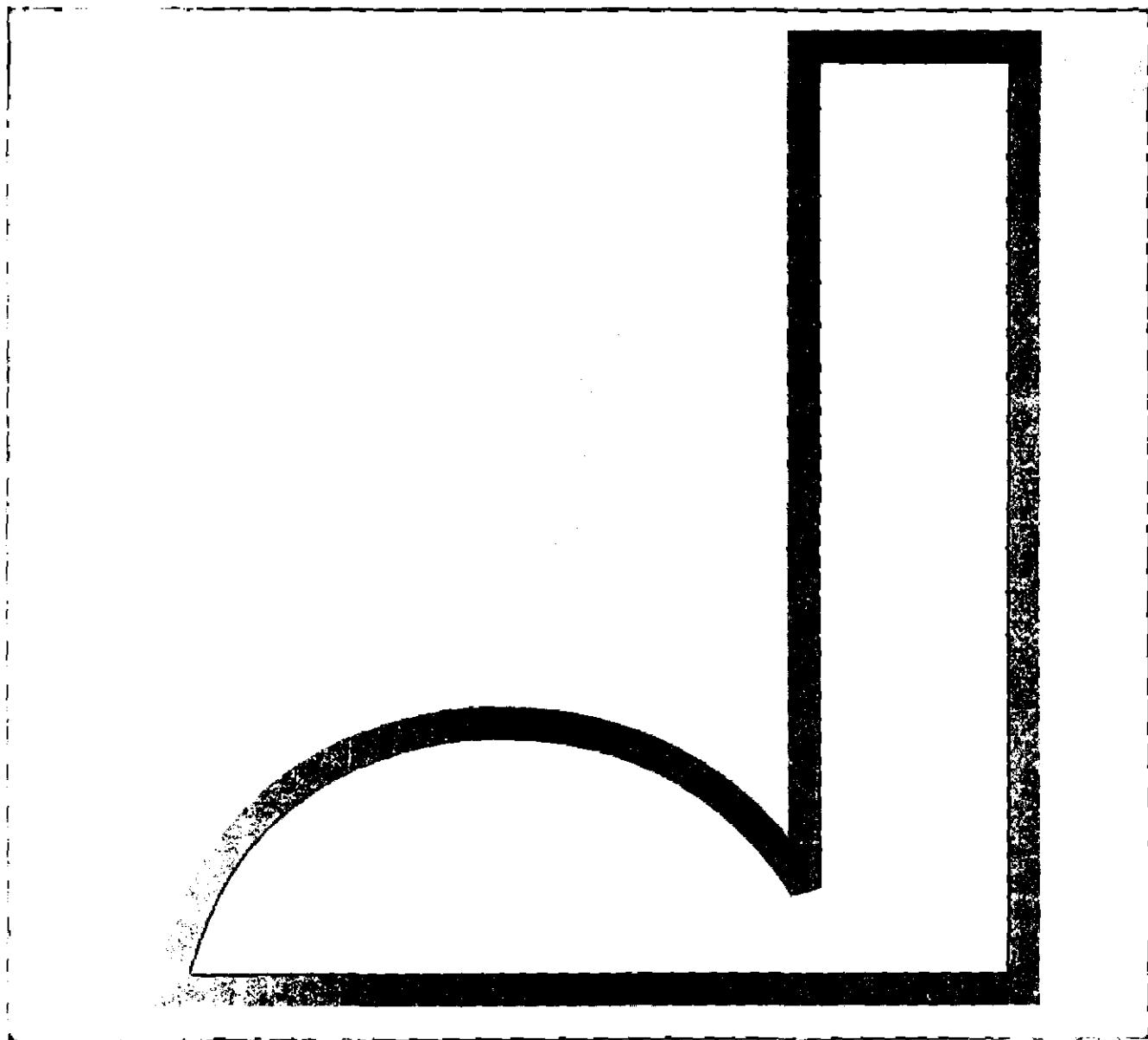




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i> <small>(1) Reeleitos em 2-4-97</small>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i> <small>(2) Designação: 30-6-99</small>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>José Roberto Arruda</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PFL - 21 Líder <i>Hugo Napoléodo</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) - 13 Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 13 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 3 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPS - 3 Líder <i>Paulo Hartung</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>
EXPEDIENTE		
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações <i>Júlio Werner Padross</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Orsiaga de Bozzo</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

SENADO FEDERAL

1 – ATA DA 20ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 4 DE FEVEREIRO DE 2000

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 69, de 2000 (nº 132/2000, na origem), de 28 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.960, de 28 de janeiro de 2000.....

01793

Nº 70, de 2000 (nº 133/2000, na origem), de 28 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000.....

01793

1.2.2 – Ofício

Nº 8/2000, de 3 do corrente, do Líder do PSDB no Senado Federal, de substituição e indicação de membro para a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Designação do Senador Geraldo Lessa para integrar, como suplente, a referida Comissão.....

01793

1.2.3 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 7, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Gilvam Borges, que dá nova redação ao art. 24, XV e inclui § 3º, no art. 230, da Constituição Federal. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

01793

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 53, de 2000, de autoria do Senador Francelino Pereira, solicitando que seja consignado um Voto de Aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, realizada entre os dias 21 e 29 de janeiro último. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....

01795

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR NABOR JÚNIOR – Críticas à redução das comissões pagas às agências de viagens pela emissão de passagens aéreas.....

01795

SENADOR BERNARDO CABRAL – Defesa da aprovação do projeto de lei que cria a Agência Nacional de Águas – ANA.....

01799

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Elogios à eliminação, pelo Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, das barreiras burocráticas que emperram o comércio exterior.....

01804

SENADOR LÚDIO COELHO – Considerações sobre a obrigatoriedade de reapresentação dos documentos relativos à propriedade de terras na faixa de fronteira.....

01807

SENADOR EDISON LOBÃO – Preocupação com a iminência de greve geral no Poder Judiciário.....

01810

SENADOR LAURO CAMPOS – Reflexão sobre a ética na política.....

01813

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Regozijo com o acolhimento, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, de emenda de sua autoria que possibilita aos servidores federais dos ex-territórios o recebimento de recursos para assistência médica e odontológica. Repúdio ao nepotismo no Poder Judiciário.....

01816

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Comentários sobre os fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.....	01816	1.2.6 – Leitura de requerimento Nº 54, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. À Mesa, para decisão..	01840
SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Inexistência de um modelo de desenvolvimento integrado para Brasília e a região do Entorno. Considerações sobre o aumento da violência no Distrito Federal e no Brasil. Defesa da limitação do uso de armas.....	01820	1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação	
SENADOR TIÃO VIANA – Debate sobre a evolução dos preços dos remédios no País.	01823	SENADOR FRANCELINO PEREIRA – Relato do sucesso da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, em Minas Gerais.....	01840
SENADOR NABOR JÚNIOR – Homenagem pelo transcurso do 4º aniversário da TV Senado.	01833	1.3 – ENCERRAMENTO	
SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Necessidade de aprofundamento das discussões sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e a emenda constitucional que estabelece a DRU.....	01834	2 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Críticas à demissão do indigenista Orlando Villas Boas pelo Presidente da Funai.	01835	3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 20ª Sessão Não Deliberativa em 4 de fevereiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, Nabor Júnior
Lúdio Coelho, Leomar Quintanilha e Tião Viana*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

OF. Nº 8/00-LPSDB

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Brasília, 3 de fevereiro de 2000

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Senhor Presidente,

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

Solicito a Vossa Excelência determinar as provisões necessárias no sentido de proceder a seguinte alteração quanto à composição do PSDB na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul: substituir o Senador Álvaro Dias pelo Senador Antero Paes de Barros como titular e incluir o Senador Geraldo Lessa como suplente da referida Comissão.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Será feita a substituição solicitada, e a Presidência designa o Senador Geraldo Lessa como membro suplente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2000

Dá nova redação ao art. 24, XV e inclui § 3º, no art. 230, da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam as seguintes emendas ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 24, inciso XV, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....
XV – proteção a infância, à juventude e ao idoso;"

EXPEDIENTE MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 69, de 2000 (nº 132/2000, na origem), de 28 de janeiro passado, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2000, que institui a Taxa de Serviços Administrativos – TSA, em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa, estabelece preços a serem cobrados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, cria a Taxa de Fiscalização Ambiental – TFA, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.960, de 2000, de 28 de janeiro de 2000.

Nº 70, de 2000 (nº 133/2000, na origem), de 28 de janeiro passado, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2000, que cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.961, de 2000, de 28 de janeiro de 2000.

(Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

Art. 2º O art. 230, da Constituição Federal é acrescido dos seguintes parágrafos 3º e 4º:

"Art. 230.

§ 3º Aos maiores de 65 anos é assegurado o acesso gratuito aos órgãos do Poder Judiciário.

§ 4º A União e os Estados criarão juizados especiais com competência para processar e julgar ações que versem sobre a proteção e direitos dos idosos, assegurados nesta Constituição e na lei".

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação de sua promulgação.

Justificação

A Organização das Nações Unidas declarou 1999 o "Ano Internacional do Idoso". Com essa declaração, a ONU formaliza a preocupação crescente dos Estados-Membros com a situação e o tratamento confiado aos idosos no mundo.

A ONU, aliás, na última década, tem dedicado especial atenção à questão dos idosos, sendo digna de destaque a Declaração de Princípios em Favor das Pessoas Idosas, adotada na Assembléia Geral, em 1991 (Resolução nº 46/91). Essa resolução – concisa e precisa, como é da tradição dos textos internacionais que disciplinam temas universais – recomenda aos governos, que incorporem os seguintes princípios às suas legislações e programas nacionais em prol dos idosos: independência, participação, cuidados, auto-realização e dignidade.

O Brasil sempre desconheceu o problema dos idosos, conduzido que era por bordões, jargões e lugares-comuns que afirmavam ser este "o país do futuro" e "um país jovem." Ao futuro, ou seja, aos jovens, tudo, aos idosos, somente a memória.

Recentemente, contudo, a sociedade brasileira parece ter despertado para a questão dos idosos, seus problemas e suas necessidades. Essa tomada de consciência é fruto de uma maior percepção da realidade nacional, na medida que, diuturnamente, a opinião pública vem sendo alertada sobre os problemas vividos pelos cidadãos mais experientes, suas lutas e as dificuldades advindas com a redução do poder aquisitivo, após a aposentadoria.

É de público conhecimento, também, que, nos últimos, o número de filhos por casal tem diminuído de modo considerável, sobretudo na denominada classe média.

Como consequência dessa desaceleração na taxa de natalidade tem-se observado que a popula-

ção brasileira, vem, aos poucos envelhecendo, tendo, desta maneira, aumentado significativamente o número de idosos.

Essa nova realidade – população mais velha e com maior expectativa de vida – conduziu o Governo e a sociedade a repensarem suas políticas e convicções respectivamente, em relação aos idosos, já que estes passaram a representar parcela considerável da população, inclusive da população economicamente ativa.

Cumpre relevar, porém, que, apesar de a experiência de vida do brasileiro ter aumentado nos últimos anos, nosso País ainda não pode ser erigido ao seletivo grupo das nações que conferem aos idosos condições condignas de vida. A realidade por aqui, aliás, é outra. Abundam, no noticiário das TV, das rádios e dos jornais, testemunhos e relatos de maus-tratos, desrespeitos e golpes criminosos, cujas vítimas são cidadãos mais velhos.

A vida, em geral, dura para os brasileiros, mostra-se ainda mais cruel para os nossos idosos. Com a presente iniciativa visando amenizar um pouco do sofrimento a que são submetidos milhões de idosos em nosso País, facilitando-lhes ao máximo o acesso ao Poder Judiciário.

Sabemos, entretanto, que não lhes basta garantir o pleno acesso à prestação jurisdicional. Para que os idosos sejam de fato respeitados em nosso País, é mister que se edite um conjunto de normas jurídicas que vise lhes garantir o direito a uma vida digna e justa.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2000. – Senadores Gilvam Borges – Ramez Tebet – Nabor Júnior – Wellington Roberto – Agnelo Alves – Edison Lobão – Bello Parga – Jorge Bornhausen – Lúdio Coelho – Freitas Neto – Mozarildo Cavalcanti – Carlos Wilson – Alberto Silva – Paulo Souza – Sebastião Rocha – Jefferson Péres – Juvêncio da Fonseca – Tião Viana – Heloísa Helena – Casildo Maldaner – Lauro Campos – Marina Silveira – Hugo Napoleão – Osmar Dias – Arlindo Porto – Pedro Simon – Emilia Fernandes – Leomar Quintanilha – Luzia Toledo.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre:

XV – proteção à infância e à juventude;

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º Os programas de ampastos aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

(*À Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes nos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria será publicada e despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2000

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, que seja consignado um voto de aplauso à 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, festival realizado com grande sucesso entre os dias 21 e 29 de janeiro deste ano, na histórica cidade de Tiradentes, em Minas Gerais. A Mostra foi promovida pelos jovens empresários Raquel Hallak D'Angelo e Quintino Vargas, da empresa Universo Produção, com sede em Belo Horizonte.

Justificação

Entre 30 e 40 mil pessoas participaram, este ano, da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes, aberta e gratuita. Nos oito dias do período, 29 longas-metragens e 42 curtas-metragens foram mostrados. Trinta e nove vídeos exibidos.

A Mostra de Tiradentes tornou-se assim o maior espaço dedicado ao cinema brasileiro dentro do País. Minas Gerais, que sempre teve uma forte presença cultural no seio da sociedade brasileira – com a música, a literatura, a arquitetura, a dança, a pintura, etc. – estava carente de uma promoção que equilibrasse melhor a geografia do cinema no território do País.

Já há três anos, a Mostra de Tiradentes vai cumprindo com sabor mineiríssimo essa tarefa, consolidando-se, cada vez com maior sucesso. E mais, a Mostra está se desdobrando, ainda este ano, para outras sete cidades históricas, um novo calendário de eventos que inicia o 1º Circuito de Cinema em Minas. Sua importância no cenário do cinema brasileiro e

seu impacto local justificam plenamente esse voto de aplauso.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2000. – Senador **Francelino Pereira**.

(*À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, recebi, no início da semana, mensagem da Seção do Acre da Associação Brasileira de Agências de Viagens, ABAV, denunciando a atitude unilateral adotada pelas empresas aéreas norte-americanas – logo acompanhadas pelas congêneres nacionais e algumas européias – de reduzir as comissões pagas àqueles estabelecimentos, referentes à emissão de passagens.

O assunto já foi abordado nesta tribuna pelo nobre Senador Moreira Mendes, mas o agravamento do problema está a exigir uma tomada de posição mais firme e mais positiva da Casa, como representante da cidadania e defensora dos legítimos interesses nacionais. O que não se pode admitir, na realidade, é ver aquela atitude lesiva a milhares de famílias ser levada às últimas consequências, sem qualquer respeito à gravidade do quadro econômico e social que hoje vivemos.

Há poucos dias, o Congresso aprovou projeto que proibiu a implantação dos auto-serviços de abastecimento nos postos de gasolina, numa clara demonstração de que está acordando para a necessidade de refrear um pouco a ganância do empresariado, que, em grande parte, passa por cima de qualquer princípio ético ou humano, quando se trata de ganhar algumas frações percentuais de lucro.

Sou um defensor firme e resoluto das regras de mercado. Acredito na livre competição como o melhor caminho para uma economia forte, pujante, capaz de realizar os nossos sonhos de progresso e de bem-estar coletivo no novo século. Mas, ao mesmo tempo, não abro mão de mecanismos capazes de domar a ferocidade predatória, o canibalismo social, a explosão descontrolada do desemprego e da miséria no País.

Todos assistimos, com variáveis graus de interesse, à invasão das rotas aéreas internacionais por grandes companhias estrangeiras. Ao mesmo tempo em que recebímos informações relativas à tibieza estrutural das nossas empresas, chegava-nos às

mãos o material publicitário e promocional daqueles gigantes que começavam a abocanhar as melhores linhas entre o Brasil e o exterior.

Como em todo processo de conquista, os primeiros passos das empresas foram cativantes e altamente rentáveis para as agências de viagens, envolvendo desde brindes, cortesias e up-grades, até a prática de bonificações por fora, para quem se emprenhasse na venda de seus bilhetes, em detrimento das concorrentes nacionais. Essas denúncias nunca foram comprovadas, mas são correntes no meio turístico, numa reiteração do velho adágio de que "onde existe fumaça, existe fogo".

O fato é que as empresas aéreas nacionais, que já viviam tempos difíceis e nebulosos, mergulharam em crises nunca vistas e déficit crescentes; muitas fecharam importantes posições no exterior, tirando a bandeira nacional de aeroportos, onde, tradicionalmente comparecíamos com regularidade e eficiência.

Veio, então, o segundo passo da conquista do tráfego aéreo internacional pelas grandes empresas estrangeiras. Elas não precisavam continuar adulando os agentes de viagens e, em busca da redução de custos que lhe permita manter as atuais tarifas predatórias, voltaram-se justamente contra os emissores de bilhetes, podando abrupta e covardemente as suas comissões.

Essa prática foi adotada inicialmente pela American Airlines, logo seguida pela VARIG, pelas outras três empresas norte-americanas que operam no Brasil – United, Delta e Continental – e por, pelo menos, duas européias, Lufthansa e British Airways, além das nacionais TAM e Transbrasil. Todas cortaram parte substancial do que pagavam às agências por seu valioso trabalho na emissão de bilhetes.

É necessário conceituar a questão em seus precisos termos. As agências de viagem não estão explorando as empresas; muito pelo contrário, o uso de agentes autônomos sai mais barato e potencializa a presença das linhas aéreas, porque evita gastos importantes, com abertura e operação de postos das próprias empresas. Essa antiga terceirização deu certo justamente porque, remunerando o agente com a comissão sobre suas vendas, as empresas faturam com o trabalho delas – e pagar aquela comissão se torna, portanto, uma grande economia de investimentos em instalações físicas e equipamentos eletrônicos, todos de alto custo financeiro.

Tal golpe despropositado, no orçamento das agências, tem grandes dimensões. Pode parecer pouco, mas não é: a remuneração dos agentes, pela emissão de bilhetes internacionais, que era, oficial-

mente, de 9% brutos sobre o seu valor, caiu para 6%, ou seja, um terço a menos.

Pior ainda: de olho grande no ganho decorrente do corte nas comissões das viagens internacionais, as empresas nacionais subtraíram 30% das comissões que pagavam na emissão de bilhetes domésticos, cujas comissões caíram de 10% para meros 7% – uma sangria de 30% no faturamento das agências.

Estou recebendo o valor do documento do Sindicato dos Empregados das Empresas de Turismo de São Paulo, o SEETUR – Carta Aberta às Autoridades Públicas Competentes.

Nesse manifesto, com preocupação e apreensão, aqueles trabalhadores expõem números e circunstâncias realmente dignos de ponderada análise, numa correlação direta.

O corte superior a 30% nas comissões dos bilhetes nacionais e internacionais, segundo denuncia o documento, vai ter uma força equivalente no mercado de trabalho que deverá fechar 30% dos postos hoje ocupados.

E acrescenta: "O dramático desequilíbrio social, resultante da referida medida antipatriótica, provocará ainda prejuízos adicionais em toda a cadeia produtiva de serviços, exercendo seus impactos negativos em nada menos que 52 setores econômicos – todos impactados direta ou indiretamente pela atividade turística nacional".

Esse corte nas comissões dos agentes vai resultar, em última instância, num sério prejuízo para os consumidores, como já tive oportunidade de explicar há pouco. Ouçamos agora o argumento claro e objetivo do Seetur:

"A qualidade do atendimento prestado ao consumidor final – aos atuais e potenciais usuários do transporte aéreo no País (turistas brasileiro e estrangeiros em visita ao Brasil) – será altamente prejudicada, uma vez que as empresas aéreas não possuem capacidade administrativa, técnica, operacional nem recursos humanos treinados e qualificados para oferecerem a necessária e completa infra-estrutura de apoio exigida pela demanda, atualmente servida pelos trabalhadores de mais de 12 mil agências de viagens existentes no território nacional".

Sr. Presidente, Sr*s. e Srs. Senadores, vou solicitar, no final deste pronunciamento, a transcrição integral dos referidos documentos, a carta recebida da ABAV e o manifesto do Sindicato dos Trabalhadores em Turismo – que configura um caso digno de regis-

tro, pela convergência de palavras e atitudes de patrões e empregados, por meio de suas legítimas entidades representativas.

Mas faço questão de ler, para ciência do Plenário, outra parte da Carta Aberta do Seetur:

"Além da queda na produtividade das agências de viagens, que constituem fonte de crédito para a movimentação de recursos e geração de impostos em todas as regiões do País, a eventual apatia do Governo e das demais autoridades públicas competentes estimulará em definitivo o rompimento de uma aliança comercial estratégica para a Indústria do Turismo."

E conclui:

"A meta pretendida pela Embratur, que prevê para 2003 gerar mais 500 mil novos postos de trabalho será, obviamente, inatingível. O fluxo de investimentos privados no setor também não superará os US\$6 bilhões já divulgados pelo órgão, como desejáveis."

Tudo isso – é bom que a Casa não esqueça – está acontecendo em meio a uma das maiores crises do setor turístico nas últimas décadas, crise motivada – acima de tudo – pela maxidesvalorização do Real, ocorrida no início do ano passado. E as consequências, como não poderiam deixar de ocorrer, são dramáticas e carentes de uma ação severa por parte das autoridades.

Sr. Presidente, Sr^{os}s. e Srs. Senadores, este episódio traz às consciências nacionais novamente uma lição de sobrevivência: todos os países hoje poderosos tiveram efetivamente de abrir as portas e a economia à competição mundial – mas sempre procuraram, de alguma forma, preservar condições mínimas de sobrevivência para seus próprios empresários.

O Brasil não pode continuar permitindo que grupos estrangeiros ditem regras em setores essenciais de sua vida, como é o dos transportes aéreos; a omissão das nossas autoridades permitiu que as empresas norte-americanas praticuem essa truculência contra os agentes de viagem; a mesma omissão incentivou as empresas nacionais a tomarem idêntica atitude, estendendo sua voracidade também aos trechos domésticos.

Rogo à Presidência que autorize a transcrição no **Diário do Senado Federal** e nos Anais da Casa, como partes integrantes deste discurso, do documento emitido por um grupo de entidades, liderado pela ABAV, e a Carta Aberta às Autoridades Públicas Competentes, divulgada pelo Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo do Estado de São Paulo.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Com muito prazer, concedo o aparte ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Nabor Júnior, não preciso ressaltar que V. Ex^a acerta em cheio ao pedir a transcrição nos Anais da Casa do documento elaborado pelo Sindicato e, sobretudo, pelo discurso que pronuncia, alertando para a desnacionalização, para a forma criminosa adotada, na qual é permitido que os de fora venham dar solução aos problemas nacionais. Solidarizo-me com V. Ex^a, com os agentes de viagem, que já têm dificuldades de sobreviver, sobretudo na nossa região. E com essa redução que obriga as nossas companhias nacionais a seguirem os passos das estrangeiras, sobretudo agora, quero ressaltar que estaremos, naquela região, cada dia aumentando um prejuízo enorme. Cumprimento V. Ex^a, Senador Nabor Júnior, e solicito que, além de ser transcrita nos Anais, o discurso de V. Ex^a seja enviado pela Presidência do Senado a todas as companhias aéreas nacionais e estrangeiras.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral, pelo seu valioso aparte, que ressalta a gravidade desse problema e a iminência de vermos agravado, ainda mais, o drama do desemprego no Brasil, porque a situação que hoje denunciamos vai contribuir para reduzir em cerca de 30% os postos de trabalho nas 12 mil agências de viagens que trabalham em todo o País.

Faço questão de advertir também os que só se preocupam com os números da economia e não se importam com os dramas sociais vividos pelas famílias, angustiadas com as perspectivas de desemprego nos mais diversos campos profissionais.

É importante que todos saibam que a Embratur esperava criar, até o ano 2003, 500 novos postos de trabalho nessas agências de viagens e em outros estabelecimentos com atividades ligadas ao setor. Mas, contrariamente a essa previsão, teremos uma redução dos postos de trabalho, o que aumentará o rol dos desempregados, que hoje somam milhões de brasileiros.

Esse é um grave problema, pois, ao reduzir a receita das empresas em 30%, poderá levá-las a demitir empregados. Tal quadro, deveras preocupante, exige medidas imediatas e energéticas por parte das autoridades constituídas no País. Não podemos concordar com a adoção dessas medidas em um momento de crise econômico-financeira, sobretudo em face do grande desemprego que estamos vivenciando no Brasil.

Agradeço, portanto, o oportuno e valioso aparte de V. Ex^a, que, com muito prazer, insiro no meu pronunciamento.

E concluo destacando a necessidade de tomarmos consciência de dois aspectos fundamentais da questão que hoje abordo nesta tribuna: a importância de propiciar aos cidadãos serviços melhores, mais baratos e revestidos de circunstâncias éticas, sem abandonar o respeito ao trabalho e aos que fazem do progresso do País a razão e o sonho maior de suas vidas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR NABOR JÚNIOR EM SEU DISCURSO:

De acordo com as recentes estimativas da Subcomissão de Turismo da Câmara dos Deputados – fundamentadas em dados estatísticos – das inúmeras tribunas populares, muitas vozes de apoio se somaram à nossa causa legítima. Anexamos, à presente correspondência pública, alguns dos vários pronunciamentos parlamentares que ecoam no Brasil, pois compreendem uma voz uníssona em defesa da soberania nacional: chega de desemprego!

Mais de 46 mil empregos diretos e 416 mil indiretos estão sendo ameaçados no Brasil, caso a decisão unilateral das concessionárias de um serviço público, reguladas pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, prevaleça; seja, sob a forma de qualquer desculpa, indevidamente mantida.

Nada justifica o desemprego. Não podemos compactuar com a crise social, com os impactos negativos que seriam causados em 52 setores da economia nacional – todos setores produtivos e que sofreriam os traumáticos efeitos da crise provocada pela desarticulação da malha responsável pela distribuição e promoção do Turismo. Referimo-nos aos indesejáveis prejuízos decorrentes do real desequilíbrio de mais de 12 mil empresas empregadoras.

Na prática, não é possível admitir a expulsão do mercado de trabalho de uma mão-de-obra altamente qualificada, especializada, atualmente empregada e fatalmente fadada à crueza dos processos que visam concentrar mercados.

Neste cenário, dirigimo-nos à Vossa Excelência para solicitar que cerre fileiras com as Agências de Viagens brasileiras, que clamam pela imediata suspensão dessa medida abusiva, unilateral, imposta pelas companhias aéreas.

A globalização não pode inibir a qualidade e o desempenho dos profissionais que estão aptos e dedicados ao atendimento de seus potenciais e atuais clientes. O propagado argumento da produtividade, da tendência internacional, não pode ser aceito como pretexto para desempregar chefes de família. Se reina a incompetência administrativa para quem detém a concessão de um serviço público – o transporte aéreo nacional – sejamos então, agentes de viagens e governo federal, no mínimo, socialmente justos!

As lideranças do nosso segmento, repetidamente, enfatizam unidas o foco no consumidor final. Sabemos que muitos compreendem o que isto realmente significa: a prioridade, a razão de existirmos, como fonte geradora de riquezas, é o ser humano. Razão de ser da própria atividade turística e da produtividade, aérea, marítima, ferroviária e terrestre.

Para cada um de nós, cidadãos brasileiros, legítimos ou radicados no País, a própria existência social é definida pelo trabalho que realizamos. Estamos confiantes em poder contar com os promissores resultados previstos para o Destino Brasil. As entidades representativas das agências de viagens brasileiras, In-

cansáveis, mobilizam esforços para ressaltar o potencial turístico nacional. Muito especialmente o sempre idealista e competente presidente da Embratur, Caio Luiz de Carvalho, assim como várias autoridades públicas e privadas, estaduais e municipais, acertam ao planejarem o desenvolvimento sustentado, ecológico e politicamente correto do Turismo Nacional.

Totalmente alicerçadas nas perspectivas apontadas pela Embratur, que revelam ser possível gerar, até o ano de 2003, mais de 500 mil novos postos de trabalho no Setor; arrecadar mais de US\$7 bilhões de impostos, movimentando no ano US\$38 bilhões diretos e indiretos, todas as agências de viagens brasileiras contam compartilhar com Vossa Excelência um objetivo comum. Que sejamos vitoriosos, todos nós brasileiros!

Golaci Alves Guimarães, Presidente da Abav Nacional.

CARTA ABERTA ÀS AUTORIDADES PÚBLICAS COMPETENTES

Prezados Senhores e Senhoras:

É com grande preocupação e apreensão que encaminhamos algumas informações para a ciência de Vossas Excelências e desde já aguardamos suas imediatas providências:

1) A redução de 33% sobre a remuneração das agências de viagens brasileiras, imposta por decisão unilateral e abusiva das companhias aéreas norte-americanas, secundadas pela Varig, TAM e Transbrasil, coloca em risco mais de 30% dos postos de trabalho proporcionados, sobretudo, por micro e pequenas empresas do setor no Estado de São Paulo, polo emissor que concentra cerca de 50% do mercado nacional.

2) O dramático desequilíbrio social, resultante da referida medida antipatriótica, provocará ainda prejuízos adicionais em toda a cadeia produtiva de serviços, exercendo seus impactos negativos em nada menos do que 52 setores econômicos – todos impactados diretamente ou indiretamente pela atividade turística nacional.

3) A qualidade do atendimento prestado ao consumidor final – aos atuais e potenciais usuários do transporte aéreo no País (turistas brasileiros e estrangeiros em visita ao Brasil) – será altamente prejudicada: uma vez que as empresas aéreas não possuem capacidade administrativa técnica, operacional, nem recursos humanos treinados e qualificados para oferecerem a necessária e completa infra-estrutura de apoio exigida pela demanda, atualmente servida pelos trabalhadores de mais de 12 mil agências de viagens existentes no território nacional.

4) O até então vitorioso e promissor processo de captação de divisas para o País, fruto do empenho profissional dos agentes de viagens brasileiros que fomentam o turismo receptivo, encontrará, portanto sérias dificuldades para alcançar os mesmos índices de crescimento registrados nos últimos dois anos, com destaque para 1998 e 1999.

5) Sabemos que o turismo é uma via de mão dupla. Sem que os nossos empregadores possam contar com a justa receita devida pelas companhias aéreas, que representa, em média, 68% de seu faturamento mensal, será impossível manter atuante a força de trabalho que alicerça todo o setor – senão para promover ações de protesto e manifestações de repúdio inevitáveis, compatíveis com a indignação e a revolta de quem é alijado de sua legítima fonte de sobrevivência.

6) Campanhas públicas de orientação gratuita realizadas como rotina pelos trabalhadores das agê-

clases de viagens que atendem aos turistas, orientando sobre a necessidade de vacinação, preservação do meio ambiente, controle de documentação, pagamento de taxas entre outros tantos serviços agregados de real interesse coletivo, certamente, estarão enfraquecidas esvaziadas pela perda da capacidade que representamos.

7) A saudável competitividade existente entre as companhias aéreas, atualmente comprometida pela ação coordenada de aumento real da tarifa, sendo praticada às custas da subtração da remuneração das agências de viagens, indica também o intuito dos grupos econômicos que pretendem, impunemente, estancar o processo de democratização do acesso da população ao transporte aéreo, como iniciado em 1998.

8) Além de queda na produtividade das agências de viagens, que constituem fonte de crédito para a movimentação de recursos e geração de impostos em todas as regiões do País, a eventual apatia do Governo e das demais autoridades públicas competentes, estimulará em definitivo o rompimento de uma aliança comercial estratégica para a Indústria do Turismo. A vontade política será decisiva para restabelecer parâmetros de fortalecimento das empresas aéreas de bandeira nacional, mesmo que no atual momento, elas sofram de um elevado grau de miopia.

9) A meta pretendida pela Embratur, que prevê para 2003 gerar mais 500 mil novos postos de trabalho, será, obviamente, inatingível.

10) O fluxo de investimentos privados no setor também não superará os US\$6 bilhões já divulgados pelo órgão oficial, como desejado.

Luiz Vecchla, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Turismo do Estado de São Paulo – 2-2-2000.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Nabor Júnior, com relação ao requerimento que formulou, V. Ex^e será atendido, na forma regimental.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, eis-me de volta à tribuna do Senado Federal para falar de um assunto que tenho analisado desde o primeiro dia do meu mandato nesta Casa: Recursos hídricos! Água!

Merce ser lembrado que o Parlamento recebeu, em 2 de setembro de 1999, os Projetos de Lei n^os 1.616/99 e 1.617/99, este inicialmente em regime de urgência.

O primeiro trata da regulação da Lei n^o 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que, como a Casa está lembrada, transformou-se na Lei de Recursos Hídricos, muito debatida não só na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, como aqui no plenário. Era importante que atentássemos para o risco daquela célebre frase de que a água era um bem interminável, renovável, em relação ao qual jamais precisaríamos ter pre-

ocupação. Lembro isso porque vai ficando esmaecido na opinião pública o problema sério que é a água.

O segundo projeto, Sr. Presidente, dá condições operacionais, sob o ponto de vista institucional, administrativo e financeiro, para a mesma Lei n^o 9.433, propondo a criação da Agência Nacional de Águas, que tomou a sigla ANA.

A maturação da Lei n^o 9.433/97 teve seu início em 1978, com a criação do Comitê Especial de Estudos Integrados de Bacias Hidrográficas – CEEIBH, por meio de uma portaria interministerial do Ministro de Minas e Energia e do então Ministro do Interior.

Passaram-se 19 anos – pasmem, Srs. Senadores – para que tivéssemos a lei que define a Política Nacional de Recursos Hídricos e estabelece o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Não quero nem recordar, quando discutímos, a luta entre alguns Ministérios – e não quero nominalizar, para não entrar no problema da chamada disputa de prestígio –, criando embaraços, já não digo dificuldades intransponíveis porque acabamos por aprovar a, para a boa tramitação da matéria. Até que enfim, Sr. Presidente, tivemos a aprovação da Lei n^o 9.433. Agora, o Poder Executivo vem de propor a criação da Agência Nacional de Águas.

A minha preocupação é tão grande com a questão dos recursos hídricos que mantendo uma assessoria técnica especializada desde o primeiro dia do meu mandato, sob sacrifício de outras áreas, em face da pequena estrutura de que disponho de acordo com o Regimento Interno e as normas da Casa. Aqui, Sr. Presidente, faço um parêntese para que conste nos Anais da Casa que, entre esses colaboradores, não posso deixar de citar um especialista na matéria, que é o Professor Arnaldo Augusto Setti, que tem tido com a nossa equipe uma grande dedicação, chegando a ir também a reuniões com órgãos interessados.

Relembro que, neste mesmo plenário, em discurso feito em comemoração ao Dia Mundial da Água, no dia 20 de março de 1998 – observem V. Ex^es o tempo já decorrido –, entre outras preocupações, mostrei que havia rumores da iniciativa de criação de uma Agência Nacional de Águas.

Fui contra. E os Anais registram, na histórica que fará sobre a matéria, o que é uma posição que evoluí. Fui contra, Sr. Presidente, porque entendia que a Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente tinha condições de se firmar como órgão de implementação e coordenação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Havia, ainda, a chance de realização de um concurso público para um quadro especial de analistas de recursos hídricos. Julguei que

era inoportuna a criação da Agência em razão do tumulto que poderia causar, esvaziando importantes ações que se encontravam em andamento.

O fato – e contra ele não há argumentos – é que o Poder Executivo, ao enviar o Projeto de Lei nº 1.617/99 (na Casa PLC nº 3/2000), reconheceu que a Secretaria de Recursos Hídricos, apesar de tão bem dirigida pelos renomados especialistas – Dr. Paulo Afonso Romano, Dr. Fernando Rodriguez e, atualmente, o Professor Raymundo Garrido – cuja presença muito me honra, pois se encontra, com seus companheiros e outros especialistas na Tribuna de Honra desta Casa –, não conseguiu, por questões institucionais, administrativas e estruturais, ocupar o espaço que lhe foi destinado inicialmente.

Tenho acompanhado as dificuldades e com a Secretaria me solidarizado.

Necessitou de um reforço! Praza aos céus possa ser definitivo ou, pelo menos, duradouro. Daí a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, objeto do PLC nº 3/2000. Dela, Sr. Presidente, fui honrado com a relatoria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pelo meu eminentíssimo Colega e Presidente, Senador José Agripino.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– V. Ex^a me permite um aparte, Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)
– Senador Bernardo Cabral, ouvir V. Ex^a é sempre um prazer, porque, além de um excelente tribuno, sempre traz grandes temas ao debate. Pode até parecer um paradoxo que, pertencendo, como eu próprio, à Região Amazônica, uma região onde há uma aparente abundância de água, seja justamente V. Ex^a a levantar, com tanta veemência, a questão da água, e a manifestar a sua preocupação com a criação da Agência Nacional de Águas. É evidente que esse tema ganhará uma consistência fundamental. Se V. Ex^a fosse um Parlamentar nordestino, que padece com a escassez da água no sertão, talvez fosse motivado pelo sofrimento que presencia. Mas V. Ex^a, com uma visão macro dos problemas nacionais, tem conduzido esse tema com muita sabedoria. Assim, desejo parabenizá-lo, ao mesmo tempo em que gostaria também de louvar o encaminhamento que vem sendo dado à criação da Agência Nacional da Água, embora eu lhe confesse, nobre Senador, a minha preocupação com os modismos. Vimos, há algum tempo, que o modismo era criar fundações e institutos, porque eles eram mais dinâmicos, mais simples, menos amarrados. E o

que vimos foram exemplos de enormes frustrações, como, por exemplo, a Fundação Nacional do Índio, para não citar outras. Mas, realmente, entendo que um tema dessa natureza precisa estar desamarrado de um Ministério ou até de um órgão hierarquicamente inferior a um Ministério; precisa ter uma dimensão efetivamente maior. Portanto, espero que essa agência venha a se concretizar e tenha a dimensão que merece. Como V. Ex^a frisou, sei que existem excelentes especialistas nacionais no assunto, mas me preocupo também com a realidade do colonialismo moderno, que é a questão da interferência das ONGs em todos os assuntos nacionais. Atualmente, as ONGs participam de tudo mesmo, principalmente no que concerne ao meio ambiente, à questão indígena e à questão dos direitos humanos. Tivemos, como exemplo, o recente acidente que aconteceu na baía da Guanabara, quando instituições nacionais foram solicitadas a expor o problema e, ao mesmo tempo, chamou-se o Greenpeace para que desse a sua versão sobre o ocorrido. Não se chamou, por exemplo, uma associação de pescadores, não se chamou uma associação de moradores da baía da Guanabara nem qualquer instituição não-governamental brasileira para falar sobre o assunto. Quero concluir o aparte dizendo que V. Ex^a tem o mérito não apenas por ter sido o primeiro a abordar esse assunto, mas por tê-lo defendido com muito ardor, embora, paradoxalmente, V. Ex^a pertença a uma região onde há muita água. Obrigado pela oportunidade de apartá-lo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, com uma felicidade ímpar, porque também pertence à Região Amazônica, V. Ex^a abordou o problema sob dois aspectos: antes e agora. Antes, no sentido de que o modismo poderia trazer prejuízo; agora, é uma realidade que não pode ser afastada.

Se nós dois fôssemos do Nordeste – por exemplo, representantes do Estado da Paraíba – e viessemos para a tribuna chamar a atenção do Senado para a seca que ali assola, para os açudes que se estão estiolando, dir-se-ia que estávamos lutando em causa própria, defendendo um assunto que nos dizia respeito pela dramática situação da região, que é a falta de água. No entanto, estamos aqui lembrando Joaquim Nabuco – é claro que, pelo menos da minha parte, há uma diferença entre a lamparina e o sol –, que, quando lutava pela abolição da escravatura, sendo natural de um engenho, as pessoas se surpreendiam: como ele poderia ser a favor da finalização de um assunto que servia aos seus ancestrais? Daí o valor da sua luta.

Faço essa comparação porque, se atualmente temos água na nossa região, que um dia não será tão

abundante quanto é hoje, precisamos, a tempo, vislumbrar o que vai acontecer. Se há 20 anos houvesse a preocupação de quem de direito – e não preciso nominar porque todos somos responsáveis – no sentido de prever o que iria acontecer – e se não fosse no Ceará aquele desvio que estamos sabendo do rio, também estaria na mesma dificuldade em que se encontra Pernambuco, em que se encontra a Paraíba –, iríamos encontrar a seguinte circunstância: em 2000, haveria uma fiscalização normal do desperdício, que é terrível neste País, onde todos desperdiçam água, como se isso fosse natural, seja na hora de escovar os dentes, quando a água escorre demais, seja um hidrante no meio da rua jorrando água – Senador Mozarildo Cavalcanti, chamo também a atenção do Colega Senador Carlos Patrocínio, que é médico e, portanto, sabe que da água podem surgir epidemias e endemias –, se, naquela altura, reafirmo, tivesse havido o cuidado das autoridades competentes nesse sentido, hoje não teríamos o custo da água no nível em que se encontra. Por que me refiro a isso? Há pessoas que estão desavisadas, que acreditam que, se instituirmos uma cobrança da água, teremos um problema social a se agravar. Mas muito mais agravado o problema ficará se hoje não tomarmos conhecimento disso.

Por isso, junto-me à preocupação de V. Ex^a. Eu disse, ainda há pouco, que praza aos céus que possa ser definitiva ou, pelo menos, duradoura essa circunstância de que a ANA suprirá o que não pôde ser feito, porque a Secretaria de Recursos Hídricos não lhe deram condições. Por que quero dizer isso? Porque a preocupação de V. Ex^a – e aí refiro-me às chamadas organizações não-governamentais – é absolutamente procedente, Senador Mozarildo Cavalcanti. Não temos como sair disso.

Há um vezo neste País de determinadas autoridades se curvarem às chamadas organizações não-governamentais – não sei se porque formam opinião pública e esse pessoal tem medo do julgamento público –, no sentido de que teremos de ouvi-las sempre. E é claro que algumas são até bem-intencionadas, mas outras tantas daquela região sabemos bem o que fazem. Como se não fosse possível encontrarmos o caminho para as soluções nacionais.

Veja que V. Ex^a apontou o problema do pescador. Como é que agora, só agora, depois de muito tempo tramitando em regime de urgência, o problema veio à tona, quando deveria ter sido resolvido há mais tempo com o controle da poluição das águas? Foi somente com o episódio na baía de Guanabara, quando o óleo jorrou – não sei atribuir a razão de a Petrobrás ter tido esse descuido –, que o Governo se lembrou de pedir

regime de urgência para o assunto. E aí, como disse V. Ex^a, chama as organizações não-governamentais para opinar sobre um assunto que deveria ser abordado exatamente por outros segmentos.

Acolho o aparte de V. Ex^a. Devo declarar que é bom que nós, daquela região, nos encontremos nessa mesma trincheira, porque o problema de água continua sendo sério e ficará muito mais. Já cunhei, desta tribuna, a frase que diz que "a água é o ouro do século XXI". Já chamei a atenção para o que está acontecendo no Oriente Médio: brigas entre países vizinhos, não mais para tomar um pouco do território do outro, mas pelo filete de rio que os separa; a fortuna que se gasta em países que dispõem de recursos para a dessanilização da água e, enquanto isso, estamos, aqui, meramente contemplativos na nossa riqueza e só agora se acorda para a realidade.

Chamo a atenção do Presidente Nabor Júnior, que, neste instante, está conduzindo os trabalhos da Casa e que também é da Região, porque representa o Estado do Acre, para uma circunstância que está havendo: já se pensa em lançar na Bolsa – trata-se de uma idéia dos Estados Unidos, que não é de agora – um papel chamado *watter commodities*, que entrará, dentro de mais alguns anos, com uma quantia da ordem de US\$20 bilhões – e eu tenho dito aos meus amigos que estou falando em bilhões e em dólares. Imaginem a riqueza que se encontra na nossa Região, se ela for bem administrada; se, dentro do nosso raciocínio, pusermos que os problemas nacionais têm que encontrar soluções nacionais. Por isso mesmo, digo que em meu voto, que espero seja apreciado na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, embora devesse ficar adstrito às atribuições da Comissão, fiz questão de exibir um quadro amplo da situação institucional e legal dos recursos hídricos no País, mostrando a urgência de providências para o seu efetivo gerenciamento, porque, efetivamente, é preciso que a Casa sinta que esse é um problema de gerenciamento.

Não é possível que não acordemos para uma realidade que está sendo posta a nossa frente, omitindo-nos – e a omissão é sempre grave, porque é um subproduto do nada e do não –, sem atacar de frente o que estamos vendo. Ressalto que, se o Poder Executivo vislumbrou a necessidade da Agência Nacional de Águas a fim de profissionalizar a área de gerenciamento de recursos hídricos, não me parece que se lhe deva negar apoio. Se, entretanto, houver um desvirtuamento disso, estejam certos, Srs. Senadores, de que voltarei a esta Tribuna para levar ao conhecimento dos meus eminentes Colegas o que está acontecendo.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço V. Ex^a, eminent Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Ilustre Senador Bernardo Cabral, o pronunciamento que V. Ex^a faz no dia de hoje, da Tribuna do Senado Federal, é tão importante e oportuno que tomei a iniciativa de deixar a Presidência dos trabalhos para vir ao Plenário e solicitar este aparte.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – O que muito me honra, Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Realmente, o tema é da maior atualidade e da maior gravidade. V. Ex^a já fez vários pronunciamentos, anteriores a este, chamando a atenção para o problema que pode ocorrer no mundo – não só no Brasil, mas no planeta inteiro –, em virtude da escassez de água dos próximos anos, se não houver medidas que possam disciplinar o uso desse precioso bem de que a natureza nos dotou, que é a água. Sempre digo que a água é até mais importante do que a luz, do que a própria alimentação. Pode-se sobreviver sem a luz; os nossos antepassados já sobreviveram sem ela, nas idades mais remotas; e também, às vezes, pode-se passar um largo período sem comida – mas sem água ninguém sobrevive tanto tempo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Por que é a própria vida. Perfeito.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Exatamente. Água é vida! Fico muito preocupado quando leio informações de desperdício de água como, por exemplo, nas nossas cidades. Recentemente, foi feito um levantamento pela Fundação Nacional de Saúde, em Rio Branco, capital do meu Estado, e constatou-se a perda de 60% do que se capta no rio Acre, contra a média nacional, situada em torno de 40%. Veja V. Ex^a: milhões de brasileiros, nos recantos mais remotos deste País, não têm água tratada em seus domicílios, mas, ao mesmo tempo, verificamos, através de dados oficiais fornecidos por um órgão da maior respeitabilidade, a Fundação Nacional de Saúde, que há um desperdício de água de 40%, na média, nas cidades brasileiras, e, na minha capital, de 60%. Então, existe a necessidade – inclusive dentro do contexto do tema, bastante amplo, que V. Ex^a está abordando da tribuna no dia de hoje – de determo-nos também na solução desses problemas, para que não se perca tanta água como se está perdendo. O tamanho do prejuízo sofrido pela sociedade fica ainda maior se lembrarmos dos altos investimentos na sua captação e no seu tratamento, com o uso de produtos químicos

para tratá-la e distribuí-la à população. É uma perda muito grande, exigindo que as autoridades tomem imediatas providências. Parabenizo V. Ex^a pelo oportunidade e importante tratamento dessa questão.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Nabor Júnior, a escassez de água no Nordeste, de um lado, e de desperdício em alguns Estados, inclusive no de V. Ex^a, representa o lado cultural do qual estamos investidos. Esse é um problema cultural! Esse excesso, em alguns Estados, leva à formulação do desperdício para quem tem demais.

Tenho um companheiro de trabalho que, em determinada época, há não muito tempo, dois ou três anos atrás, serviu na Embaixada do Brasil em Israel. Em determinado dia, depois de dois ou três meses em Tel Aviv, ele foi chamado ao Departamento de Águas, cujo chefe pediu-lhe que diminuísse a sua conta de água. E ele respondeu: "Mas estou pagando! Meus pagamentos estão em dia." Disse-lhe o diretor: "Não, não estamos preocupados com o pagamento, mas com a redução do seu consumo. Eu sei que os brasileiros têm a mania de dois banhos por dia, mas precisamos que o senhor economize um pouco mais de água no seu apartamento."

Observe, Senador Nabor Júnior, que o Departamento de Águas da cidade de Tel Aviv não estava preocupado com a nota grande, com valor da despesa, mas com o consumo, que estava sendo excessivo.

A mim mesmo, quando visitei aquele país, ainda na época em que era Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, foi-me mostrado por um cidadão o consumo da água, cada gota que caía, controlado pelo computador. Já lá se vão dezessete anos que isso aconteceu. Ou seja, a dificuldade fez, como faz com aquele povo, que se tivesse cuidado com esse líquido precioso que é a água, porque petróleo não se bebe. O petróleo pode ser muito rico, mas temos o exemplo dos Emirados Árabes, onde um litro de água custa US\$6 e US\$1 compra seis litros de gasolina. Com essa comparação temos uma idéia do que representa a água para quem não a tem.

Por isso, venho a esta tribuna e peço, Sr. Presidente, mais uma tolerância de cinco minutos, para concluir, porque quero ressaltar que este Projeto de Lei nº 3/2000 está bem elaborado; em verdade, recebeu contribuições substantivas de todos os Partidos na Câmara dos Deputados. É bom que se ressalte: todos! Não houve Partido de Oposição que se tenha oposto ao que se pretende, que é regularizar o nosso lado cultural da água. Aqui, destaco o eficiente trabalho do Deputado Eliseu Resende, que foi o Relator naquela Casa legislativa.

Acompanhei, Sr. Presidente, esse trabalho muito de perto, e sinto-me seguro em afirmar que, no atual estágio em que nos encontramos, esse projeto de lei é o que de melhor e mais adequado podemos oferecer à sociedade brasileira, neste momento, pelo menos.

Assim, eminentes colegas Senadores, peço que me permitam convocá-los para, juntos, iniciarmos uma vigília e uma fiscalização intensa sobre as ações do Governo nesta área.

Não haverá, por parte do Governo, mais razões de desculpas pela falta de recursos, de pessoal, de condições, enfim, das medidas legislativas reclamadas.

Espero que, a partir de agora, não falte sobretudo o principal: a vontade política.

Especialistas e administradores temos no País.

Fica lançado o desafio para o Poder Executivo mostrar se é ou não competente.

E o faço na crença nos valores jovens. O Ministro Sarney Filho tem o respaldo e a experiência de longa linhagem política.

Contará ele com o meu apoio nesta luta, mas – e aqui a ressalva –, permanecerei sempre independente para as críticas construtivas que faço, desde o início da minha vida política, já lá se vão quase 40 anos.

Saudo, pois, a Agência Nacional de Águas!

E, à minha saudação, junto os votos de êxito para os recursos hídricos e de melhores dias para as futuras gerações deste País!

Sr. Presidente, novamente agradeço a presença das altas autoridades ligadas aos recursos hídricos, e quero cingi-los na pessoa do meu amigo, Dr. Raymundo Garrido.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço, para dar o fecho de ouro ao me discurso, o nobre Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Senador Bernardo Cabral, mais uma vez, talvez pela enésima vez, V. Ex^a assoma à tribuna para abordar questão de transcendental importância para a vida futura deste Planeta e consequentemente dos nossos descendentes. A ação devastadora do homem sobre a natureza tem suscitado preocupações em todo o mundo. Somos seis bilhões de pessoas vivendo no Planeta Terra. A poluição se manifesta desde as grandes cidades até o campo, onde há grande devastação. Foi "muito bom" que tenha acontecido esse desastre ecológico na Baía de Guanabara, de gravíssimas proporções, para que o Brasil, e quiçá o mundo, voltasse suas vistas para a questão da poluição. Há a preocu-

pação de diversas entidades envolvidas, com as ONGs, por exemplo, – e aqui ficou bem estabelecidas no debate travado entre V. Ex^a e o eminente Senador Mozarildo Cavalcanti –, algumas com mais, outras com menos responsabilidade, mas sempre prestando a sua contribuição. O fato é que os analistas asseguram que, daqui a 30 anos, se continuarmos com essa crescente irresponsabilidade, principalmente devido à devastação, ao aumento da população mundial e sobretudo à poluição, teremos, no máximo, 50% da água de que dispomos hoje. Fui citado nominalmente por V. Ex^a ao afirmar que a água é transmissora de inúmeras patologias. Isto é verdade. A água poluída torna-se um excelente meio de cultura para o crescimento de diversas cepas de flora bacteriana e de outros microorganismos causadores de várias enfermidades. Portanto, vem em boa hora a Agência Nacional de Águas, que, certamente – aliás, como sempre –, poderá contar com a participação decisiva de V. Ex^a, sobretudo na discussão desse projeto. Nobre Senador Bernardo Cabral, leis são elaboradas para vigerem em todas as regiões do País. Mas, no caso da ANA, como em outras leis já aprovadas aqui, deve haver uma distinção com relação à regulamentação de água das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Norte, para que não haja terrorismo. Inclusive vivemos algumas impropriedades decorrentes de leis que muito têm molestado a vida de algumas pessoas. V. Ex^a, que é de uma região onde esse fato ainda ocorre, sabe muito bem que, historicamente, os pequenos agricultores ateiam fogo ao seu roçado para plantar a sua lavoura de subsistência. No entanto, hoje, há leis que cobram desse pobre coitado, que ateou fogo na terra para fazer o seu roçado, cifras mais altas do que o valor da sua propriedade. V. Ex^a também sabe que essa mentalidade não será mudada de uma hora para outra. Podemos proibir queimadas nas regiões mais desenvolvidas, como São Paulo e Minas Gerais, mas não na Região Norte. Isso tem sacrificado muitos concidadãos de V. Ex^a. Esse tema é apaixonante. Congratulo-me com V. Ex^a pelo pronunciamento que faz, embora possa parecer paradoxal o fato de V. Ex^a ser "o homem das águas", aqui falar da questão da falta de água num futuro próximo. Parabéns a V. Ex^a, que sempre se preocupou mais com as pessoas que precisam da sua palavra, da sua força e do seu apoio, em detrimento de sua vida pessoal.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço permissão para concluir. Apesar de continuar com essa fratura no ombro, que me impede a mobilização na tribuna, não poderia deixar de responder ao Senador Carlos Patrocínio. S. Ex^a é médico. E como médico falou. Como profissional da medi-

cina, dissertou sobre a água poluída, dissertou sobre a techoburocracia, que não conhece as peculiaridades nacionais. Não sou médico, Sr. Presidente, sou um simples advogado, mas o advogado é o cirurgião plástico do fato, pois consegue trazê-lo para a discussão, mostrar suas nuances, e, aqui e ali, aparar alguns excessos, como os médicos o fazem no corpo do paciente para dar a ele melhor aparência. É o que quero fazer, Senador Carlos Patrocínio: mostrar como esta Nação não pode ser dirigida por quem fica enclausurado num gabinete, que não sabe nem sequer o que é a vida do caboclo quando derruba uma árvore para fazer a sua canoa, ao longo de mais de 200 anos, sem molestar à floresta, porque convive com ela e conhece-lhe os segredos. Esse caboclo sabe onde buscar água melhor. No entanto, quando um assunto desses é trazido à discussão, os órgãos encarregados não estão preocupados em discutir com quem tem conhecimento.

V. Ex^a representa Tocantins, que é uma área também integrante da Amazônia, e, como tal, além das suas circunstâncias de mérito, fala com conhecimento de causa. Pena, Senador Carlos Patrocínio, que, neste País, as desigualdades regionais, as peculiaridades de cada Estado sejam olhadas por quem está do alto de sua imensa superioridade, com soberano desprezo para os menores!

E é por isso que venho pouco à tribuna. Não quero cair naquele comentário do dia-a-dia e me perder no que digo. Quero chamar a atenção do Senado, para que amanhã as autoridades encarregadas desta matéria sintam que esta Casa teve a responsabilidade, que lhe pesa sobre os ombros, de alertar os que decidem. Infelizmente, a decisão não é nossa, mas nos compete apontar caminhos e indicar soluções – e água deve ser uma solução para o País, e não um problema.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a por ter saído da Presidência e ido ao plenário apartear-me, corroborando a idéia de que, sendo o assunto de tamanha gravidade, devemos estar atentos e vigilantes para mostrar que a água é o ouro do Século XXI.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada sucessivamente, pelos Srs. Nabor Júnior, 3º Secretário, Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio, por vinte minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna desta Casa para elogiar as providências que vêm sendo tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio para melhorar as condições operacionais do comércio exterior brasileiro e eliminar as inúmeras barreiras burocráticas que dificultam bastante o avanço das nossas exportações.

Em plena crise que estamos atravessando, já era tempo de cumprir determinados compromissos e atender aos anseios dos agentes envolvidos no processo de incremento de nossas vendas externas.

Diante do grande desafio de ampliar a participação do Brasil no comércio internacional, certos entraves e deficiências não poderiam mais continuar impedindo que os nossos produtos encontrassem meios de escoamento em direção de outros mercados.

Dessa maneira, as providências tomadas visaram justamente conferir maior fluidez aos produtos contemplados pelo Sistema Geral de Preferência, SGP. Assim, por iniciativa direta da Secretaria de Comércio Exterior, Secex, definiu-se maior agilidade na emissão do Certificado de Origem; maior flexibilização do processo de comprovação de **drawback**, utilização do Registro de Exportação Simplificado, RES, nas operações de **drawback**, quando se tratar de micro e pequenas empresas, observado o limite de exportação de US\$120 mil ao ano; aperfeiçoamento do Módulo de Exportação do Sistema Integrado de Comércio Exterior, Siscomex; e simplificação nas áreas fiscal, aduaneira e cambial.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, com essas medidas, não tenho dúvidas de que o setor exportador brasileiro se sentirá mais aliviado e mais bem preparado para atingir a meta de superávit na balança comercial, no final deste ano, da ordem de US\$4 bilhões a US\$5 bilhões, esperada pelo Governo Federal.

Ainda no bojo das medidas definidas para facilitar o embarque de nossas mercadorias, outras previsões referentes às nossas exortações, no final desse ano, deixam-nos ainda mais otimistas com relação ao equilíbrio de nossas contas externas e ao aumento do nosso índice de participação no comércio internacional.

Segundo alguns analistas, as exportações nacionais deverão chegar a US\$55 bilhões, com crescimento de 17%; e as importações ficarão em US\$53 bilhões, com incremento de 9%. Os bens intermediários poderão acusar um superávit de US\$820 milhões; os bens

de consumo, de US\$2,8 bilhões; os produtos do agronegócio, de US\$13,38 bilhões. Os bens de capital poderão apresentar um déficit de US\$10,19 bilhões; e o setor petrolífero, de US\$4,66 bilhões.

Evidentemente, essas previsões estão diretamente ligadas a fatores conjunturais, como taxa de câmbio, crescimento da economia, conjuntura internacional, produção nacional, programas de investimento, medidas governamentais de apoio às exportações como as que acabaram de ser tomadas, e outras decisões de igual importância para o conjunto da economia.

Portanto, devemos torcer para que haja um crescimento da ordem de 3,5% a 4% do Produto Interno Bruto, conforme o Governo espera, recuperação das economias européia e japonesa, manutenção do desempenho da economia americana e equilíbrio das taxas de juros internacionais.

É importante relembrar que a balança comercial brasileira encerrou o último mês do ano de 1999 com saldo favorável e iniciou janeiro conservando esse resultado. Até agora, o horizonte não apresenta qualquer turbulência.

Até o dia 15 de dezembro passado, as exportações cresceram a uma média diária de 29% em relação a janeiro de 1999 e superaram as importações em US\$15 milhões. O saldo de dezembro foi de US\$249 milhões, considerado excelente.

Dessa maneira, está bastante claro que as exportações brasileiras tiveram ótimo desempenho no último mês do ano passado. As vendas de produtos semimanufaturados subiram 30% em relação a 1998, as de manufaturados aumentaram 15% e as dos produtos básicos sofreram um acréscimo de 14%.

No que diz respeito ao conjunto das exportações, diversos economistas asseguram que os produtos do agronegócio continuarão sendo determinantes na conquista dos objetivos fixados pelo Governo em matéria de superávit comercial no final deste ano.

Apesar da crise no Mercado Comum do Cone Sul, Mercosul, da diminuição do dinamismo econômico da América Latina, dos efeitos da crise asiática e da persistente política de sobrevalorização do real, que dificultou em muito o aumento de nossas exportações, ainda existe o otimismo de se atingir, a médio prazo, ou seja, em 2003, a meta de US\$100 bilhões com as vendas externas dos nossos produtos.

Mesmo amargando um déficit de US\$1,4 bilhão, registrado nos 11 primeiros meses de 1999, as exportações brasileiras vêm se recuperando gradativamente e deverão superar razoavelmente as importações neste final de ano. Para tanto, o exportador brasileiro está ficando mais agressivo, nossos produtos estão se tornando mais competitivos, e o próprio Governo

tem procurado abrir cada vez mais os canais que sempre emperraram o crescimento das exportações.

Além de todo esse esforço que vem fazendo, o Governo anuncia uma outra boa notícia para o setor exportador. Para este ano, já está praticamente assegurado o desembolso de R\$6 bilhões do programa de financiamento de longo prazo às exportações, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. Vale ressaltar que esse montante representa um aumento de quase 60% sobre o total dos recursos desembolsados pelo BNDES em 1999, que foi de R\$3,8 bilhões.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, com essas perspectivas que acabamos de analisar, temos todos os motivos para acreditar que as previsões para este ano para a nossa balança comercial continuarão favoráveis. Enfim, o panorama internacional é hoje bem mais favorável ao Brasil do que no ano passado, quando o choque da crise cambial abalou as estruturas do Plano Real.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL - TO) – Concedo, com muito prazer, um aparte ao eminentíssimo Senador Leomar Quintanilha.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB - TO) – Nobre Senador Carlos Patrocínio, que bom que nós, nesta Casa, e o Brasil inteiro, acompanhamos o pronunciamento de V. Ex^a, que analisa o momento econômico por que passa o Brasil, com perspectiva alvissareira, apesar de todos os obstáculos e de todas as dificuldades que enfrentamos. O Brasil já começa a apresentar sinais claros de que está sendo conduzido aos trilhos do equilíbrio econômico e do desenvolvimento, para satisfação de sua população. Os problemas que enfrentamos ainda nos angustiam. V. Ex^a aborda muito bem a questão das exportações. Os números revelam que o volume das exportações brasileiras ainda é muito pequeno em relação ao potencial que temos. Se compararmos a nossa exportação de frutas, por exemplo, com a do Chile, país vizinho, que apresenta condições edafoclimáticas e físicas muito mais difíceis do que a nossa, verificaremos que aquele país exporta quase dez vezes mais do que o Brasil. Acontece o mesmo com a atividade pesqueira, com muita competência. Mas em todas essas atividades, tanto na agricultura, com a fruticultura, quanto na atividade pesqueira, o Brasil começo a ocupar o espaço que lhe permitirá organizar melhor e robustecer sua economia e, consequentemente, oferecer melhores condições de vida à população. Nós, no Estado que representamos – V. Ex^a com muito brilhantismo –, o Tocan-

tins, preparamo-nos para isso, com as obras de infra-estrutura que o Governo Siqueira Campos, com o nosso apoio e o das Bancadas Federal e Estadual, está implementando. Ele está organizando o segmento produtivo do Estado, naturalmente com vistas ao abastecimento dos mercados interno e externo. V. Ex^a se destaca, dentre outras atividades importantes, na implementação da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Tocantins. Seguramente, isso, que para V. Ex^a se tornou uma busca determinada de materialização, certamente virá ao encontro das necessidades e das possibilidades do Estado de, com os seus produtos, abastecer os mercados nacionais e internacionais. Congratulo V. Ex^a pela brilhante exposição que faz, notadamente no que concerne às possibilidades de exportação do Brasil.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço a V. Ex^a o brilhante aparte, eminentíssimo Senador Leomar Quintanilha. Incorporo-o ao meu pronunciamento. Devo dizer que temos condenado algumas ações que o Governo vem executando. Mas o Programa de Desburocratização das Exportações merece todo o aplauso e apreço do Senado Federal, do Congresso Nacional, e de toda a população brasileira.

Tenho combatido, e até com certa veemência, por meio de diversos pronunciamentos que fiz, algo que atravessa o progresso do nosso País, que é a burocratização. E pensar que já houve um Ministério da Desburocratização! Felizmente, o Governo Federal está desburocratizando o setor de exportações, aumentando inclusive o crédito para o setor exportador do nosso País, o que vem em boa hora.

Como V. Ex^a assegurou, o Tocantins tem tido oportunidade e todas as condições de se transformar em um Estado altamente exportador. Temos uma ZPE, Zona de Processamento de Exportação, totalmente concluída, mas que ainda não entrou em funcionamento por causa dos entraves burocráticos e, talvez, até, por causa da visão um pouco distorcida do Governo da política da Zona de Processamento de Exportação.

Temos quatro ZPEs concluídas em nosso País – em Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais; em Ibituba, no Estado de Santa Catarina; no Estado do Rio Grande do Sul e também no nosso Estado.

Estou com audiência marcada com o Ministro Alcides Tápias para saber qual é a opinião de S. Ex^a sobre as ZPEs e se teremos de fechá-las antes de entrarem em funcionamento. Portanto, julguei por bem elogiar o Governo neste momento em que ele desburocratiza o setor da exportação em nosso País, mesmo porque o Brasil poderá ser o maior exportador deste Planeta. Conhecemos as adversidades climáti-

cas existentes em outros países. Felizmente, não as temos por aqui.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo, com muita honra, o aparte ao eminentíssimo Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador Carlos Patrocínio, aprecio muito o conteúdo e o exercício de seu mandato. Embora o nosso conhecimento pessoal tenha apenas cinco ou seis anos, fui, há várias décadas, professor de dois irmãos de V. Ex^a. De modo que já há muito tempo conheço o estofo da família, a seriedade e a inteligência que caracterizam esse clã mineiro. Peço vénia para dizer apenas o seguinte: se há um tema que me martirizou, em relação ao qual custou-me acomodar, pensando que já havia entendido o suficiente, foi justamente esse de que V. Ex^a trata hoje com tanta propriedade. É que a teoria e a ideologia econômica obscurecem bastante as relações internacionais, desde o princípio. Imagine V. Ex^a que, durante trezentos anos, a idéia era que o ideal para a sociedade capitalista, para a Inglaterra e para os países avançados, seria exportar mais, ter um excedente de exportação, um saldo de exportação. Mas, um dia, pensei: se os países fortes, que dominam e exploram os fracos, exportarem mais do que importam, irão transferir riqueza para os pobres, ou seja, não os estarão explorando, mas enriquecendo. E percebi – e é muito fácil perceber isso – que, na realidade, para o Brasil, por exemplo, as naus portuguesas vinham carregadas de pedra para fazer lastro no navio, não traziam nada, valor algum, e eram enchi-das depois de pau-brasil, de ouro, etc., que levavam de volta. Sempre formos exportadores, exportadores líquidos de riqueza. E, para muita felicidade minha, porque já estava completamente tranquilo em relação a isso, cheguei à conclusão de que, dentre outras coisas, também o processo de exploração é dialético – não há mal que sempre dure, nem bem que nunca acabe. De modo que os países exploradores, que montaram o processo de acumulação primitiva do capital por meio da exploração das colônias, eram justamente os que mais produziam mercadorias. A Inglaterra, durante muito tempo, produzia muita mercadoria e tinha dificuldade, diante da pobreza do mercado, de colocá-la à venda, e ainda tinha de colocar no seu mercado interno as mercadorias que entravam a maior do que as que exportava, ou seja, a dificuldade de conquistar mercado, de venda da produção total e mais o montante do valor importado a mais do que o exportado iriam obviamente dificultar o problema da

reprodução do capital nesses países, trazendo uma crise de realização, dificuldade de venda, agravando, assim, o problema. Desse modo, então, parece-me que a Inglaterra naufragou, justamente porque essa foi a crise principal. E nós aqui no Brasil, há pouco tempo, batímos palma para o nosso déficit comercial, que acresceu assustadoramente o nosso endividamento externo. Mas nós, com o Sr. Gustavo Franco à frente, defendímos as nossas importações, fantasticamente subsidiadas por uma taxa cambial que – como todos nós sabemos, e o Presidente da República reconheceu – estava excessivamente elevada. Mas aquilo era necessário para a vitória do real, para acharar os preços internos por meio dessas importações maciças, subsidiadas pelo próprio Governo brasileiro. Mas esse processo esbarrou – não há mal que sempre dure, nem bem que nunca acabe –, e as nossas importações não puderam continuar a acharar os preços internos e a dar a vitória ao artifício do real, à estabilização feita graças a um desequilíbrio, inclusive internacional, nas contas externas, na Balança Comercial, na Balança de Pagamentos. O que percebemos é que isso devia ter um limite, como realmente aconteceu. Agora as mesmas autoridades, talvez com fisionomias um pouco diferentes, mas com as mesmas cabeças, dizem que o bom é a inversão, é o contrário do que fazíamos até há pouco tempo. Em sua propaganda, dizia o Banco do Brasil, há algumas décadas, que o que importava era exportar. Voltamos, então, àquele momento anterior ao do Plano Real e adotamos de novo o lema mercantilista que durou 300 anos no mundo e que agora parece ser o lema que dirige a ação governamental. Como sempre na nossa história, estamos exportando um valor superior ao de nossas importações. Portanto, parece-me que estamos transferindo riqueza real para o exterior e nos empobrecendo. Imagine se essa política der certo e se conseguirmos exportar 80% de nossa produção! Morreremos de fome. Maurice Dobb, um grande historiador inglês, propõe mudar os termos: ao invés de déficit comercial, ele propõe o que se chama de superávit de importação. Deveríamos lutar pelo superávit de importação, para importar mais do que exportamos; assim nos apropriaríamos de riqueza líquida do exterior. É isso que fazem economias como a norte-americana, que tem um déficit de US\$200 bilhões em sua balança comercial. Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Eminent Senador Lauro Campos, com muito orgulho, com alegria e com satisfação, recebo o aparte de V. Ex^a, sobretudo, quando V. Ex^a dirige palavras elogiosas à nossa modesta participação nesta Casa e à

minha família. Na realidade, dois queridos irmãos meus foram seus alunos e nutrem até hoje, creio que eternamente, uma admiração muito grande pelo seu caráter, pelo seu ensinamento, pela sua pessoa de maneira geral.

Gostaria de dizer que não sou um profissional da área de Economia. Não tenho condições de fazer as reflexões profundas, do ponto de vista da Economia ou da Sociologia, que V. Ex^a fez. Participo daquela corrente que ainda pensa – talvez, careça estudar mais – que, quanto mais exportarmos, será melhor para o nosso País. É preciso haver superávit na balança comercial. É o que penso; é o que a maioria dos economistas pensa. Não sei se estamos absolutamente corretos, mas sinto que, se importarmos muita mercadoria, estaremos gerando emprego lá fora e desempregando o povo do nosso País. Mas teremos outras oportunidades de ouvir os ensinamentos de V. Ex^a.

Estou aqui reverenciando o Governo, enaltecendo essa política de desburocratização – que sempre condenei – e essa injeção de mais capital no setor de exportações. É necessário, evidentemente, que cobremos do Governo um estímulo cada vez maior no setor produtivo do nosso País, que poderá, efetivamente, ser um grande exportador. Penso ainda que exportar é muito melhor do que importar tudo.

Concluindo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quero dizer que, com essas perspectivas que acabamos de analisar, temos todos os motivos para acreditar que as previsões para este ano em relação à nossa balança comercial continuarão favoráveis. Enfim, o panorama internacional é hoje bem mais favorável ao Brasil do que há um ano, quando o choque da crise cambial abalou as estruturas do Plano Real.

Diante de todo esse otimismo, que prevê excelentes resultados econômicos no ano 2000, só nos resta continuar acreditando na competência do Governo e no espírito empreendedor dos nossos empresários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúdio Coelho, por 20 minutos.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho a esta tribuna para fazer algumas considerações sobre medidas adotadas pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, meu companheiro de Partido, que vêm trazendo inquietação ao campo e nenhum benefício à Nação brasileira. Já tive oportunidade de tratar desse assunto com o Ministro Aloysio.

Há pouco tempo, foi editada uma medida provisória determinando que os proprietários de terras situadas a 150 quilômetros da fronteira apresentassem uma série de documentos, a começar pelos referentes à origem dessas propriedades.

Transmiti ao Ministro que a maioria de nossas fronteiras foi ocupada há mais de um século por brasileiros que asseguraram o domínio da Nação brasileira sobre essas terras. Disse também que essas terras passaram de mão em mão inúmeras vezes, por meio da sucessão, da morte dos pais, filhos, netos. Afirmei que, cada vez que essas propriedades mudavam de titularidade, era verificada a sua documentação e feita uma medição em sua área, o que não ocorre somente quando da sucessão – por meio da qual é feita a melhor reforma agrária brasileira –, mas também quando da venda. No Brasil, as propriedades rurais têm constantemente sido objeto de compra e venda.

No entanto, essa medida continuou. O proprietário deve fazer despesas consideráveis para normalizar a documentação das propriedades numa área de 150 quilômetros da fronteira, atingindo uma enorme área da Nação brasileira.

Agora, o Incra torna também inexistentes, para efeito de cadastro, todas as propriedades brasileiras. Uma medida interna, baixada pelo Sr. Ministro, determina que, só nas propriedades com área acima de 10 mil hectares, devem ser feitos esses levantamentos.

As propriedades situadas nas regiões mais desertas do nosso País foram inicialmente ocupadas com a pecuária, porque não havia estradas de rodagem. Não há ferrovias, não há navegação de qualquer ordem, e o único produto que se transporta por conta própria é o boi, que segue a pé. Assim, as regiões mais desertas do País foram ocupadas inicialmente com a pecuária, pois o seu produto se locomovia de moto próprio. Não havia como o indivíduo ir para o sertão e enfrentar distâncias longínquas para trabalhar na agricultura, porque ele não tinha como escoar o seu produto.

Há cerca de 40 ou 50 anos, foi aprovada uma lei segundo a qual os Estados brasileiros, para venderem propriedades com área superior a 10 mil hectares, com requerimento nas áreas de sertão, dependiam da aprovação do Senado Federal. Todas as vendas de propriedades brasileiras acima de 10 mil hectares foram submetidas à aprovação do Senado Federal. Agora, o Incra torna isso inexistente, determinando que seja feito um levantamento de toda a documentação de todas as propriedades, desde a sua origem, sob a alegação de irregularidades praticadas por cartórios e por pessoas.

Ora cabia ao Incra verificar quais as propriedades irregulares e tomar essas medidas. Não cabe tornar isso inexistente, gerando trabalho e despesas enormes aos proprietários dessas terras.

Estamos assistindo, principalmente nessa globalização, à fusão permanente de grandes empresas, de todas as áreas e atividades. O objetivo principal é reduzir custos. Agora, na agricultura e na pecuária, o indivíduo tem tratamento diferenciado no Brasil: na agricultura e na pecuária, não pode ser grande. Não entendo qual é o raciocínio, porque, para se reduzir custo em qualquer tipo de atividade, é preciso ter volume; na agricultura e na pecuária, todos os pronunciamentos e todas as medidas fazem restrição à grande propriedade.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a redução de custos para a grande propriedade é da mais alta importância. Quero alertar a Nação brasileira e o Presidente Fernando Henrique, em especial, a esse respeito. Há dois anos, eu disse a Sua Excelência, no Palácio do Planalto, que a política da agricultura com respeito ao milho iria retirar o agricultor do plantio, e o milho é importantíssimo para a criação de porcos e de aves, para a alimentação humana, principalmente, e para a alimentação de gado. Sua Excelência disse: "Não é possível". Então, eu lhe disse: "Quero dizer a V. Ex^a que, com a política do seu Governo, com esse preço do milho, o Brasil vai importar milho em larga escala. Ninguém pode plantá-lo para vender o saco a R\$6,00".

E o Brasil está assistindo ao que está acontecendo. Vamos importar milho, porque a próxima safra significativa de milho brasileira só vai ocorrer, se o El Niño não atrapalhar, em 2001, porque, neste ano, "ela já foi para o tacho". No Rio Grande do Sul, não chove; no Mato Grosso do Sul e em parte do Paraná, a safra de milho está sendo enormemente sacrificada. E vamos ter o reflexo disso. Estamos importando milho, que está chegando ao Brasil com o preço aproximado de R\$14,00 o saco. Como os exportadores – os Estados Unidos, principalmente – vendem milho para o Brasil com um ano de prazo e a 6% ao ano, os importadores o importam, vendem-no e fazem capital de giro.

Então, tenho a impressão de que ainda não chegou ao ponto certo a tomada de consciência da importância da agricultura brasileira para o nosso País.

Nos Estados Unidos e na Europa, a agricultura é um dos setores mais importantes. Estive numa reunião em Bruxelas com representantes de todos os países do Mercosul. Presidi a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Começamos a discutir, e os europeus estavam muito interessados em firmar convênio com o Brasil, para se contrapor ao desejo dos

Estados Unidos de firmar o convênio da Alca. Durante a reunião, os europeus diziam que discutiriam todos os assuntos, menos a questão da agricultura. Em certo momento, eu disse: "Se vamos discutir tudo, menos a agricultura, temos muito pouco do que tratar, porque os países do Mercosul têm como principal atividade o setor primário. Se não vamos discutir essa questão, pouco temos a discutir".

À noite, saí para jantar com um Senador de idade e lhe perguntei a respeito da proteção dada à agricultura na Europa. Ele me explicou que, logo após a última guerra, houve uma migração muito grande na Europa Ocidental, totalmente destroçada, da população do campo para a cidade. Ele disse que, assim, os governos resolveram desenvolver um programa de subsídio à agricultura, para que as pessoas ficassem no campo. Esse programa deu tão certo, que se fixou algo em torno de 12 milhões de habitantes das nações ocidentais no campo. Desenvolveram uma agricultura da mais alta qualidade e competência, de tal sorte que, atualmente, existe uma cultura de subsídio à agricultura na Europa, não interessando à população urbana a questão dos preços. Assim, eles mantêm esse subsídio a qualquer custo.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Ouço o aparte do nobre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Lúdio Coelho, V. Ex^a afirma que, nos Estados Unidos, há uma cultura de defesa à agricultura. Na verdade, essa cultura não se circunscreve àquele país. E V. Ex^a nos diz que também existe algo parecido na Europa. É uma realidade. Estamos negligenciando, paulatinamente, um setor de fundamental importância para o Brasil: a agricultura. Esse é o nosso caminho. Essa é a nossa avenida para o grande salto na economia. A soja, num passado recente, nada importava, mas, hoje, pesa fundamentalmente na balança comercial brasileira. Ou o Brasil se dá conta de que a agricultura e a pecuária são importantes para a sua economia e, inclusive, para a geração de empregos, ou vamos ficar patinando nessa economia com dificuldades, acertos e desacertos por muito tempo. Quero cumprimentar V. Ex^a por, mais uma vez, trazer esse tema ao debate no Congresso Nacional!

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB – MS) – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, nobre Senador Edison Lobão. Temos o dever de alertar o Poder Público para a importância da agricultura, como bem falou V. Ex^a.

Na Europa, a população das cidades faz questão de aprovar um subsídio à agricultura, porque eles

têm um produto da melhor qualidade. Não existe a hipótese – o agricultor brasileiro pode tirar o cavalo da chuva – de ser retirado o subsídio dos produtos primários na Europa ou nos Estados Unidos.

Considero o agricultor brasileiro muito competente, pois, apesar de trabalhar, muitas vezes, em Estados localizados a mais de dois mil quilômetros dos portos por onde se onde escoa sua safra, como Mato Grosso, Amazonas e Tocantins; apesar de no Brasil não haver ferrovias e as rodovias-mestras, no geral, estarem sobrecarregadas e em condições precárias; apesar de praticarmos os maiores juros do mundo, a agricultura brasileira tem tido grande participação na balança de pagamentos da Nação brasileira.

Não entendo essa reação contra o agricultor, contra o grande produtor. Trata-se, a meu ver, de uma demonstração de desconhecimento da realidade mundial. É um absurdo que os brasileiros residentes na fronteira tenham que fazer os documentos novamente. Eu disse ao Ministro Aloisio Nunes que o Governo está tomando medidas que incomodam o agricultor brasileiro e não trazem qualquer benefício à Nação. Não entendo por que estão fazendo isso.

E agora tem a questão do Incra. Ora, o Incra que providencie a punição dos que têm propriedades irregulares e deixe de tomar medidas tais como considerar inexistente o cadastro das propriedades! O Ministro baixou uma portaria desfavorável a quem tem propriedades com mais de dez mil hectares. Ele que vá atrás delas ao invés de generalizar medidas, fazendo-as valer para todas as propriedades. O Ministro deveria fiscalizar se, nas construções de edifícios nos centros urbanos, os impostos foram recolhidos adequadamente. Ou será que é só o homem do campo que é suspeito de irregularidade?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso está desestatizando o País e estatizando o campo. Quero alertar a Nação para isso. A reforma agrária que está sendo feita não tem prazo para dar um fim ao subsídio ao assentado. Sem tempo determinado, a Nação continua fornecendo cesta básica e concedendo empréstimos que não serão pagos. E, como não há rentabilidade, o maior comprador de terras é o Incra.

Recentemente, o Presidente Fernando Henrique baixou uma medida, reduzindo, no dizer dele, os juros do FCO. Os juros foram fixados em 16% para os grandes proprietários, mas, dependendo da inflação, poderão subir ou baixar. Esses juros, sejam de 16% ou de 14%, são extremamente altos para o setor.

A agricultura é importante demais. Estamos importando milho, a safra de soja não está boa, e essa situação vai refletir na economia. Segundo notícia que

ouvi hoje pela televisão, o frango baixou de preço. Isso é muito bom, pois o preço do frango é um bom indicador, na realidade, foi uma alavancada do Plano Real. Os baixos preços dos produtos agrícolas, em geral, foram importantíssimos para o sucesso do Plano Real.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Lúdio Coelho, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leomar Quintanilha.

O SR. PRESIDENTE (Leomar Quintanilha) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão, por permuta com o Senador Arlindo Porto.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, esta Casa conhece minha posição de solidariedade ao Governo. Tenho comparecido freqüentemente a esta tribuna para reconhecer os seus méritos – quando eles existem –, mas não posso deixar de lastimar que algumas omissões acabem por comprometer os acertos do Governo procura trilhar.

Neste momento, estão reunidos os membros da Associação Nacional dos Magistrados Federais. Eles discutem a possibilidade de uma greve geral no Poder Judiciário. Se essa greve ocorrer, será a primeira na história do Brasil. Lembro-me de que no Governo José Sarney assistimos à eclosão de mais de doze mil greves. E nenhuma foi realizada pelo Poder Judiciário.

O Poder Judiciário é o último bastião da República e o único ponto de segurança da sociedade brasileira. Mas por que o Poder Judiciário agora se propõe a entrar em greve?

Sr. Presidente, Sr's. e Srs. Senadores, os juízes são como todos nós: vivem, existem, precisam ter sua subsistência garantida pelo salário que lhes é pago. E qual é o salário de um juiz hoje? Um juiz federal, em início de carreira, ganha R\$3,7 mil apenas. O juiz federal ganha menos do que os diretores do seu Tribunal; um juiz federal ganha menos do que os seus assessores pessoais; um juiz federal ganha menos do que os procuradores do trabalho e do que os procuradores do INSS; um juiz federal ganha menos do que os delegados da Polícia Federal; um juiz federal ganha menos do que os agentes da Polícia Federal. Repito: um juiz federal ganha menos do que os agentes da Polícia Federal.

Estou, com isso, dizendo que os agentes ganham muito, que os delegados ganham muito, que os assessores ganham muito? Não. Estou dizendo que os juízes são muito mal pagos – subpagos. Muitos estão com dificuldades no seu cartão de crédito, no seu cheque especial, estão endividados nos bancos.

Como poderemos ter uma Justiça agindo com tranquilidade e com serenidade, se os magistrados estão submetidos a essas dificuldades?

Os juízes deveriam ter parado as suas atividades – e essa era a intenção deles – em dezembro do ano passado. Não o fizeram em razão da sua própria responsabilidade. Constituiu-se, na Câmara dos Deputados, uma comissão especial para examinar o teto e o subteto salariais. Os juízes, então, decidiram aguardar a solução que haveria de surgir com aquela Comissão. E que solução surgiu? Nenhuma. A Comissão, sequer, reuniu-se mais de uma vez. Nenhum acordo foi feito, nenhum entendimento ocorreu entre as Lideranças do Congresso Nacional e o Poder Executivo, para se encontrar uma solução. E, agora, Sr. Presidente, os juízes não têm mais como aguardar. Estão diante dessa situação lastimável, da qual a própria Nação ainda não se deu conta. Não ouvi sequer uma palavra da Ordem dos Advogados, essa instituição extraordinária, que cumprimento e venero e da qual, inclusive, sou membro. No entanto, sequer a Ordem dos Advogados veio até hoje em socorro dos juízes federais brasileiros.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Edison Lobão, não obstante o pouco tempo que o conheço, creio que posso dar um testemunho da conduta ética, coerente de V. Ex^a, Senador leal ao Governo Federal, sempre disposto a defendê-lo, inclusive em causas impopulares. No entanto, V. Ex^a tem tido visão para trazer à tona, e de maneira muito clara, pontos incorretos a serem corrigidos. Essa verdadeira apatia do Governo Federal, esse verdadeiro descaso em relação à Justiça Federal, à Justiça como um todo é, até certo ponto, incompreensível, partindo de um governo comandado por um homem que foi exilado, portanto, vítima de um período em que o Judiciário estava amordaçado, impedido de exercer plenamente as suas atividades. É inconcebível que se queira que um juiz tenha imparcialidade, que seja incorruptível, que seja sereno, capaz de fazer julgamentos efetivamente justos, se estiver sendo mal remunerado, ganhando menos que um auxiliar, sem condição de nem sequer adquirir livros para se atualizar na sua profissão ou vestir-se condignamente. Portanto, associ-me a V. Ex^a quando protesta e diz que têm muitas razões os juízes federais – e não estão muito distantes os juízes estaduais. Existem Estados em que os juízes federais ganham menos do que os estaduais.

Não há lógica nisso. Precisamos, e V. Ex^a faz muito bem, de nos solidarizar com os magistrados nessa questão. Já que o Presidente da República acenou com um aumento diferenciado para os servidores públicos, categoria à qual se incluem os do Poder Judiciário e os juízes federais, ele precisa urgentemente considerar essa importantíssima questão, porque sem justiça não existe paz social, não existe democracia assegurada. Parabéns a V. Ex^a pela oportunidade do seu pronunciamento. Obrigado por me conceder o aparte.

O SR. EDSON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a traz uma consideração e uma análise até nova: refere-se à serenidade com que o juiz precisa decidir as grandes causas sob os seus cuidados. Mas como pode ser sereno um juiz com situação desta natureza? Atormentado por dívidas, por dificuldades na sua própria casa! Já nem faço menção aos livros a que V. Ex^a se refere, que o juiz precisa ler, comprar e ter na sua biblioteca para as consultas permanentes.

Sr. Presidente, há momentos em que o governante precisa enfrentar certas dificuldades sob pena de passar à História como aquele que tem momentos de tibieza, em que claudica, quando deveria avançar na direção de uma solução justa. Entendo que, no caso dos juízes, é preciso que o Governo e o Congresso Nacional busquem uma solução com rapidez. O Governo Federal foi capaz de resolver o problema dos Procuradores e de outros funcionários por medida provisória, no que fez muito bem. Então, por que não procura uma saída rápida para o problema dos juízes, da Magistratura brasileira?

Quando digo juízes, refiro-me também aos Ministros dos Tribunais Superiores. Muitos deles ganham também menos do que muitos de seus assessores e diretores daqueles tribunais.

De novo volto àquele ponto: não quero dizer com isso que tais assessores e tais diretores são remunerados em excesso. Não é isso. A Magistratura é que está sub-remunerada.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço o eminentíssimo Senador Gilberto Mestrinho, que tem larga experiência no Executivo, Governador que foi por várias vezes no seu Estado.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Eminentíssimo Senador Edison Lobão, sou um admirador do comportamento político de V. Ex^a, mas, de maneira especial, da forma independente com que aborda as questões que dizem respeito ao interesse público, ao

interesse nacional. Agora mesmo, nesse pronunciamento, V. Ex^a aponta uma falha gritante, que está ocorrendo na sistemática administrativa do País, especialmente no que diz respeito ao processo de remuneração dos servidores públicos. E, efetivamente, a Magistratura brasileira está passando por dificuldades muito grandes, dada a questão salarial baixíssima no momento atual, que é consequência, queiram ou não, do acúmulo da inflação ao longo destes cinco anos. Tivemos conquistas com o Plano Real; houve um primeiro momento de ganhos de poder aquisitivo, mas, ao longo destes cinco anos, já acumulamos uma inflação, uma depreciação da moeda de mais de 70%. No entanto, os salários daqueles que se dedicam profissionalmente ao serviço público não são, salvo em algumas categorias, reajustados de modo a recuperar pelo menos o seu poder aquisitivo. Isso está causando um duplo efeito negativo para a administração pública: primeiro, a evasão daqueles que têm condições de largar o serviço público e ocupar outras atividades muito mais bem remuneradas na atividade privada; e o segundo, o sacrifício daqueles que ficam sem essas condições, passando precariamente por dificuldades decorrentes dos baixos salários. O caso dos juízes é um exemplo. Se levarmos em conta que um salário de R\$3.700,00, com os descontos, fica muito reduzido, imagine como esses juízes garantem a subsistência da família para puderem, com independência, proferirem as suas sentenças. Ora, é inadiável, é necessário que se faça uma revisão para aqueles que estão com déficit salarial, com defasagem de ganhos. Esses devem ter reajuste nos seus salários para que possam recuperar o seu poder de compra. Assim, a ação do Estado vai ser feita com recursos humanos que atendam às reivindicações da sociedade. Está de parabéns V. Ex^a, e é muito justo o pronunciamento que faz neste Senado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Agradeço, Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a que tem a sensibilidade do político, do estadista, do administrador de peso que sempre foi, hoje, Presidente da Comissão mais importante do Congresso Nacional, que é a Comissão Mista de Orçamento, comprehende a dimensão exata desse problema.

Lemos, freqüentemente, Senador Lauro Campos, nos jornais do Brasil, juízes que estão renunciando, demitindo-se das suas funções de juízes para voltarem à banca de advogado. Pressionados por quê? Pela situação financeira em que vivem. Se não encontrarmos um caminho, uma solução, daqui a pouco, teremos nossos principais juízes fora da Magistratura, o que é muito ruim para a Magistratura brasileira. O que

é um juiz? É exatamente aquele profissional encarregado de decidir os conflitos que, a todo instante, eclodem na sociedade. O Juiz Federal decide sobre bilhões e bilhões de Reais de interesse da União Federal. Passa pelo juiz uma infinidade de processos todos os meses, milhares de processo, que ele leva para sua casa para estudá-los noite a dentro, a fim de proferir uma decisão justa, correta e que não possa depois ser criticada pela sociedade.

Então, o menor de todos os deveres do Estado é remunerar esse profissional, esse juiz dignamente, para que ele possa também ter uma vida digna com a sua família.

Não encontro nenhum juiz em restaurantes. Os juízes não vão a festas, seja pela rigidez da sua profissão, seja hoje pela pressão das dificuldades financeiras em que estão afogados.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a, Senador Lauro Campos, ilustre professor.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Nobre Senador Edison Lobão, um dos prazeres que tenho tido, nestes cinco anos de exercício do meu mandato, são as tertúlias, os debates com que V. Ex^a honra alguns dos meus pronunciamentos, e com que eu, modestamente, também interpelo V. Ex^a. Gostaria de provocar hoje o debate, de colocar uma lenhazinha na nossa educada e não muito efervescente fogueira, dizendo que o aparte que concedi ao nobre Senador que o precedeu foi no sentido de estranhar que o Governo, que montou toda a engenharia do Plano Real com base em uma taxa de câmbio sobrevalorizada – para garantir importações baratas de tudo que fosse possível, desde carros, desde máquinas, equipamentos, até porcelanas, sapatos, etc., arrasando a produção nacional e prejudicando muito as exportações, tudo justificado por argumentos que não procedem mais –, agora, ao contrário, uma vez que já não pode continuar com a farra das importações, porque o déficit externo proíbe, retire de sua cartola alguns argumentos antigos, da era mercantilista, e sustente o contrário do que fazia antes. Também na questão salarial o Governo tem sido inclemente; faz ouvidos moucos às reivindicações sociais, àqueles salários carcomidos por uma inflação acumulada de mais de 80%, sem condições de reposição, e ainda coloca a força armada contra às greves. E nós ficamos impossibilitados, durante cinco anos, de realizar o nosso reajuste salarial, participando, a duras penas, a contragosto, dessa estabilidade imposta à população empobreceda. Assim, é com satisfação que ouço V. Ex^a falar

dos baixos níveis salariais a que juízes federais e juízes de diversos tribunais foram condenados com a defasagem que o Plano Real nos impôs. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento e gostaria de dizer que todos nós nos encontramos no mesmo barco. A imprensa tem ciúme, tem inveja dos Senadores. A verdade é essa. Nós recebemos a mesma coisa, talvez um pouco menos que os Deputados Federais. E eles vão lá em casa e tiram fotografias sem o meu consentimento. Todos podem entrar e tirar fotografias à vontade. Quando fui candidato a governador, minha casa foi fotografada e filmada de todos os ângulos. Isso não me incomoda absolutamente. Eu sei muito bem porque construí uma casa grande. Porque eu não queria ser escravo do forno, montando uma padaria com o dinheiro que recebi de herança. Eu não sou homem do campo. Minha família já o foi, mas eu não sou mais. Eu não queria ser um mau fazendeiro. Por isso coloquei todo o meu patrimônio numa casa, porque capital é valor que se valoriza. Morando na minha casa, eu esterilizei aquele dinheiro, não o transformei em capital. Na União Soviética, pode-se ter três casas, e parece que, no Brasil, um Senador, por ser do PT, não pode ter uma casa, e tem que dar satisfações não apenas ao Imposto de Renda, mas também às revistas que andam por aí. Não falei com o repórter que fez essa agressão, fotografando e publicando coisas a meu respeito, como se estivesse me insultando ao me chamar de capitalista, porque eu tinha uma casa. Ele não entende o que é capital. Obviamente, ele não deveria, como um escravo do capital, considerar um insulto uma pessoa ser capitalista, como ele acha que eu sou. O que queria dizer é que eu não vou me comparar a uma Brastemp, por exemplo, não vou me comparar a um Ratinho. O Ratinho é uma Brastemp na nossa sociedade. Ele ganha mais ou menos R\$1,2 milhão por mês, fora os rendimentos vindos de propagandas, etc. Eu recebo, no Senado, R\$4,100 mil por mês. Ou seja, eu preciso trabalhar 30 anos para atingir o salário mensal do Ratinho. Mas é evidente que eu não sou um Ratinho, sou apenas um modesto Senador. Eu não tenho preparo, não tenho investimento de capital na formação para chegar a ser um Ratinho. E assim é com outros nobres da nossa modernidade, que são esses altamente remunerados por aí e que gostam muito de criticar os Senadores, que recebem míseros R\$4,100 mil líquidos por mês. É verdade que recebemos quinze salários por ano, e é verdade que temos também auxílio-moradia. Mas, somando isso tudo, são necessários pelo menos 25 anos de trabalho de um Senador para alcançar um mês de vencimento do Ratinho. Dizem que o

mercado é justo e temos que obedecer e nos curvar a essa justiça do mercado, que dá a cada um o que é seu, o que é justo e equânime. Sabemos como a sociedade está cheia de injustiças, principalmente quando olhamos para aqueles que recebem US\$60 dólares por mês. Esse é o salário mínimo dos brasileiros, hoje. O Collor de Mello falou que, quando terminasse o seu mandato, o salário mínimo estaria em US\$300 dólares. Fernando Henrique Cardoso, o Fernando II, afirmou que deixaria o seu primeiro mandato com o salário mínimo a US\$250 dólares. E caímos ao nível de Bangladesh, fizemos esse arrocho salarial fantástico, reduzindo o salário mínimo ao impossível: um trabalhador brasileiro ganha US\$2 dólares por dia. Peço desculpas pelo alongamento da intervenção. Volto ao silêncio, para ouvir o sempre lúcido pronunciamento de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Lauro Campos, em verdade, temos tido debates freqüentes nesta Casa, sempre honrosos para mim, tanto em relação às interferências de V. Ex^a nos meus pronunciamentos como naquilo em que posso também contribuir quando V. Ex^a tem a palavra na tribuna do Senado Federal.

Sei que nem sempre concordo com V. Ex^a no que diz respeito à economia, e V. Ex^a quase sempre não concorda comigo. Mas esse é um debate instigante, devo dizer.

Concordo com o fato de que V. Ex^a é um dos homens de honradez inatacável e, por isso mesmo, honra também o Congresso Nacional com a sua presença.

V. Ex^a fala na economia. Esse talvez seja um ponto em relação ao qual divergimos um pouco.

O Brasil, nesta fase, pelas ações rápidas do Governo, foi capaz de resolver alguns problemas graves da economia, como o do câmbio e assim por diante. Recentemente estivemos à beira do abismo e, no meu entendimento, saímos dele com extrema competência.

Ora, um País que é capaz de uma manobra inteligente como essa no setor da economia e de resolver problemas fundamentais, graves, como não tem capacidade de resolver um assunto tão simples como o salário dos juízes? É infundável o número de juízes? É excessivo no Brasil? Não. Ao contrário. As estatísticas demonstram que o Brasil tem a menor taxa de juiz por habitante do mundo. Portanto, não se trata de uma categoria imensa que não pode ter um salário não digo melhor, mas, pelo menos, à altura do seu merecimento e da necessária dignidade, imposta até mesmo pela sua profissão.

Sr. Presidente, se essa greve ocorrer, ela em si mesma será capaz de criar uma grande balbúrdia na-

cional, cuja consequência não sabemos ainda dimensionar. Torço para que o patriotismo e o espírito público dos juízes, conectados com a ação do Governo, possam resultar em um entendimento que evite o movimento paredista dos magistrados. Se isso não acontecer, teremos postergados e negligenciados os interesses legítimos da sociedade, não por culpa dos juízes, mas por culpa de uma situação que se criou e que afeta diretamente até a família dos próprios magistrados.

Se me perguntarem se sou a favor de greves, direi não. Não acredito que as greves em massa, como ocorreram no Governo do Presidente Sarney e em outros, possam construir uma sociedade rica, feliz e duradoura. No Governo do Presidente João Goulart, havia greves até para que pessoas pudessem comparecer ao Maracanã para assistir a um Fla-Flu. Faziam-se greves para facilitar o transporte de pessoas que queriam assistir a um jogo de futebol. Não posso ser a favor de uma greve dessa natureza. Mas esta de que estamos tratando é diferente e será a primeira da História do Brasil – se ocorrer.

Da tribuna do Senado, faço um apelo ao Presidente da República, no sentido de que rapidamente encontre uma solução, que não será difícil, para esse grave problema nacional. Os juízes não podem continuar nessa situação de quase miséria em que vivem. Eles têm de ser atendidos na sua justa reivindicação, que começou há vários e vários meses.

Sr. Presidente, confio, mas não como dizia Afonso Arinos: desconfiando. Confio confiando que o Presidente da República, que a Comissão Especial da Câmara, que todos nós, juntos, seremos capazes de encontrar uma solução para o problema.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Edison Lobão, o Sr. Leomar Quintanilha, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra a S. Ex^a o Senador Lauro Campos, por 20 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dentro de alguns dias, o Conselho de Ética do Senado vai se reunir. O objetivo será o exame de um processo, com uma representação que corre nesta Casa contra um de nossos Colegas Senadores.

Não pretendo entrar no julgamento do caso, mas apenas, como membro que sou do Conselho de Ética,

em breves pinceladas, estabelecer para os meus eleitores quais os parâmetros, quais os fundamentos, qual a minha visão do que seja a questão da ética tal como eu a objetivarei na comissão a que pertenço.

A questão da ética é realmente um problema, como quase todos os outros, de difícil abordagem, de difícil percepção. Não tenho competência suficiente para começar a discussão do tema nos páramos da Filosofia, no domínio em que o problema se coloca e busca seus fundamentos. Contento-me com menos. Não há dúvida alguma de que a questão da ética se torna difícil porque temos na nossa sociedade complexa, plural, grupos de interesse, organizações singulares. Cada uma delas adota um padrão ético, normas éticas de conduta para a organização, o funcionamento e o julgamento da conduta de seus membros.

A máfia tem uma ética. Chama-se omertà. É uma ética muito rígida, talvez mais rígida até mesmo do que a ética da caserna.

Essas formas de atividade, essas profissões que usam a força e a violência necessitam de normas carregadas de um alto poder coercitivo. A N'drangheta, uma máfia do sul da Itália à qual se associou PC Farias, é altamente rígida em sua ética. Também são rígidas as éticas profissionais dos médicos, dos engenheiros e dos advogados. Então, a sociedade plural tem uma pluralidade de normas e de princípios éticos que presidem essa diversidade na unidade da sociedade.

Bem, fui buscar, há muitos anos, os fundamentos daquilo que eu incorporaria como uma ética pessoal, insatisfeita, em parte, com a notável regra a que chegou Emmanuel Kant, de que a nossa conduta individual deve ser tal que se possa erigir numa regra universal de conduta. Imaginemos se as regras de conduta individual daqueles Deputados que, na Câmara, estão sendo submetidos ao julgamento ético – e muitos deles tiveram os seus mandatos cassados – pudessem ser erigidas em uma regra universal de conduta? Milhões de pessoas sofreriam a agressão da motosserra.

Assim, repito, a norma filosófica de Kant age de tal maneira que a sua ação possa se converter numa regra universal de conduta. Acho-a muito bonita, mas, infelizmente, neste nosso mundo impregnado de distorções, de agressões e de comportamentos antiéticos que penetram no aparelho de Estado, e em todos os Poderes da República – no Legislativo, no Executivo e até mesmo no Judiciário –, seria muito rígido adotar-se esse ponto de vista. Sob ele, obviamente, o comportamento que vamos julgar e, talvez, o de quase todos nós, se submetidos a essa rigidez kantiana,

seriam reprovados e, obviamente, teríamos o nosso Conselho de Ética cassando o nosso mandato.

Um dos livros que mais me impressionaram, e com o qual dialoguei durante muitos anos da minha vida, foi o *A Ética Protestante no Espírito do Capitalismo*. Eu o reli por quatro vezes, porque o achei realmente muito importante. Ele contém, entre outros aspectos, uma crítica a Karl Marx, no que diz respeito ao papel da ética e da ética religiosa no surgimento e desenvolvimento do capitalismo.

O sociólogo alemão, autor desse livro, afirma que não foram o desenvolvimento material, as invenções, as inovações, as novas formas de organização mais eficientes no trabalho, já presentes, embrionariamente, na Idade Média, que fizeram surgir o capitalismo. De acordo com ele, foram a cisão, a reforma e as diversas seitas reformistas que apresentaram à sociedade moderna certos ingredientes que teriam, de acordo com a sua terminologia, afinidades eletivas com o capitalismo. Quer dizer que, então, a ética católico-romana não tinha afinidades com o espírito e com o desenvolvimento do capitalismo, pois era uma ética da pobreza e da simplicidade, no princípio da formação cristã. Ela pregava o não consumo, a abstinência e achava que, para se ganhar o céu, era preciso sacrificar-se. É mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que um rico entrar no céu. O reino de Deus seria dos humildes e dos pobres. O exemplo está nos apóstolos, na sua pobreza e na sua simplicidade. Com a vitória do catolicismo, esse espírito da estrada e da simplicidade foi-se transformando e o que vimos, realmente, foi que a pompa e o luxo passaram a dominar barbaramente o espírito da Igreja Católica. Então, Lutero, depois Calvino, depois Henrique VIII e depois tantos outros foram fazendo os cismas, as divisões, as reformas e apresentando as suas discordâncias em relação à base, aos fundamentos e, principalmente, à prática e à História do Cristianismo.

O livro de Max Weber é muito bem feito e ele procura mostrar que, por exemplo, ao invés de afirmarem que dos pobres será o reino dos céus, agora as seitas reformistas afirmam que a riqueza e a sua acumulação são um sinal da graça de Deus, em oposição frontal com as colocações anteriores, que ele considerava como mais consentâneas com a Idade Média e com uma sociedade teocêntrica pré-capitalista.

Max Weber afirma que, sem essas transformações éticas, sem essas afinidades eletivas, a cobrança de juros permaneceria sendo um pecado. **Pecunia pecunium parere non potest**, dinheiro não pode parir dinheiro, dizia São Tomás de Aquino. Mas, muitas seitas reformistas permitiam a cobrança de juros e

da usura e afirmavam que o enriquecimento individual é um sinal de que Deus escolheu aquela pessoa para acabar de realizar a sua obra na terra. Então, os ricos são, agora nesta nova concepção, auxiliares de Deus em sua obra incompleta, que é a nossa sociedade, a nossa terra.

Então, percebemos que, realmente, existem duas normas diferentes. E, na sociedade capitalista, essas normas de conduta, esses princípios éticos, vão adquirindo determinações capitalistas. Numa sociedade homogênea, por exemplo, na Tribo dos Zoés, o comportamento da sociedade é bastante uniforme, porque a sociedade é simples, natural. No capitalismo, obviamente, há uma diferenciação frontal, na medida em que a sociedade se divide entre a burguesia, que foi se enriquecendo ao longo do processo cada vez mais, e o proletariado, a quem a exclusão e a obrigação do trabalho foi imposta. Para mim, existe uma ética do capital e uma ética do trabalho, que são inconciliáveis. A ética do capital afirma e tem como valor a acumulação e a concentração; a ética do trabalho, a ética dos derrotados, a dos pobres, a dos trabalhadores, ao invés da concentração, afirma que a regra dominante deveria ser a da divisão, a da distribuição dos bens que a sociedade produz. Portanto, considero que realmente, existe, com a afirmação do capital, a produção de uma ética dominante que se apóia, que se fundamenta na concorrência, no *struggle for life*, na luta de uns contra os outros na arena do mercado. E que desta luta praticada nos mercados que seriam concorrenenciais, os mais aptos venceriam, os mais aptos ficariam ricos e os menos aptos seriam lançados à marginalidade e à pobreza. Esta é a ética do capital. Mas que concorrência é esta? Que seleção é esta? É óbvio que se nós todos fôssemos iguais, sem herança, sem diferenciações nas oportunidades de treinamento e de informação, se todos fôssemos realmente iguais, se na sociedade a concorrência fosse perfeita, talvez pudesse ser aplicada esta norma, segundo a qual os mais aptos, os mais capazes vencem e os mais inaptos são derrotados, condenados a uma vida pobre, miserável e curta, como dizia Robert Malthus. Pois bem, o que vemos, portanto, é que são duas éticas, são duas formas distintas, são dois sistemas de valores que dominam a sociedade capitalista, dividindo-a em suas classes sociais opostas.

Infelizmente, do meu ponto de vista, os trabalhadores modernos, e mesmo aqueles do meu Partido dos Trabalhadores, por quem optei ao ter a certeza de que tinham muita razão alguns pensadores com os quais tenho afinidade. Marx disse que dinheiro não é merda; mas que merda pode ser dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Senador Lauro Campos, o tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Para concluir, citando o também o autor de *Novum Organum*, que afirmou que o dinheiro é como o estrume; quando amontoado, ele queima e esteriliza o terreno. E que o dinheiro, tal como o estrume, só é bom e fértil quando espalhado, quando distribuído pela sociedade. Finalmente, vou citar apenas Freud, que disse que as fezes são o símbolo universal do dinheiro, e que o acúmulo de dinheiro está relacionado à fase anal e aos processos excretores.

Sr. Presidente, para terminar, realmente estou em uma situação difícil, porque estou com medo de cair de novo, como aconteceu outro dia. Por isso não posso falar muito depressa, e, falando mais devagar, obviamente meu tempo fica longe de permitir que eu dê coerência àquilo que estou falando. Então, não são dois partidos ou partidos opostos que vão julgar nosso colega Senador. Mas, é mais do que isto: são dois padrões éticos, são duas visões do mundo que vão realmente tomar como objeto a conduta de um dos nossos colegas do Senado. Não vou adiantar qual será a minha sentença, digamos assim. Mas comprehendo, e discordo daqueles que afirmam, por exemplo, que existem duas éticas: a ética lá de fora, onde tudo é permitido, onde se pode enfiar a mão nos recursos do Governo ou em qualquer outro recurso. Assisti a um Senador defender essa tese neste plenário, querendo uma outra ética diferente. Quando entramos no Senado, tínhamos uma outra ética. Aqui, se formos Senadores, escorreitos, se formos Senadores que apresentamos muitos projetos, se formos Senadores que apresentamos até projetos para o social, então, na nossa vida particular, tal como dependuramos o paletó ao chegarmos em casa, também poderemos dependurar os nossos padrões éticos, os nossos valores e passar a atuar com outros valores, com outros padrões éticos, com outras formas de conduta.

Não acredito nisso. A ética está de tal forma impregnada nos diversos componentes, nos diversos agentes dessas classes sociais opostas que é impossível retirarmos da nossa alma a ética que penetrou o nosso espírito e adotarmos uma conduta diametralmente oposta enquanto desempenhamos as nossas funções de Senador.

Na ocasião, mostrarei que isso é impossível e que não ocorreu na espécie. Portanto, no Conselho de Ética, tentarei ser coerente porque, sem coerência, a ética não subsiste.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e inadiável de interesse partidário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o trabalho do PSDB e de sua Liderança fez com que ontem fosse aprovada, na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, uma emenda da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado, de minha autoria, que possibilita aos servidores federais dos ex-territórios de Roraima, do Amapá, do Acre e de Rondônia o recebimento de recursos para tratamento de assistência médica e odontológica. Foi uma ação importante.

Em nome do PSDB, agradeço ao Deputado Freire Júnior, Relator da área da fazenda e do desenvolvimento, porque a aprovação dessa emenda, desse destaque abre possibilidades para que os servidores de Roraima, Amapá, Acre e Rondônia possam ser igualados ao restante dos servidores federais, que já têm plano de assistência médica. Trata-se de assunto extremamente importante para esses quatro Estados. Registro essa vitória para os servidores dos ex-territórios.

Sr. Presidente, lamento uma posição que me parece estar consolidando-se na Câmara dos Deputados no tocante à lei que trata da reforma do Judiciário, especificamente no aspecto do combate ao nepotismo. A imprensa hoje noticia a existência de posicionamentos que preocupam o nosso Partido. Leio no jornal **O Globo** que a Câmara dos Deputados parece estar voltando atrás e tentando aprovar o nepotismo por cotas. Já a **Folha de S. Paulo** diz: "Temer defende cota para contratação de parentes".

Lamento esse posicionamento. A reforma do judiciário é importante para que se combatia o nepotismo. Não é possível que continuemos a assistir, principalmente nos governos estaduais e municipais, a contratação exacerbada de parentes.

Segundo a matéria do jornal **O Globo**, 320 Deputados empregam parentes, e talvez essa fosse a forma de se aprovar essa emenda, dando gradação de nepotismo. Sinceramente não entendo isso. Irregularidade não tem gradação. Não é possível aprovarmos lei que permite a contratação de quatro parentes. Seria como, na lei de responsabilidade fiscal, dizer-se "roubar pode, mas para o ano não poderá mais". Então, neste ano, poderia haver irregularidade, como queriam alguns prefeitos, pois seria dado um prazo para a lei de responsabilidade fiscal entrar em vigor.

Se pudéssemos comparar essa proposta da Câmara, em termos de chacota, poderíamos dizer que

aquela Casa deseja registrar, por exemplo, a inexistência de gravidez até o quarto mês, que a gravidez começaria sómente a partir do quarto mês de gestação. A proposta segue essa idéia: até quatro parentes, não existe nepotismo; mais de quatro parentes, começar a haver nepotismo.

Somos contrários a essa questão. O nepotismo deve ser combatido não com meias medidas, mas com medidas integrais. Lamento que possa evoluir essa questão do combate ao nepotismo para uma meia medida, para um remendo. Não fica bem perante a sociedade brasileira que a classe política tenha essa posição.

Assim como refutaram o fato de a lei de responsabilidade fiscal entrar em vigor a partir deste ano, espero que as lideranças da Câmara dos Deputados rejeitem esse posicionamento e aprovem uma lei que combata o nepotismo e que dê transparência ao serviço público e moralidade à aplicação de recurso que não é de nenhum governante, nem de Presidente da República, de Governador ou de Prefeito, mas da sociedade brasileira. Por isso, deve ser tratado com respeito.

Lamento esse encaminhamento. Se a Câmara dos Deputados vier com meias medidas e com meio combate ao nepotismo, espero que o Senado tenha a responsabilidade de modificar essa decisão e de devolver à Câmara, para fazer com que se cumpra o que a sociedade brasileira quer: seriedade e compromisso com o dinheiro público e com a gestão da moralidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, por 20 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é minha intenção fazer alguns comentários sobre os fundos de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste criados pela Constituição de 1988.

Certamente inspirados pelas imensas dificuldades regionais com o sofrimento das populações das regiões mais sofridas, isoladas e pobres deste País, os eminentes legisladores entenderam que, incluindo os fundos no texto constitucional, estariam viabilizando um mecanismo que viesse contribuir para mitigar as mazelas que afligem, que afligiam e que continuam afligindo as populações dessas Regiões.

O Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, visivelmente observados ao longo da História do Brasil, não receberam investimentos maciços de recursos que

Ihes permitissem organizar suas infra-estruturas e economias, promover um processo efetivo de desenvolvimento, oferecer oportunidades à sua população e, com seu esforço próprio e sua competência, nas mais diversas atividades, desenvolver um trabalho que robustecesse a economia e naturalmente oferecesse melhores condições de vida ao seu povo. Por motivos claros e óbvios, os fundos constitucionais representam um fator importante na tentativa de minimizar as diferenças regionais e mitigar os sofrimentos das pessoas contempladas com esses recursos, com o objetivo de combater a pobreza, a atividade produtiva desassistida, a mortalidade infantil, o analfabetismo. Os mecanismos criados por esse fundo constitucional destinam-se a estimular o setor produtivo, encorajando, por conseguinte, a iniciativa privada. Esse processo fez com que um rasgo de esperança pairasse sobre as populações dessas regiões que começaram a desenvolver atividades, ainda que com dificuldades, como o isolamento em que vivem, a inexistência de comunicação adequada, de assistência à saúde e à educação e de serviços de transporte. Mesmo assim, os empreendimentos começaram a surgir nas mais diversas atividades nos diversos Estados que integram as regiões contempladas por esse programa de financiamento dos fundos constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a inflação tem sido um dos problemas enfrentados pela economia brasileira nos últimos dez anos, apesar da tentativa hercúlea de mudar a cultura vivida pelo povo ao longo de várias gerações, não permitindo o ordenamento das finanças das atividades produtivas, ao contrário, dificultando a sua organização.

Essa distorção do sistema financeiro acabou subtraindo um pouco das vantagens que os fundos constitucionais apresentavam. Esses recursos acabaram sendo aplicados com encargos financeiros brutais, incompatíveis principalmente com as atividades desenvolvidas nas regiões ligadas ao setor primário, como a agricultura, a pecuária, as atividades pesqueiras e florestais, que não suportam os juros escorchantes e abusivos impostos pela economia de mercado. Esses juros acabaram transformando os fundo constitucional de financiamento em um comprometedor da economia dessas regiões, prejudicando os empreendedores de qualquer porte – micros, médios e grandes. Aqueles que se utilizavam daquele fundo constitucional para desenvolver suas atividades viram-se diante de uma situação muito difícil, com o estoque de uma dívida enorme, comprometendo seu patrimônio, sem alternativas para, com os recur-

sos auferidos das atividades que desenvolvem, na agricultura ou na pecuária, satisfazerem suas obrigações com as instituições financeiras que emprestaram esses recursos.

Por outro lado, embora esses recursos tenham contribuído para mudar o quadro social e econômico dessas regiões, para melhor quantificar os volumes de recursos direcionados, citarei, como exemplo, uma informação prestada pela Superintendência do Banco da Amazônia, que nos informa os valores acumulados dos recursos aplicados nos Fundos Constitucionais do Norte: no Acre, R\$88.995.940,00; no Amazonas, R\$204.006.619,00; no Amapá, R\$58.022.439,00; no Pará, R\$1.369.696.394,00; em Rondônia, R\$314.788.194,00; no Tocantins, R\$452.973.743,00. Totalizando, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Região Norte, a título de exemplo e é o dado de que disponho no momento, recebeu a soma de R\$2.000.573.089,00, ao longo da existência do Fundo Constitucional do Norte.

Repetindo, nobre Senadora Heloisa Helena, Rondônia recebeu R\$314.788.194,00.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Ex^a tem o dado de Roraima, Senador Leomar Quintanilha?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Roraima, R\$84.606.325,00. Repetindo o total da Região Norte: R\$2.000.573.089,00.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora esses recursos tenham contribuído para melhorar a qualidade de vida do povo e estimular a atividades produtivas dessa região, representam um volume significativo não apenas pela demanda existente e pelo enorme potencial que essas regiões ensejam mas pela necessidade enorme de promover o desenvolvimento das regiões menos assistidas para, pelo menos, diminuir a distância do nível de desenvolvimento existente das regiões mais desenvolvidas, notadamente o Sul e o Sudeste, que, ao longo da História do Brasil, experimentaram o aporte de recursos vultosos e de somas extremamente mais expressivas do que esses valores que estamos registrando.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Pois não. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Nobre Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a traz um tema importante para o desenvolvimento regional do País, que é exatamente a gerência e a implementação dos programas financiados pelos fundos constitucionais. V.

Ex^a faz esse registro num momento em que o Governo edita uma Medida Provisória e muda, de certa forma, dando um alento aos programas financiados com esses recursos. Por que isso? V. Ex^a mencionou que foram investidos R\$2 bilhões nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Apenas quero lembrar que esses recursos, mesmo sendo poucos, em muitos casos, geraram um processo inverso à idéia do que seria um processo de desenvolvimento. Por quê? Por exemplo, na Região Norte, o índice de inadimplência por conta da taxação de juros e do que agora foi mudado com a Medida Provisória é algo extremamente grave. No meu Estado, por exemplo, no FNO, no Procera e no Pronaf, o índice de inadimplência é de mais de 95%. Por quê? Porque não era possível pagar a dívida com as taxas de juros e a cobrança de multas e tudo o mais da forma que o BASA vinha calculando. O Presidente Fernando Henrique, numa ação urgente, conduzida pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério da Integração Nacional, mudou a configuração dos fundos. Agora, temos juros fixos. No Pronaf, individual, inclusive, são previstas taxas negativas para o ano de 2000, menos de 1%, portanto, retirando uma grave situação de cobrança. Resta uma questão, que é a de ampliar recursos e definir uma política que possa efetivamente gerar empregos, mas há aí um passivo de endividamento desses projetos que precisa ser revisto com muito cuidado pelo Governo. Não adianta somente resolver a questão dos juros daqui para frente; temos que reinserir no processo produtivo as empresas que estão inadimplentes. Na verdade, se formos analisar principalmente na Região Norte, essas empresas são, em grande parte, aquelas que têm possibilidade de gerar atividade econômica. Quem tinha condições de tirar empréstimos e de fazer algo, em tese, já foi buscar recursos no FNO e no FNE, e agora se encontra inadimplente. Como é que vamos fazer novos programas? Com novas empresas? Aonde? Não se criam empresas e mercados da noite para o dia. Da mesma forma que o Governo Federal fez com o Refis, rediscutindo, parcelando e refinanciando as dívidas da área da Receita Federal e do INSS, por meio do Refis, dando prazo e condições de pagamento em cima do faturamento das empresas, é importante que se tenha o mesmo comportamento para essas dívidas do FNO, do FNE, dos fundos constitucionais, para que, efetivamente, possamos reinserir, no processo produtivo e no processo de desenvolvimento, as empresas que tiveram empréstimo e que, devido à taxa de juros, à TJLP, mais multas e tudo o que sabemos que os bancos cobram, ficaram, de certa forma, marginalizadas do processo de reinserção na produção. Não quero me es-

tender no aparte. Quero parabenizá-lo e fazer este alerta aos Ministérios da Integração e do Desenvolvimento: é importante fazer, para os fundos constitucionais, o mesmo que foi feito para o Refis, reinserindo no processo produtivo os devedores que hoje estão inadimplentes. Meus parabéns.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – V. Ex^a lembra, com muita propriedade, uma dificuldade que mencionei, no início da minha fala, com relação aos financiamentos, ao estoque da dívida hoje existente. É claro que, com as distorções provocadas pelos diversos planos econômicos, os encargos financeiros das contas devedoras dos mutuários são incompatíveis com o rendimento das suas atividades, já que os seus produtos, em momento algum conseguiram acompanhar, em valorização, o que os encargos financeiros cresceram. Essa dificuldade persiste e compete a todos nós dirimi-la, principalmente a nós que representamos todas as regiões brasileiras – e não só as atendidas pelos fundos constitucionais. Todas foram vítimas desse processo de aporte na conta devedora dos mutuários. Aqueles que tomaram empréstimo para desenvolver atividades produtivas, nos diversos segmentos, foram vítimas de encargos financeiros brutais, via de regra incompatíveis com os rendimentos que as suas atividades propiciavam, criando um descasamento que não lhes permitia, em hipótese alguma, resgatar, satisfazer as suas obrigações com as instituições financeiras. Isso ficou ressaltado, de forma muito clara, no setor primário. Houve momento em que a imagem do produtor era vendida à população, de uma forma distorcida, como a do vilão da história. Na verdade, não é isso. V. Ex^a está acompanhando e sabe bem.

Precisamos trabalhar para aprimorar esse esforço que o Governo Federal tem feito com vistas a modificar os financiamentos dos fundos constitucionais.

V. Ex^a mencionou o avanço que representa a Medida Provisória nº 1988, que propõe retirar, definitivamente, a indexação dos financiamentos dos fundos constitucionais. Se estamos vivendo uma economia sem inflação, equilibrada, não tem sentido, não há justificativa nenhuma para que qualquer financiamento, sobretudo os do setor primário, ainda tenha taxa de encargo financeiro com correção monetária.

Mas, nobre Senador, Sr. Presidente, demais Colegas, precisamos nos alertar para a propositura da medida provisória. Ela ainda estabelece encargos financeiros relativamente elevados. É claro que divididos por categoria, mas são encargos que variam de 5% a 16% ao ano; e para o setor primário, para o setor de serviços, ainda são encargos elevados. Entendo

que seja um avanço desindexar para colocar juro fixo, mas é preciso que haja uma perspectiva de alteração desses encargos financeiros, não a longo prazo, mas, pelo menos, a médio e a curto prazos, para, efetivamente, compatibilizá-los com as possibilidades econômico-financeiras das atividades desenvolvidas nessas regiões.

Sr. Presidente, essa medida provisória, com todo o mérito que tem, o de procurar melhorar as condições dos financiamentos, por meio dos fundos constitucionais, ainda deixa uma espada de Dâmonos sobre a cabeça do mutuário, sobre o tomador do empréstimo. Veja que, no seu art. 1º, § 3º, ainda registra que:

Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revisados anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP – apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

Quer isso dizer que houve desindexação, mas não houve desindexação, porque os encargos serão reexaminados anualmente. É preciso que analisemos isso com muito critério, com muito cuidado, porque, efetivamente, o setor primário, com destaque para a agricultura, tem uma importância muito grande no equilíbrio da economia brasileira, é uma atividade nobre, pois dedica-se a prover a mesa das pessoas de um elemento essencial à vida, que é o alimento. Essa é uma atividade estratégica.

Vejam que os países mais ricos têm uma preocupação muito grande com a sua agricultura. Os americanos, que têm um território tão extenso quanto o nosso, produzem 400 milhões de toneladas de grãos, enquanto estamos ainda no patamar de 80 milhões. A Europa toda protege a sua agricultura, porque ela é importante, é estratégica para o equilíbrio sócio-econômico de qualquer nação.

Por essa razão, é preciso que nos dediquemos mais à análise desta medida provisória, para que possamos, quem sabe, oferecer alguma alternativa para melhorá-la e aprimorá-la, a fim de que não continue penalizando o setor primário brasileiro. Ela traz uma inovação que considero interessante, que é o bônus pela adimplência, que é um estímulo, um prêmio para quem consegue pagar suas dívidas em dia. Parece que a inadimplência ainda é o estigma do setor primário. Nunca ouvi falar que é mau pagador aquele que tem dinheiro. Via de regra, e é o que ocorre basicamente no setor primário, quando os financiamentos não são resgatados, isso ocorre porque o produtor rural não tem dinheiro. É claro que, no setor agropecuário, como em qualquer outro setor das atividades brasileiras, existem pessoas de caráter e pessoas

sem caráter. Portanto, pode haver no setor primário, entre os produtores, os caloteiros, o que não pode ser generalizado.

A grande maioria dos produtores não tem conseguido pagar as suas contas porque, na sua atividade, há fatores alheios ao seu controle: importação de produtos em hora inadequada, com preços inferiores àqueles dos seus produtos, dificulta, às vezes, o saneamento das suas finanças e o resgate das suas dívidas.

Portanto, Sr. Presidente, além da necessidade de análise do item que propõe o reexame dos juros anualmente, e do gatilho que aciona a TJLP, desde que haja uma variação superior a 30%, é importante, como bem lembrou o nobre Senador Romero Jucá, que encontramos a equação, a solução para o estoque da dívida. Não adianta baixar os juros que estarão sendo aplicados em um saldo devedor expressivo, vultoso, que acaba inviabilizando a atividade do setor primário.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – V. Ex^a ainda me permite apartear-lo?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – Pois não, nobre Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Senador Leomar Quintanilha, gostaria de fazer uma sugestão. Já que V. Ex^a apresentou tão bem, nesse discurso, essa questão, que, juntos, numa comissão, procurássemos o Relator da Medida Provisória e propuséssemos as mesmas características, o mesmo cálculo, para pagamento da dívida, que foram estabelecidos para o Refis, para o estoque dos fundos. Talvez, com isso, houvesse um avanço e tivéssemos aqui, no Congresso Nacional, uma proposta para ser negociada com o Governo.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB – TO) – A sua sugestão é interessante. Proponho-me, juntamente com V. Ex^a e com todos aqueles que se interessam pela matéria, a ir ao Relator, para apresentarmos as nossas propostas para a discussão dessas questões.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, espero ainda voltar a este tema, dada a sua importância, o seu significado, não só para o setor primário brasileiro, mas para essas regiões que lutam para equacionar de vez os problemas que afligem as suas populações.

Tenho convicção de que com os sinais positivos que a economia brasileira está dando, o setor primário continuará sendo de vital importância, de importância transcendental para o equilíbrio social e econômico do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me inscreva, após o Sena-

dor Tião Viana assomar à tribuna, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Lúdio Coelho) – Pois não, V. Ex^a está inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda. S. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, venho à tribuna para, em primeiro lugar, solicitar que a Mesa faça constar dos Anais desta Casa o editorial que o **Correio Braziliense** publicou no dia 1º de fevereiro, a última terça-feira, com o título de O Grito do Entorno.

Diz o editorial, Sr. Presidente:

"A capital do país tem conseguido, cada vez com mais dificuldade, suportar seus mais angustiantes problemas – a violência nas ruas, nas casas e no trânsito, o atendimento de emergência nos hospitais públicos, a falta de vagas nas escolas. Diante do destino desastroso das grandes cidades, Brasília ainda tem algo a respirar. Mas não será por muito tempo. Porque bem perto do Distrito Federal, depois de uma linha geográfica imaginária, há uma região no limite do desespero. É o Entorno que está gritando, ora por falta de água, ora por falta de postos de saúde, muitas e repetidas vezes por deficiência no sistema de transporte e, mais consistentemente, por falta de tranquilidade para ir e vir, para dormir, para viver. Eis o depoimento de uma mãe e avó, moradora do Novo Gama: 'Moro no Pedregal há 25 anos. Sempre foi perigoso, mas nunca tinha acontecido nada conosco. Agora não temos mais paz. Mataram meu filho. Quero ir embora antes que matem meus netos'. Nesta cidade do Entorno, de 85 mil habitantes, vive-se o medo de dormir e não acordar, de sair e não voltar. Uma rede de traficantes e a forte evidência de lá existir um grupo de extermínio formado por policiais militares impõem à população um cotidiano de sobressaltos. A morte, sob tortura e tiros, de um carroceiro – com o testemunho de uma criança de 9 anos – abriu uma fresta na tragédia até então silenciosa. Instituições de defesa dos direitos humanos saem a campo, mas a denúncia e a apuração de casos pontuais é pouco diante do tamanho do

problema. O histórico recente de outras grandes cidades brasileiras mostra que a violência policial e o tráfico de drogas são contemporâneos da falta de condições respeitáveis de vida: emprego, água, esgoto, transporte, saúde, educação. E o Entorno se agiganta descontrolado – nele está a cidade que mais cresce no País, Águas Lindas. Enredados em desavenças políticas, os governos do DF e de Goiás até agora têm tratado o Entorno como o lado de lá – como uma ferida tão alastrada que não se sabe muito bem como e por onde começar a tratá-la. Como de hábito, fecham-se os olhos ou faz-se de conta que se está atento ao problema. Em agosto do ano passado, o governador Marconi Perillo desfilou com 60 viaturas equipadas com computadores para transmissão de dados via satélite destinadas a oito cidades do Entorno – entre elas o Novo Gama. Fez o barulho que todo bom político sabe fazer quando quer amplificar seus atos. Mas a Delegacia de Polícia do Novo Gama tem 13 funcionários e a Polícia Militar, 105 homens para uma cidade, repete-se, com 85 mil habitantes. O Governo do Distrito Federal, no que lhe diz respeito, trata o Novo Gama – e as demais cidades do Entorno – como o vizinho miserável e inconveniente, que serve apenas para desandar as estatísticas da capital do país. O Entorno, esquecem-se os dois governadores, é um vulcão se alimentando do desprezo dos governos e à beira de causar estragos muito além de seus próprios e indefesos limites."

Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, o que esse editorial aqui está dizendo é que, no limite do Distrito Federal, há uma população miserável de um milhão de habitantes. Dentro do Distrito Federal vivem dois milhões de habitantes e, na divisa, mais um milhão de habitantes. No entanto, há uma diferença: esse um milhão de habitantes que vive do lado de lá, que vive no Estado de Goiás, na região do Entorno, não tem hospital, não tem posto de saúde, não tem rede de água, não tem rede de esgoto, não tem polícia!

E essa população, é claro, pressiona a Capital do País em busca de serviços públicos, em busca de empregos, muitas vezes em busca de esmolas mesmo. Se não houver um modelo de desenvolvimento para essa região, vai ser inviabilizada a própria qualidade de vida no Distrito Federal.

Por iniciativa do Senador Iris Rezende e minha, aqui no Senado, e do Deputado Augusto Carvalho, na Câmara dos Deputados, há dois anos o Congresso Nacional aprovou a criação da RIDE – Região Integrada do Desenvolvimento do Entorno. Essa região, abrangendo as cidades satélites de Brasília e as do Entorno, deveria gerar diminuição de impostos, recursos de investimentos para a infra-estrutura básica, de tal sorte que Brasília, melhorando a qualidade de vida dos que vivem na região periférica, pudesse crescer daqui para fora, ao invés de continuar inchando de fora para dentro. No entanto, Sr. Presidente, essa lei, sancionada pelo Presidente da República, ainda não saiu do papel.

A Bancada de Brasília e a Bancada de Goiás, nos últimos dias, reunidas, fizeram emenda coletiva ao Orçamento, e espero que o Deputado Carlos Melles, Relator do Orçamento Geral da União, privilegie essa região na proporção das suas dificuldades.

Só para se ter uma idéia, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores – muitos dos quais vivem em Brasília, grande parte da água que bebemos no Distrito Federal vem da Barragem do Rio Descoberto. Entretanto, os 150 mil moradores de Águas Lindas, onde não há um cano de rede de água e um cano de rede de esgoto, produzem seus dejetos nas fossas, e estas, via subsolo, deságuam diretamente na Barragem do Rio Descoberto. Suas águas é claro já estão poluídas.

Ou fazemos as redes de água e esgoto na Cidade de Águas Lindas; ou temos a coragem de investir nas cidades do Entorno Novo Gama, Pedregal, Valparaíso, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Formosa. Investimos nessas cidades, e aí a população passa a ter boa qualidade de vida: ruas asfaltadas, emprego, serviços públicos mínimos, polícia, hospital, escola para seus filhos; ou então diminuímos impostos, fazendo com que indústrias se assentem nesses locais. Caso contrário, estamos criando no Distrito Federal uma baixada fluminense muito pior que a original. Até porque a original demorou 450 anos para ser construída; Brasília está conseguindo a sua baixada fluminense em menos de dez anos, em condições muito piores.

O que clamô desta tribuna, Sr. Presidente, é que a lei, que já existe, a Região Integrada do Desenvolvimento do Entorno, já sancionada pelo Presidente da República, saia do papel. Que seja capaz de reunir o Governador e Goiás, o Governador de Brasília, o Ministério do Desenvolvimento Regional numa ação concreta e objetiva que dê resultados práticos.

V. Ex's poderiam me perguntar: nada foi feito? Bom, alguma coisa foi feita. É bem verdade que o Governador de Goiás colocou 60 viaturas policiais; re-

centemente, solicitei a aceleração do processo de contratação de policiais já concursados naquele Estado, e S. Ex^a comprometeu-se a fazer um esforço nesse sentido. Um posto de saúde, de funcionamento de 24 horas, foi construído na Cidade do Novo Gama e outro em Planaltina de Goiás. Então, seria exagero da minha parte dizer que nada foi feito.

O Ministério da Agricultura, ainda na gestão do Senador Arlindo Porto, conseguiu recursos e construímos a Feira do Pedregal, a maior do Entorno. Alguma coisa foi feita. No entanto, Sr. Presidente, é muito pouco. É muito pouco para uma população de um milhão de habitantes, que está na divisa da capital do País; um milhão de habitantes que são vizinhos do Presidente da República, do Congresso Nacional, dos poderes maiores deste País.

Não é possível que Brasília, construída há apenas 40 anos, sofra um processo de degradação na sua qualidade de vida, pela miopia de seus governantes – e aí incluo o Governo Federal, o Governo de Goiás, o Governo de Brasília – de todos os tempos e de todos os partidos. Não se trata de partidarizar uma questão tão importante quanto essa. O que estou dizendo desta tribuna, Sr. Presidente, é: acordem, por favor, aqueles que são responsáveis! Ou melhor: acordemos todos os que somos responsáveis pelo futuro de Brasília!

Temos de criar condições imediatas e urgentes para um desenvolvimento integrado e racional entre o Distrito Federal e a região que lhe é próxima. Brasília tem que crescer do centro para fora, induzindo o desenvolvimento do Entorno – como era o sonho de Juscelino. Se Brasília continuar sendo um oásis dentro de uma região economicamente desértica e socialmente injusta, será inevitável um aumento das correntes migratórias, um crescimento vertiginoso da nossa população e uma degradação muito rápida da nossa qualidade de vida.

Faço esse alerta, Sr. Presidente, porque ainda há tempo. Brasília completou 2 milhões de habitantes, quando o plano original, de 1960, era que, no ano 2000, Brasília tivesse apenas 500 mil habitantes. Em 40 anos, Brasília ultrapassou em quatro vezes o planejamento original de Lúcio Costa. Isso, por si só, já é grave. Mas é muito mais grave, quando se verifica que essas cidades – criadas em função da atividade econômica do Distrito Federal e que crescem sem infra-estrutura e sem cuidados mínimos com a população – estão pressionando a rede de serviços públicos do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não se pode ser egoista em planejamento urbano. Se continuarmos cuidando só do Distrito Federal e não cui-

darmos do desenvolvimento do Entorno, Brasília, dentro de muito poucos anos, terá inviabilizada sua qualidade de vida.

Os problemas urbanos de Brasília são muito parecidos com os de todas as grandes cidades brasileiras. Há, no entanto, uma diferença: aqui, a solução ainda é economicamente viável; aqui, ainda é tempo de inverter esse fluxo migratório; aqui, ainda é tempo, com recursos bastante razoáveis, de criar distritos industriais na região do Entorno, de desenvolver a infra-estrutura básica, de concluir o metrô, para que as pessoas, tendo um transporte mais rápido, mais seguro, mais econômico, possam viver mais distante do centro urbano. Aqui, ainda é tempo.

O que faço aqui é convidar o Ministro do Desenvolvimento Regional, Fernando Bezerra, o Governador de Goiás, o Governador de Brasília, as Bancadas desses dois Estados, para que trabalhemos juntos num problema que é de todos nós.

Da minha parte, Sr. Presidente, como um dos autores da lei que criou a região integrada do desenvolvimento do Entorno, não posso ficar de braços cruzados diante de uma realidade perversa. Há a lei, foi criado o arcabouço institucional, mas essa lei ainda não produziu efeito prático palpável para aquela família humilde que vive em Águas Lindas ou no Novo Gama. Essas pessoas ainda são carentes, a vida econômica é quase desprezível. É preciso, portanto, que algo seja feito.

Ao concluir, gostaria de trazer um assunto que tangencia a falta de um modelo de desenvolvimento equilibrado e racional para Brasília e para o Entorno: a violência.

Veja, Sr. Presidente, como os fatos muitas vezes se desencadeiam de forma cruel, talvez para lembrar os que pensam sobre a gravidade do problema da violência no Brasil. No final de semana passado, as manchetes de todos os jornais declararam: "Brasília está completando 2 milhões de habitantes". As emissoras de televisão mostraram uma criança nascendo, que havia sido escolhida para ser a de número 2 milhões. Isso foi no domingo. Portanto, no domingo, Brasília comemorou o fato de ter dois milhões de habitantes. Sabe qual foi a manchete dos jornais de segunda-feira, Sr. Presidente? Noticiavam que, naquele final de semana, 15 pessoas morreram no Distrito Federal, vítimas da violência; 15 pessoas foram assassinadas com armas de fogo no Distrito Federal.

Sr. Presidente, numa cidade de dois milhões de habitantes, 15 pessoas são assassinadas num único final de semana. Será que vamos continuar conviven-

do com o País das armas? Com o País em que o cidadão se sente seguro se colocar um trabuco na cinta? Com o País que banaliza o porte de armas de fogo? Será que vamos continuar convivendo, nas grandes cidades brasileiras, com pequenas discussões de bar, com pequenas desavenças familiares transformadas em crimes, em homicídios, exatamente pela liberdade irrestrita que se tem hoje do uso de armas de fogo?

Isso não acontece mais em país algum, nem nos Estados Unidos, que fizeram a Guerra do Vietnã, que fizeram guerras no mundo inteiro, para proteger sua indústria bélica. Até lá, num país de violência conhecida no mundo inteiro, já se faz a limitação das armas.

E o Brasil? Será que continuaremos protegendo o lobby das empresas fabricantes de armas, que ganham dinheiro, que se enriquecem, que se tornam milionários à custa de dar uma arma para que um brasileiro mate o outro? E cada vez mais as nossas cidades se tornam violentas e nós achamos que é isto mesmo: há uma total descrença no Poder Público e cada cidadão procura a sua defesa.

O mais interessante é que, nos últimos dias, noticiou-se, com certo estardalhaço, um crime ocorrido em São Paulo. Um delegado jovem, de 31 ou 32 anos, quando dirigia seu carro, foi assaltado. E, como ele estava armado, reagiu. E foi morto. Esse delegado era um perito em tiros. Por que ele foi morto? Por uma razão simples, as estatísticas demonstram: o assaltante, quando pratica o assalto, está muito mais preparado para atirar, para a violência do que a vítima, ainda que ela se considere perita em tiro. E as estatísticas demonstram que o risco de um cidadão vir a falecer num assalto é 57% maior estando ele armado.

Mas muita gente diz: "Arruda, você não está querendo tirar as armas dos cidadãos de bem e deixar os bandidos armados?" Eu pergunto: o que é cidadão de bem? Cidadão de bem somos todos nós, até o momento em que perdemos a cabeça e damos um tiro. Aquele estudante de 26 anos, de São Paulo, que cursava o sexto ano de Medicina, oriundo de uma família de classe média alta, era ou não era um cidadão de bem, sob esse aspecto preconceituoso da sociedade de dizer que uns são cidadãos de bem e outros não? Era ou não era um cidadão de bem? Era sim. Andava bem vestido, bem apessoado, até o instante em que colocou uma arma na cinta, entrou num cinema dentro de um shopping e saiu atirando. Todos são cidadãos de bem até que cometem um crime; todos são cidadãos de bem até que, numa briga banal, lembram que possuem um revólver e fazem uma bobagem.

Sr. Presidente, ou nós temos a coragem de desarmar a população, de votarmos, nesta Casa, um Projeto desassombrado, de limitação efetiva do uso de arma de fogo no Brasil, ou estaremos contribuindo para um contínuo crescimento da violência no nosso País. O uso de arma tem que ser considerado crime. Estar com a arma já é crime. Aí, sim, vamos instrumentar a polícia para desarmar toda a população. No momento em que toda a população for, efetivamente, desarmada, vamos experimentar uma queda grande da violência no Brasil.

E isso é tudo? Claro que não. Há que se investir mais na segurança pública, há que se fazer muita coisa, mas, sob o argumento de que há outras coisas a serem feitas, não devemos ter medo de dar este passo na direção do desarmamento.

Sr. Presidente, cada vez que uma arma, legalmente comprada pelas leis atuais, é usada, sob o argumento da legítima defesa, as estatísticas demonstram que 47 armas são usadas para o crime, para o homicídio, no acidente caseiro quando o filho menor pega a arma do pai para brincar e mata o irmão. Isso está acontecendo todos os dias. A cada sete horas morre um brasileiro vítima de arma de fogo. Desde que esta sessão foi aberta hoje e daqui a mais uma hora vai morrer mais um. E não fazemos nada. É preciso que tenhamos a coragem, a ousadia de, mais do que limitar o uso e a posse de armas de fogo no Brasil, promovermos uma mudança cultural na sociedade, demonstrando às pessoas de bem, às pessoas que desejam uma sociedade pacífica, que o uso e a posse de armas é, na verdade, uma variável que incita a violência, que aumenta a possibilidade de crimes e de homicídios.

Na próxima semana, Sr. Presidente, esta Casa estará discutindo esta matéria em função dos relatórios do Senador Renan Calheiros e do Senador Pedro Piva, que são Relatores de Comissões diferentes ao projeto que apresentei, ao projeto da limitação, da venda e do porte do uso de armas de fogo no Brasil. Espero que cada Senador, além de representante do seu Estado, com as responsabilidades que tem com o País, possa fazer uma reflexão profunda da oportunidade que temos de, limitando o uso de armas de fogo, estabelecendo condições mais duras, criarmos uma mudança cultural, levantarmos no País inteiro essa discussão para saber se efetivamente ter uma arma de fogo contribui ou não para a construção de uma sociedade mais pacífica.

Veja, Sr. Presidente, há aqueles que argumentam que não se pode tirar o direito da legítima defesa. Ora, se um brasileiro tem o direito de comprar uma arma, colocar na cinta com a desculpa da legítima de-

fesa, e como a lei vale para todos, os 160 milhões de brasileiros também o têm. Se cada um dos 160 milhões de brasileiros comprar uma arma e colocar na cinta, além da grande alegria que nós vamos dar aos que fazem lobby pela fabricação e uso de armas, porque vão vender muito, pergunto: 160 milhões de brasileiros armados tornará a sociedade mais pacífica ou mais violenta?

Detalhe importante, Sr. Presidente, é que 87% dos crimes cometidos no Brasil o são com armas legalmente compradas. Muita gente diz que existe o contrabando, isso e aquilo. Apenas 13% dos crimes são cometidos realmente com armas que vêm de contrabando, e a lei já dá instrumentos para que seja erradicada, mas os outros 87% dos crimes são cometidos com armas que foram compradas legalmente. São essas armas fabricadas e negociadas, hoje, legalmente, que produzem esses estatíscos indicadores de violência no Brasil. Se queremos mudar, se queremos um país menos violento, temos que ter a coragem, Sr. Presidente, de discutir e votar nesta Casa uma lei efetiva que limite o uso de armas de fogo no Brasil.

Neste meu pronunciamento, Sr. Presidente, tratei de dois temas que estão interligados. O primeiro, a importância de um modelo de desenvolvimento integrado entre Brasília e o seu entorno. Estarei neste domingo indo a Goiânia para um encontro com o Governador de Goiás sobre esse tema. E, na próxima quarta-feira, estaremos com o Ministro do Desenvolvimento Regional discutindo propostas concretas para a implementação da região integrada do desenvolvimento do Entorno. Falei também sobre o crescimento da violência em Brasília e no Brasil e sobre a necessidade que temos de limitar o uso de armas de fogo no país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. Lúdio Coelho, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (BLOCO/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Senado Federal tem trazido como uma das suas preocupações um debate sobre a política de medicamentos no Brasil. É verdade que não temos tido a mesma intensidade do debate que tem ocorrido na Câmara

Federal que, inclusive, hoje tem a oportunidade de estar vivendo no meio da CPI dos Remédios, na qual os debates têm sido de grande importância e de grande consonância com a preocupação da sociedade brasileira no que diz respeito à impossibilidade de alcançar o direito de cidadania que inclusive, está na Constituição, de acesso aos medicamentos básicos e essenciais por parte das instituições públicas e, quando não, por parte da sua própria condição financeira e familiar.

Tenho recortes de o Jornal **O Globo**, já de fevereiro, em que faz o seguinte alerta: Preços de remédios sobem outra vez. Agora mesmo, em fevereiro, se constata que no mês de janeiro tivemos um aumento ousado, desrespeitoso por parte da indústria farmacêutica, no mercado nacional, da ordem de 97%, sendo que os medicamentos que tiveram maior aumento foram aqueles indicados para as doenças cardiovasculares e respiratórias. Há uma citação geral dos medicamentos que sofreram aumento no mês de janeiro, numa média de 97%, onde se inclui: Ampicilina, que subiu 97,1%; Mebenix, que subiu 30,5%; Gastrogenol, que subiu 29,1%; Hepatogenol, que subiu 28,2%; Depo Provera, que subiu 23,4%; Amoxilina, que subiu 20,7%; Digestar, que subiu 20,1%; Sulfato Ferroso, que subiu 16,3%, e Kraftol, que subiu 18,2%.

Ao lado desse fato, prestado como uma contribuição da imprensa, por meio do Jornal **O Globo**, a **Folha de S.Paulo** tem trazido um longo debate nas suas diversas colunas, com a presença da sociedade brasileira em relação à CPI dos Medicamentos e o aumento de preços.

Peço à Mesa que faça constar nos Anais da Casa um artigo feito para a **Folha de S.Paulo**, no dia 30 de janeiro deste ano, cujo autor é o Ministro da Saúde José Serra, que tem como título "A dor dos remédios", em que faz uma análise profunda, técnica e de grande coragem.

Faço questão de frisar essa questão porque não tem sido a regra dos Ministros da Saúde nos últimos anos, há pelo menos, 20 anos, acompanho a saúde deste Brasil, enfrentar os cartéis que dominam e têm o oligopólio da política de saúde deste Brasil, que determinam quais as regras e o que tem que ser feito. Então, é justo destacar que o atual Ministro da Saúde teve a coragem de colocar numa análise verdadeira, clara, um debate e a revolta da sociedade brasileira sobre o aumento dos preços dos remédios, tirando disso o isolamento que a Esquerda, os setores progressistas da sociedade vinham enfrentando como se fosse um pecado defender o cidadão brasileiro e dizer que o aumento dos preços dos remédios feria a digni-

dade e o acesso elementar da população brasileira àquilo que era um direito mínimo.

Acredito que esse artigo deva constar dos Anais do Congresso Nacional e do Senado Federal, assim como o artigo do jornalista Jânio de Freitas intitulado "Palavra-Chave", publicado no jornal **Folha de S.Paulo** de hoje. É um artigo que se contrapõe à idéia de que o Ministério da Saúde esteja, de fato, solidário com a sociedade e contrário formalmente à indústria farmacêutica. É um assunto controverso, que merece um debate público da maior importância, razão pela qual penso que os dois artigos devam constar dos Anais.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Antes de continuar o comentário, concedo um aparte, com muito prazer, ao Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Tião Viana, venho somar minha voz à de V. Ex^a ao ressaltar a importância do debate sobre o preço dos medicamentos. Sem dúvida, já se denunciou a exacerbação dos preços dos remédios e a incapacidade de a população adquiri-los. É importante ressaltar que a ação do Ministério da Saúde e pessoalmente do Ministro José Serra, ao dar visibilidade e, com coragem, debater e denunciar essa questão, levou a Câmara dos Deputados a instalar uma CPI, cujo trabalho tem sido extremamente proveitoso em benefício da sociedade. Temos que coibir o abuso não só na questão dos preços, mas também do licenciamento de produtos, do pagamento de royalties, através da Lei de Patentes, e a importação dos insumos superfaturados. Há um vasto campo em que o Poder Público pode agir com rigor e baixar o preço dos remédios. Essa é a grande intenção de todos nós. O Ministro está fazendo um trabalho excelente e começa a sensibilizar outras áreas. Ouvimos, hoje, uma importante declaração do Ministro da Justiça de que os altos preços dos remédios ferem os direitos humanos. Estamos vigilantes quanto aos resultados da CPI, a fim de que os desdobramentos necessários, no âmbito federal e estadual, sejam postos com urgência. Dessa forma, haverá o controle – poderá ser feito pela nova Agência de Vigilância Sanitária, também estruturada pelo Ministro José Serra – dos medicamentos, haverá condições transparentes de análise e fiscalização de todos os processos, inclusive da remessa de recursos para o exterior pelo Banco Central. Assim, louvo V. Ex^a por levantar esse tema. Nessa Convocação Extraordiná-

ria, com o trabalho desenvolvido por essa CPI e pelos debates travados na Câmara dos Deputados, importantes passos foram dados no sentido do melhor controle dos medicamentos. No entanto, nem todas as medidas necessárias foram tomadas; há chagas que atingem o povo brasileiro, principalmente a população mais pobre. Parabenizo V. Ex^a pelo tema levantado e pelas posições tomadas.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Romero Jucá. Acredito que esse debate, já posto na sociedade brasileira, conta com a sensibilidade do Governo Federal, embora o Ministério da Fazenda ainda esteja entrincheirado na tentativa de justificar o aumento dos preços, ferindo e contradizendo o papel que tem desempenhado o Ministério da Saúde. Hoje, inclusive – merece registro, por uma questão de honestidade e respeito – o Sr. Ministro da Justiça declarou que está sendo ferido o direito do povo brasileiro quando se aumentam os preços dos remédios, medida decorrente da política de medicamentos atualmente adotada no País. Comparo essa declaração também com a do Presidente da Abifarma, o Sr. José Eduardo Bandeira de Mello, que afirma que a justificativa para o aumento de preços é a compra em dólar, o investimento em pesquisa e em propaganda de medicamentos. Ao mesmo tempo, fala, como louvor da indústria farmacêutica brasileira, associada às multinacionais de medicamentos, no investimento da US\$2 bilhões nos últimos dez anos. É nesse ponto que precisamos ser claros. É bom lembrar que a indústria farmacêutica brasileira e a sua associada internacional tinham uma arrecadação em medicamentos, no Brasil, da ordem de US\$3 bilhões em 1990, mas hoje têm uma receita anual em torno de US\$12 bilhões. Portanto, não é muito esse investimento de US\$2 bilhões, quando, repito, saímos de uma receita anual de US\$3 bilhões, em 1990, para US\$12 bilhões, em 1999.

A indústria farmacêutica foi a que mais se fortaleceu no País, que maior domínio assumiu dentro do mercado e que tem tutelado e norteado todas as ações que dizem respeito à política de saúde. Infelizmente a sociedade brasileira é hoje escrava dos medicamentos e vê as ações de saúde norteadas e dominadas pelos poderosos grupos que atuam indiretamente dentro desse setor.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte a V. Ex^a com prazer.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Senador Tião Viana, V. Ex^a aborda um tema da maior importância para a população brasileira: medicamentos. É importante dizer que, no meio de tanta informação e tanta discussão sobre o tema – discute-se o preço dos medicamentos, a substituição por similares, os genéricos – o cidadão comum fica sem entender exatamente o que está por trás de tudo isso. V. Ex^a expõe com muita clareza os interesses financeiros das grandes corporações internacionais que monopolizam a produção dos medicamentos no mundo – no Brasil, de maneira, digamos assim, mais injusta e desumana. Preocupa-me – e V. Ex^a como médico também deve estar preocupado – a confusão que se está fazendo. Já estão dizendo que vai haver genéricos muitas vezes mais barato que o medicamento importado. É verdade que a CPI da Câmara vai fazer o importante trabalho de identificar todos esses fatores, mas é preciso haver, por parte do Ministério da Saúde, não apenas essa visão econométrica do economista José Serra, mas também uma visão de saúde, para que o cidadão, ao comprar um medicamento, tenha a certeza não só do preço mais barato, mas da qualidade do mesmo. Estão dizendo que seis genéricos serão mais baratos, mas o cidadão que vai usar uma medicação, principalmente para doenças sérias como as doenças cardiovasculares, precisa ter certeza de que vai comprar um remédio exatamente da mesma qualidade do outro. De qualquer forma, cumprimento V. Ex^a pela importância do pronunciamento e pela abertura do debate a respeito do assunto.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador e colega médico, Mozarildo Cavalcanti, pelo aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Gostaria de lembrar, Senador, que as histórias de reformas na área de saúde no Brasil têm sido fruto ou de uma pressão popular ou então de uma grande pressão internacional.

É importante, nessa hora, lembrar da saúde em três grandes etapas da reforma chamada estrutural nesse setor. No final do século XIX, tratar de pobre e indigente era sinônimo de água e sal após as chibatadas que eram dadas nos escravos ou, então, a exclusão social permanente. Presença forte de uma revolução industrial, acumulação de riquezas, surge a primeira grande reforma estrutural da saúde, com pequena visão sanitária, pequena visão de reforma social e aplicada aos indigentes e excluídos da sociedade, como beneficiários de um modelo de assistência à saúde que começava no início do século,

inspirada numa lógica alemã de reforma do aparelho de Estado.

Depois, no final da Segunda Guerra, vivemos a grande reforma internacional do setor de saúde, chamado **Welfare State**, baseado no modelo da Grã-Bretanha, onde o Estado forte domina as políticas públicas, e o setor de saúde é o grande espelho e o grande alvo da expansão das reformas estruturais que estão ocorrendo. E o nosso País, como outros, incorpora esse modelo, numa política voltada para o trabalhador.

E a terceira grande reforma, que nos está atingindo até hoje, a dos anos 60 e 70, é a expansão dos serviços de saúde vinculados à idéia de mercado em expansão no plano internacional. Trata-se dos grandes hospitais, dos elefantes brancos, da grande corrida de investimento na política de diagnóstico, laboratório e medicamentos para que haja um grande consumo.

Essa política encontrou uma grave crise nos anos 80, e estamos vivendo um choque de contradições no nosso País. Avançamos na Constituição de 1988 porque conseguimos, com a força dos sanitários do Brasil e da sociedade progressista, estabelecer uma reforma de saúde que se permitisse dizer no seu art. 196: "Saúde é um direito de todos e dever do Estado", preservando a conceção da segunda grande reforma internacional e um contraponto forte aos neoliberais que queriam um mercado livre, a livre concorrência, para lucrar em cima da doença e da idéia de saúde do povo brasileiro.

Foi um ato de resistência dos grupos que atuam em favor da democracia no Brasil. Mas, ao mesmo tempo, não conseguimos materializar essa meta, e hoje o que vivemos é uma grave crise estrutural no setor social de saúde. O que há de mais perverso e o que mais expõe as injustiças praticadas no modelo de reforma estrutural deste País é a política de medicamentos, que sacrifica e mata milhares de pessoas, porque elas não têm acesso à compra de um bem básico, chamado remédio, na hora de uma doença.

Todas as gestões de saúde estão subordinadas e submetidas à lógica do mercado, que é gerido pela indústria farmacêutica com seus US\$12 bilhões anuais.

Aproveito para mencionar a citação do Ministro José Serra, quando a própria Fipe, da Universidade de São Paulo, aponta um crescimento real de medicamentos da ordem de 54% acima da inflação nos últimos dez anos. CNT e Vox Populi apontam que 96% dos entrevistados consideram que o item do seu consumo, cujos preços mais têm crescido, são os remédios. A indignação do povo brasileiro é grande com esse aumento. Depois, faz uma análise dos modelos

britânico e americano que nortearam essas políticas nos últimos anos.

Diz o seguinte o artigo:

Os preços de mercado de alguns países, como os Estados Unidos, a Inglaterra, o Canadá ou a França não são representativos dos que são pagos de fato. Na Inglaterra, por exemplo, o mercado livre deve representar menos de 5% do volume de medicamentos. O resto é comprado (ou reembolsado) pelo poder público direta ou indiretamente, a preços menores, até porque existe controle governamental sobre as margens de lucro do setor. Se estão muito altas, o governo induz as empresas a reduzirem os preços, ameaçando retirar seus produtos da lista de compras. Aliás, é interessante notar que nem o furor neoliberal e pró-mercado de Margaret Thatcher mudou radicalmente esse modelo, pois ela manteve forte intervenção do governo no setor.

Já nos Estados Unidos, o mercado livre é limitado nesses casos pelo poder contrabalançado do próprio setor privado, além da ação do governo, representado pelo (Medicaid). Os planos de saúde que congregam grande parte da população fazem reembolso de compra de medicamentos, negociando com os laboratórios, pois dispõem de armas de exclusão ou troca de medicamentos nas suas listas de referência.

De acordo com os comentários do próprio Ministro da Saúde, Sr. Presidente, o mercado não é livre; não há essa liberdade para selvageria, para barbaridade praticada pelos laboratórios em outros países. No nosso País, não. O Ministério da Fazenda, que é o órgão controlador, fiscalizador dos preços, mantém-se omisso e tenta justificar o cruzamento de números para dizer que ele acompanha o aumento de outros produtos do mercado. Esquece que ninguém é cego e que ninguém perdeu a razão, no sentido de saber interpretar o que é uma política perversa de aumento de preços neste País.

Sabemos o que é ludibriar a interpretação da compra em dólar – não ganhamos em dólar. Sabemos da margem de aumento dos veículos e conhecemos os componentes dos medicamentos, para justificar um aumento que extrapole e fuja do preço de mercado.

Temos de entender que a indústria farmacêutica deste País não tem cumprido a sua função social. Está alheia. Ela faz uma maquiagem clara do que sig-

nifica solidariedade à população, quando age paralelamente de forma violenta e perversa, tirando a vida de milhares de pessoas.

Neste momento, eu gostaria de falar sobre os genéricos, apesar de o tempo ser curto.

Houve um avanço nessa luta dentro do Senado Federal e do Congresso Nacional, representada pelo Deputado Eduardo Jorge. S. Ex^a é a grande bandeira, é a grande trincheira no combate ao aumento de preços. S. Ex^a encontrou como alternativa, em um projeto de lei, a chamada Lei dos Genéricos, que vem evoluindo desde 1993. Lamentavelmente os Ministros da Saúde anteriores não tiveram força e coragem para enfrentar essa política perversa, no que tange ao aumento de preços. Na próxima semana estaremos plantando uma semente de esperança com a presença de seis genéricos no mercado nacional.

Acredito ser um avanço, mas não é o ideal, como muito bem diz Jânio de Freitas, jornalista da *Folha de S.Paulo*. Segundo ele, há uma interpretação equivocada de aumento de preços. O Ministério se vangloria de que estamos com uma redução de preço na ordem de 30 a 40% do produto comprado. Jânio de Freitas faz uma análise, baseado em um artigo da jornalista Eliane Cantanhêde, que, ao comprar um antibiótico chamado amoxilina em uma farmácia de manutenção de São Paulo, no valor de R\$1,20, constatou que o mesmo produto, na indústria do comércio local, custava R\$14,00.

Não se trata de uma redução de apenas 30 a 40%, como tem defendido o Ministério da Saúde. Pode ser muito maior. É essa a razão de um artigo extremamente bem fundamentado do Jornalista Jânio de Freitas.

Ao mesmo tempo, ele fala, como um alerta, que se o Ministério da Saúde continua testando ao infinito, segundo número oficioso, a eficácia de 170 genéricos, por que não testou nenhum dos remédios que têm a mesma substância e que são vendidos com nomes comerciais a preços assaltantes?

Penso que esse é um alerta dirigido à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que não deve se prender à pressão da indústria farmacêutica, dos oligopólios que querem a fiscalização exemplar, ideal e judiciosa dos genéricos, mas que não permite sejam fiscalizados os seus produtos colocados no mercado.

Acredito que são pontos que devem levar à reflexão o Governo Federal; que devem levar à reflexão a indústria farmacêutica e instrumentalizar a sociedade brasileira para que preste muita atenção nessa CPI da Câmara dos Deputados, a fim de que não ter-

mine pressionada e manipulada por informações da indústria farmacêutica a que está sujeita a imprensa nacional.

Concluo mencionando alguns pontos que devem ser levados a uma reflexão das autoridades de saúde:

1 – a responsabilidade pela política de medicamentos seguramente é do Estado, mas é necessário, mais do que nunca, incorporar o setor produtivo privado em ações pactuadas e integradas, sob a égide do interesse público;

2 – deve-se retornar o conceito de medicamentos essenciais da Organização Mundial de Saúde, destacando a necessidade de disponibilidade, acessibilidade, qualidade e promoção do uso racional de medicamentos;

3 – deve-se definir, de forma clara, as bases para o estabelecimento da relação setor público/setor privado, assim como financiamento adequado e estável para as ações de saúde e para os insumos; criação de mecanismos e acompanhamento de preços; promoção do uso racional de medicamentos, além de política de medicamentos genéricos;

4 – o desenvolvimento das indústrias químicas de base na América Latina representa, um desafio para aqueles países nos quais pode ser assegurada a exeqüibilidade econômica (refiro-me à economia de escala) e tecnológica;

5 – igualmente necessário melhorar a capacidade de investigação das universidades e institutos de pesquisa, estabelecendo pontes com o setor produtivo privado nacional nos países;

6 – outra ação que vislumbro indispensável é o aperfeiçoamento do sistema de garantia de qualidade, atribuição indelegável do Estado;

7 – penso ainda na necessidade de renovação curricular nas escolas de Medicina e de Farmácia, de forma a ornar a questão dos medicamentos o centro de preocupações dos profissionais de saúde.

Essas indagações são de um grande pensador, um dos maiores pensadores da saúde pública, chamado Paulo Buss, que acredito ser a maior autoridade em visão de reforma sanitária que o nosso País deveria seguir.

Deixo isso como consideração, lembrando o pedido de que conste nos Anais da Casa o artigo do Ministro da Saúde e do articulista Jânio de Freitas.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

3 ■ 6 são paulo domingo, 30 de janeiro de 2000

FOLHA DE S.PAULO**ARTIGO**

A dor dos remédios

JOSÉ SERRA
especial para a Folha

Por que tanto alvoroço em torno dos preços dos remédios no Brasil? Por um motivo simples e claro: tais preços aumentaram, em média, nos últimos dez anos (1989-1999), cerca de 54% acima da inflação. São dados coletados pela Fipe, da Universidade de São Paulo. Não é preciso recorrer a um filósofo do direito econômico para ter o direito de qualificar esse desempenho como abusivo.

Aliás, mesmo sem conhecer ou analisar os números da Fipe, a população conhece muito bem o problema, pois afeta seu bolso e seu bem-estar: em pesquisa recente da CNT-Vox Populi, 96% dos entrevistados consideraram que o item do seu consumo cujos preços mais têm crescido são os "remédios".

Há uma consideração adicional e relevante a fazer, ainda, em relação à evolução dos preços versus o dispêndio das pessoas com remédios. Primeiro, a média da inflação esconde o drama —como aliás qualquer média— que envolve alguns preços específicos: por exemplo, nos últimos dez anos os preços dos medicamentos para doenças cardiovasculares subiram 105% reais; para doenças respiratórias o salto foi de 143% acima da inflação.

Segundo, há truques mercadológicos que disfarçam a inflação verdadeira, por exemplo, quando um laboratório acrescenta um "plus" a um colírio ou a um antídoto e, junto, faz espetaculares reajustes de preços. Um caso exemplar é o do colírio Lacrima, cujo preço máximo ao consumidor é de R\$ 4,64. O mesmo produto, com acréscimo de um "plus" (Lacrima Plus) saiu para R\$ 8,65 (máximo). Evidentemente, não seria o acréscimo de um pouco de lubrificante que justificaria quase dobrar o preço do colírio.

*Nos últimos dez
anos os preços dos
medicamentos para
doenças do
coração subiram
105% reais*

De todo modo, mudou o produto (não essencialmente), e o índice de preços deixa de registrar essa inflação específica. O pesquisador de preços pode até desconfiar da malandragem, mas não tem como registrar o aumento —seria, formalmente, comparar dois produtos heterogêneos.

Há ainda um terceiro problema —e aqui não há truque— relacionado com a introdução de medicamentos autenticamente novos e que trazem melhores terapias para as pessoas. A troca de um antigo por um novo, melhor e mais caro, também não é registrada nos índices.

Um bom exemplo refere-se ao tratamento das úlceras e gastrites, em que o Tagamet (cimetidina), cujo custo diário de tratamento (400 mg) é de R\$ 1,25, foi sendo substituído pelo Zilium (sanitidina), cujo custo correspondente (300 mg) é de R\$ 1,85, e este pelo Losec (omeprazol), cujo custo diário (20 mg) é de R\$ 4,2. Fendimeno semelhante observa-se no caso dos antiinflamatórios —Voltaren (150 mg) e Celebra (200 mg), cujos custos equivalem a R\$ 0,81 e R\$ 2,6, respectivamente.

Não é possível, porém, comparar os preços de uns e de outros nem, portanto, registrar alguma inflação quando os produtos mudam. Embora destinados ao mesmo tratamento, são medicamentos diferentes. Pôrém, para o portador da doença, o tratamento novo, embora melhor, será mais caro, a menos que ele preferisse o

antigo, situação difícil de aceitar ou com a qual se conformar.

Por último, vale registrar dois truques típicos de economistas para subestimarem níveis ou aumentos de preços. Um, a escolha de períodos convenientes para exibirem variações moderadas de preços —daí a necessidade, sempre, de que os leigos exijam séries mais abrangentes no tempo, ao lado das mais curtas.

Outro truque está na comparação de preços em dólares, para mostrar, eventualmente, que os preços brasileiros são mais baixos do que em outros países. E daí? Isso não quer dizer nada, até porque a desvalorização cambial distorce o significado desse tipo de comparação. Além disso, apesar de que gostariam, os brasileiros não ganham em dólares.

De mais a mais, o componente em dólares dos preços dos produtos farmacêuticos domésticos é pequeno, pois há também matérias-primas nacionais, alto valor adicionado local, gastos com distribuição, propaganda e comercialização e amplas margens de lucro nesses setores: o custo das importações no preço de farmácia dos medicamentos raramente ultrapassa os 10%.

Por último, os preços de mercado de alguns países como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá ou França não são representativos dos que são pagos de fato. Na Inglaterra, por exemplo, o mercado livre deve representar menos de 5% do volume de medicamentos. O resto é comprado (ou reembolsado) pelo poder público, direta ou indiretamente, a preços menores, até porque existe controle governamental sobre as margens de lucro do setor. Se estão muito altas, o governo induz as empresas a reduzi-las, ameaçando retirar seus produtos da lista de compras. Aliás, é interessante notar que nem o fator neoliberal e pró-mercado de Margaret That-

cher mudou radicalmente esse modelo, pois ela manteve a forte intervenção do governo no setor.

Já nos Estados Unidos o mercado livre é limitado, nesse caso pelo poder contrabalançador do próprio setor privado, além do governo (Medicaid). Os planos de saúde, que congregam grande parte da população, fazem reembolsos de compra de medicamentos, negocando com os laboratórios, pois dispõem da arma da exclusão ou troca de medicamentos nas suas listas de referência.

Evolução e complicações

Vejamos com mais detalhe o que tem acontecido no mercado brasileiro de medicamentos.

1. O grande salto aconteceu quando foram eliminados os controles de preços — por certo precários e imperfeitos — após o Plano Collor 2. Depois do Plano Real, os preços dos remédios não retrocederam em termos reais no ritmo da sobrevalorização cambial, crescendo mais do que o clímbio nominal, mas isso não impedia que subissem rapidamente diante da desvalorização de 1999.

2. Note-se, também; que a ascensão dos preços dos medicamentos não se deveu a um eventual aumento de custos unitários de produção. Tanto é assim que, ao longo da última década, subiu bastante a rentabilidade média do setor: foi mais de quatro vezes superior à mediana do conjunto da indústria (31 setores).

3. Na verdade, o mercado de medicamentos não é complicado apenas no Brasil. Há características perversas que envolvem seu funcionamento em qualquer lugar do mundo. A diferença entre nós e os outros é que até há pouco tempo não tivemos ações que amenizassem a vulnerabilidade dos consumidores.

Mercado "imperfeito"

Essencialmente, trata-se de um mercado em que a concorrência entre produtores opera muito pouco. Por quê? Em primeiro lugar, os consumidores não detêm a informação, o conhecimento sobre os produtos — condição fundamental para que opere bem a concorrência.

Nem o furor neoliberal de Thatcher mudou o modelo de forte intervenção do governo no setor

É diferente comprar um medicamento do que, por exemplo, uma lata de ervilhas. Nesse caso, o consumidor sabe bem o que esperar do produto, compara preços, pode mudar de marca ou escolher um sucedâneo. Mesmo quando compra um automóvel, que é mais complexo, ele já se informa antes e é capaz de avaliá-lo razoavelmente ao longo do tempo. Já que no caso dos medicamentos a avaliação é mais difícil, a possibilidade de trocar de marca é mínima e a substituição por sucedâneos, quase impossível.

Por isso tudo e em razão da maior essencialidade do produto, a demanda por medicamentos tende a ser inelástica ao preço: quando este sobe, as pessoas não deixam de comprá-los nem reduzem o volume de sua demanda proporcionalmente. Por último, há também barreiras tecnológicas, de escala e mercadológicas, importantes que dificultam muito a entrada de novos produtores concorrentes no setor, que de outro modo aumentariam a produção e fariam os preços para baixo.

Assim, na área de medicamentos, os preços são "feitos" pelos produtores. Mas isso não acontece porque alguma empresa ou algum pequeno grupo domine uma fatia alta do conjunto de mercado. O domínio é exercido de outra forma: por classes terapêuticas. Ou seja, uma ou poucas empresas sempre dominam os "mercados" de determinadas doenças e terapias. Por exemplo,

o laboratório Roche domina o mercado de vitaminas, o Alcon, o de colírios, o Schering, o de anticoncepcionais.

Nos países mais desenvolvidos, há defesas maiores contra essas "imperfeições" do mercado de medicamentos, a começar pelo fato que, neles, o poder de compra é mais organizado, como vimos no caso da Inglaterra e dos Estados Unidos e como prevalece em tantos outros países, como Canadá, França e Alemanha.

Consumidor indefeso

Já no Brasil, o poder de compra de medicamentos (que é o nono maior do mundo) é fragilmente organizado, sendo mais difícil, assim, combater os abusos de preços da indústria farmacêutica em relação aos consumidores. Essa é a questão mais essencial: entre nós, os poderes contrabalançadores são frágeis. Mas não são os laboratórios que irão reforçá-los. Eles cumprem seu papel natural de produzir e ganhar dinheiro. Cabe ao poder público e às forças da sociedade organizarem a defesa dos consumidores, de modo racional e firme.

Além disso, há fenômenos peculiares ao nosso mercado, a começar pela carga tributária. É preciso reconhecer que, no Brasil, ela é elevadíssima. Apesar o ICMS, que é o IVA (imposto ao valor adicionado) caboclo, eleva-se a 22%, sendo de uma vez e meia a duas vezes mais alto do que nos outros países! Isso sem contar o PIS, o Cofins e a CPMF, cuja incidência acumulada nos medicamentos não é inferior a 10%. Falta, ainda, o imposto sobre importação. A carga tributária final sobre a cerveja, por exemplo, deve ser mais ou menos o dobro. Mesmo assim, o pagamento de uma diferença tão pequena entre um medicamento para o coração e uma bebida alcoólica?

Outros fatores conspiram a favor dos preços altos, a começar pela notável fragmentação do comércio: no Brasil há 50 mil farmácias, quando 25 mil poderiam dar conta do mercado, e a distribuição atacadista é fortemente oligopolarizada. Isso permite que as margens de lucro nessas atividades

dade sejam 60% mais altas no Brasil do que na média (aritmética simples) de 12 outros países. No caso das farmácias, as talas margens são mais altas do que em todos esses países, com exceção da Suíça.

Por fim, temos as espetaculares despesas com publicidade e marketing, cujas margens chegam a representar até 40% do preço de fábrica de muitos produtos, um custo exorbitante que reflete as mesmas distorções do mercado: elevadíssimo autoconsumo de medicamentos, relações de clientelismo entre laboratórios e médicos, comissões extras para as farmácias praticarem a "empurrotearia" etc.

O começo do começo

Há uma área em que o poder de compra de medicamentos no Brasil está sendo rápida e eficazmente organizado: o das compras governamentais. Elas servem como exemplo do que pode ser obtido quando o poder em mãos dos compradores é exercido de forma eficaz. Aliás, somente a organização desse poder permitirá estabelecer formas competentes de controle. Congelar preços, pura e simplesmente, será ineficaz.

Em medicamentos, o Ministério da Saúde gastará diretamente cerca de R\$ 1,4 bilhão neste ano, principalmente na área de medicamentos excepcionais, estratégicos e para transplantes.

Depois de fecharmos a Central de Medicamentos (Ceme), foco de concorrências e compras durvidosas, para dizer o menos, disciplinamos e adotamos políticas duras de redução de preços. A política é: não satanizar os laboratórios, mas infantilizar a mídia em matéria de preços.

Assim, nos dois últimos anos, reduzimos os preços das compras pelo ministério em cerca de 40% reais, isso é, descontada a inflação. Na área de vacinas, passamos a comprar no exterior via Opas (Organização Panamericana da

Saúde), reduzindo, por exemplo, o custo da vacina contra a hepatite de US\$ 3,5 para US\$ 0,70 a dose. Depois de introduzirmos, no ano passado, a vacina contra a gripe, importada, induzimos a formação de uma associação entre um laboratório estrangeiro e o Instituto Butantan, que em cinco anos produzirá essa vacina integralmente no Brasil. Por isso, e já neste ano, conseguimos reduzir o seu preço de US\$ 4,6 a US\$ 1,8 a dose!

Foram criados até sites na Internet exhibindo os preços de compras de insumos e medicamentos dos hospitais federais, para que a imprensa nos ajudasse a controlar abusos e eventuais irregularidades nas entidades públicas.

Ainda na esfera das compras públicas criamos o programa da Farmácia Básica e mais do que triplicamos os recursos federais destinados à distribuição gratuita de medicamentos para a população mais carente: cerca de R\$ 160 milhões por ano. Lembre-se que 40% das famílias brasileiras dispõem de uma renda mensal inferior ou igual a três salários mínimos, não tendo nenhuma condição de comprar a maior parte dos medicamentos de que necessitam. Aqui, não há mercado perfeito ou imperfeito que resolva. Os recursos federais vão para os Estados e municípios, que devem entrar também com um montante equivalente de dinheiro e fazer suas compras.

Uma ou poucas empresas sempre dominam os "mercados" de determinadas doenças

O grande estrangulamento da distribuição gratuita é a falta de oferta de produtos a baixo preço. Por isso vamos investir US\$ 15 milhões em cinco laboratórios públicos estaduais, aumentando em 50% o volume de produção, para que abastecam todo o Brasil. No caso de Pernambuco, vamos criar um polo de produção para todo o Nordeste e o Norte do Bra-

sil. A diferença de preços entre os produtos dos laboratórios públicos e dos privados chega a ultrapassar 1.500%, como no caso de anti-hipertensivos (Captopril). Isso porque sobre seus preços não incidem despesas de publicidade e marketing, impostos, lucros de produtores, distribuidores, farmácias etc.

Com vistas à faixa de consumo das farmácias e dos hospitais, impulsionamos a implantação dos medicamentos genéricos. Quando assumi o ministério constatei que o projeto de lei que regulamentava o assunto, de autoria do incansável deputado Eduardo Jorge, não caminhava. Apoiados pelo presidente Fernando Henrique, mobilizamos as forças do governo e conseguimos aprovar um substitutivo. A lei foi promulgada há mais ou menos um ano e trabalhamos durante seis meses (prazo legal) na montagem do novo sistema, abrindo, em seguida, os pedidos de registro, desde setembro.

Ao contrário do folclore nascente, não há atraso nenhum na implantação dos genéricos. O processo é que tem de ser rigoroso para que os médicos acreditem nos genéricos e os adotem em suas receitas. Do contrário, o programa fracassará. Além disso é preciso evitar o retorno das falsificações, duramente reprimidas pelo Ministério da Saúde: pode ser mais fácil falsificar um produto genérico novo do que uma marca de fantasia conhecida.

E pouco compreendido o fato de que a decisão de produzir genéricos depende dos produtores privados. Para facilitar, criamos laboratórios para análise de qualidade e equivalência em universidades e instituições públicas, além de permitirmos a realização de testes em laboratórios qualificados no exterior. Muitas empresas não só resistem a produzi-los, face às menores margens de lucro (os preços serão entre 30% e 40% mais baratos), como fizeram até campanha contra. Mas quem produzir primeiro vai ganhar mais dinheiro. A concorrência acabará prevalecendo e pouco a pouco o volume de oferta de genéricos aumentará. Em menos de cinco anos os genéricos poderão

absorver entre 30% e 40% do mercado.

Outro passo na direção da organização do mercado de medicamentos foi dado com a criação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, seguindo o modelo da FDA norte-americana, com funcionários melhor remunerados, diretoria com mandato (aprovada pelo Senado) e maior imunidade às pressões políticas. Foram eliminadas de vez as tentações de "criar dificuldades para vender facilidades", reforçadas as ações contra propaganda enganosa, de controle da qualidade dos produtos que afetam a saúde e de monitoramento de preços.

Tal agência, que tem receitas próprias, reforçará também a capacidade científica nacional na

**Ao contrário do
folclore nascente,
não há atraso
nenhum na
implantação dos
genéricos**

área de medicamentos, pois contrata pesquisas e serviços de institutos e universidades.

Os exemplos acima mostram o tremendo potencial da organização eficiente do poder de compra, mas seu impacto em benefício dos consumidores (e das finanças públicas) é ainda pequeno. O próximo passo, tão mais essencial quanto complexo, será a organi-

zação do mercado para pacientes atendidos pelo SUS e que são clientes das farmácias — com uma lista mínima de medicamentos básicos, a preços menores.

Dentro disso, há um primeiro movimento: começar por um conjunto de medicamentos básicos para tratar as doenças crônicas, num acordo que, se a indústria farmacêutica vier a aceitar, terá tido o mérito de reconhecer que fará bem a todos a introdução de um pouco de ética em um dos mercados mais essenciais para a vida das pessoas.

José Serra, 57, economista, é ministro da Saúde e senador licenciado pelo PSDB de São Paulo. Foi deputado federal pelo PMDB-SP (1986-88) e pelo PSDB-SP (1988-94) e ministro do Planejamento (governo Fernando Henrique Cardoso)

LHIA DE S.PAULO

174

MES/ANO
FEV. 2000

LAUERNU

PAGINA

JANIO DE FREITAS

Palavra-chave

O uso da palavra suspeito no artigo de anteontem, sobre a injustificável demora na autorização de medicamentos genéricos pelo Ministério da Saúde, repete-se hoje com redobrada motivação.

O ministro da Saúde, que alega não estarem ao seu alcance os meios de coibir os preços absurdos e os aumentos explosivos dos remédios, cometeu grave intervenção nos preços — a favor dos laboratórios exploradores a que dizia estar combatendo.

A apressada e ridícula "liberação" de apenas seis medicamentos genéricos, das centenas esperadas, mais acentua do que atenua a perfeita identidade entre o ritmo do Ministério da Saúde e a oposição dos grandes laboratórios à venda de medicamentos genéricos (a substância medicamentosa, sem os nomes e a roupagem fantasiosas que os laboratórios lhes dão e, por isso, muito mais baratas do que os remédios de nomes comerciais).

Ao comunicar a liberação das seis substâncias, José Serra disse

esperar que os preços dos genéricos sejam de 30% a 55% mais baratos do que os remédios hoje disponíveis. Por que 30% a 55%? Com base em que levantamento foi estabelecida tal margem? Não se sabe. Mas se sabe, por evidência constrangedora, que esses percentuais sinalizaram para os produtores os preços que devem ser cobrados pelos medicamentos genéricos.

Ocorre que a diferença de preços entre os remédios de nome comercial e os de suas substâncias comercializáveis não se enquadra naquele limite. A experiência já longa dos Estados Unidos e da Europa (nesta, particularmente o caso da França) o atesta. As farmácias de manipulação têm demonstrado que no Brasil a diferença de preços é também muito maior do que a citada por José Serra. Eliane Cantanhêde referiu-se, na Folha de ontem, ao antibiótico amoxicilina, cuja caixa custa R\$ 1,20, como genérico de uma farmácia de manipulação men-

cionada, e mais de 11 vezes acima, ou R\$ 14, como o remédio que leva o nome de Amoxicil. Se a diferença fosse entre 30% e 55%, o preço do genérico, em vez de R\$ 1,20, ficaria entre R\$ 6,30 e R\$ 9,80. Nem sempre a diferença pode ser tão alta, mas diferenças altas são comuns e suficientes para negar a margem de Serra mesmo como média, o que não era o caso.

Se os percentuais foram dados ao ministro da Saúde por sua assessoria, seria o caso de alertar-se quanto ao informante, cujos serviços ao lobby dos grandes laboratórios são maiores que os devidos ao Ministério da Saúde e à população. Esse lobby já engordou a conta e o patrimônio de muita gente.

O Ministério da Saúde continua testando ao infinito, segundo o número oficioso, a eficácia de 170 genéricos. Mas não testou nenhum dos remédios que têm a mesma substância e são vendidos com nomes comerciais a preços assaltantes.



RÁDIO BRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação do Governo

MÍDIA IMPRESSA

O GLOBO

DATA
3

MÊS ANO
FEB/00

CADERNO
10

PÁGINA
JSA

Preço de remédio sobe outra vez

Mesmo em meio à CPI e à liberação de genéricos, laboratórios fazem reajustes

Ledice Araujo

As denúncias na CPI dos Medicamentos e a introdução dos genéricos não impediram que os laboratórios aplicassem novos aumentos para este mês. Nos cadernos de preços que serão enviados às farmácias esta semana, os consumidores vão se deparar com reajustes de até 97%. É o caso da ampicilina (penicilina antibacteriana), produzida pelo EMS, que passou de R\$ 10,58 para R\$ 20,85, de janeiro para fevereiro. Na pesquisa com preços de 300 remédios, feita pelo Conselho Regional Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF/DF), 99 tiveram reajustes de até 5%; 85 subiram entre 5% e 10%; 34 tiveram reajustes de 10% a 15%; e 57 subiram mais de 15%. Da lista, apenas 25 produtos tiveram seus preços reduzidos.

O antiparasitário Mebenix da Cimed, subiu de R\$ 3,28 para R\$ 4,28 (30,5%). O antibacteriano Gastrogenol, à base de vegetais (da Profarb), saltou de R\$ 14,25 para R\$ 18,40, uma alta de 29%.

Medicamentos de maior saída sofreram reajustes menores, mas ainda assim muito acima da inflação de 1,17% de janeiro. Um exemplo é o colírio Clorafenicol (antílicoico oftálmico), da Brasmédica, que estava por R\$ 3,14 e agora será vendido por R\$ 3,45 — 9,9% mais caro. O antibacteriano Frademicina (xarope 60 ml), do laboratório Pharmácia, passou de R\$ 18 para R\$ 19,08, com a alta de 6%.

— Esses aumentos representam um desrespeito à CPI. Os laboratórios deveriam ser convidados com urgência a esclarecer os motivos da alta — afirmou Antônio Barbosa, presidente do Conselho de Farmácia.

A própria CPI, lembrou ele, vem provando que substâncias usadas como matéria-prima baixaram de preço em dólar, o que não justifica os aumentos. Segundo Barbosa, alguns laboratórios já refizeram as planilhas e recuaram nos preços. São cerca de 40 remédios que baixaram, entre eles o Omeprazol (-4%), da Kif, e Velamox (-20%), da Novaquim. ■

OS MAiores AUMENTOS ESTE MÊS (EM R\$)

Remédios/Laboratório	Janeiro	Fevereiro	Variação
Ampicilina 1 g fr/6 (EMS)	10,58	20,85	97,1%
Mebenix cx/2 (Cimed)	3,28	4,28	30,5%
Gastrogenol-s cx 12 flac (Profarb)	14,25	18,40	29,1%
Hepatogenol cx 12 flac (Profarb)	14,45	18,54	28,3%
Depo Provera 150 mg susp (Pharmacia)	19,00	23,44	23,4%
Amoxiliina 250 mg 60ml (Bergamo)	13,80	16,68	20,9%
Testonus fr/20 (Profarb)	11,42	13,78	20,7%
Digestar 150 ml (Brasmedica)	7,42	8,91	20,1%
Sulfato Ferroso 50 drs (Cimed)	3,71	6,64	16,3%
Kraftol 150 ml (Profarb)	10,70	12,65	18,2%

Fonte: Conselho Regional de Farmácia do DF

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – V. Ex^a será atendido na forma da lei.

O Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior, para comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, nos termos do art. 14, VII, do Regimento Interno.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o mês de fevereiro traz uma importante comemoração para o Senado Federal como instituição – e particularmente grata para nós, que compomos as Bancadas do seu plenário: o quarto aniversário da TV Senado, já consagrada como valioso instrumento para divulgação das atividades do Poder Legislativo e, portanto, para a própria consolidação da democracia no Brasil.

Não temo incorrer em exagero ao fazer tal afirmação. Mais do que qualquer outro Poder, o Congresso Nacional depende de um acesso direto, imediato, sem intermediários, à cidadania. Somos “representantes” e temos, portanto, uma obrigação básica e inalienável para com os nossos “representados”: o desempenho digno e eficaz do mandato que nos conferiram.

Ao longo dos anos, a transmissão dos debates e das demais atividades da Casa sempre foi motivo de incompreensões maldosas e até mesmo agressivas. Muitos desconheciam as implicações do direito, da obrigação de prestarmos contas de nossos mandatos aos cidadãos; nem todos os formadores de opinião atentavam para o fato de que a divulgação integral do processo legislativo não afronta a liberdade de opinião, que tem na liberdade de imprensa sua expressão mais legítima.

Cada emissora, cada rede de televisão tem os próprios critérios editoriais e padrões jornalísticos. Nem poderia ser diferente, porque a pluralidade de opiniões é a própria essência do regime democrático, que elegemos para guiar nossas instituições, mas, ao mesmo tempo, esses diversificados editoriais, notícias, comentários, colunas, todos eles se fundamentam ou se apóiam em opiniões e prioridades que nem sempre refletem a riqueza de vivências e de intenções trazidas pelos Senadores de seus respectivos Estados.

É importante explicitar esse ponto: a divulgação institucional das notícias e fatos do Senado é equânime, dando a todos os Senadores iguais perspectivas de falar à nacionalidade, sem distinções de Estados, origens sociais, grupos profissionais e correntes ideológicas ou religiosas a que se vinculam. Não havendo prioridades, inexistem preterições: um Senador do

Acre ou do Amapá recebe o mesmo tratamento conferido aos colegas dos Estados do Sul-Sudeste. Todos são Senadores, na dignidade de seus mandatos e na luta comum em prol do fortalecimento da Pátria.

Não posso deixar de fazer uma saudosa referência ao ex-Senador Pessoa de Queiroz que, no início da década de 60, logo após a transferência da Capital Federal para o planalto goiano, já defendia ardorosamente o estabelecimento de um canal que levasse a palavra integral e direta dos Senadores a todos os cidadãos. No Brasil, a televisão ainda era um projeto incipiente, por isso o grande pernambucano frisava e repetia sempre a importância de ser criada uma rádio do Senado Federal.

Quarenta anos depois, vemos o sonho de Pessoa de Queiroz se realizar a cada dia, com o fortalecimento do complexo de comunicação social do Senado, impulsionado pela visão política do estadista que nos preside, Senador Antonio Carlos Magalhães, secundado pela equipe de brilhantes profissionais liderada por Fernando César Mesquita.

Nesse contexto, a TV Senado se destaca por ser o veículo moderno por excelência, dentro do fenômeno da comunicação instantânea de som e imagem – em tempo real, como se diz hoje. Desde sua implantação, em fevereiro de 1996, foi marcando presença e ocupando espaços importantes junto à opinião pública, refutando, na prática, todos os prognósticos depreciativos que a cercavam.

Com grande satisfação, temos visto inúmeros registros em consagradas colunas da grande imprensa, bem como notícias divulgadas nacionalmente, sobre o interesse e a consequente audiência que suas emissões alcançaram em situações especiais, como depoimentos perante Comissões Parlamentares de Inquérito e importantes votações no plenário.

Já seria uma grande conquista se a TV Senado se ativesse à rotina do cotidiano legislativo. Mas ela vai muito além disso!

Além da transmissão ao vivo das Sessões Plenárias e dos principais trabalhos realizados nas Comissões, são produzidos e gerados programas dos mais diversos formatos e conteúdos, desde repercussões de matérias discutidas e votadas, até debates e entrevistas sobre temas específicos, como cidadania, agenda econômica, cultura, arte, educação, serviços à sociedade, chegando a questões médicas, jurídicas e educacionais.

Espero que me perdoem se, emocionado, corro ao velho lugar-comum, comparando a TV Senado, em seu quarto aniversário, a uma criança que se afirma à medida em que cresce – mas a alegria de ver o desenvolvimento saudável dessa nova vida não tem igual, principalmente pelo que tem de pioneirismo, já que foi o primeiro canal de televisão legislativa em

âmbito nacional, realizando os sonhos que começaram com Pessoa de Queiroz, materializaram-se na administração do ex-Presidente José Sarney e se consolidam, hoje, na Mesa presidida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, envio desta tribuna o meu mais fraternal abraço a todos quanto fazem da TV Senado uma das mais vitoriosas conquistas da democracia no Brasil. Não gostaria de destacar pessoas em seu valoroso quadro de jornalistas, técnicos e assistentes, porque, se o fizesse, decerto cometaria omissões e injustiças, mas é forçoso creditar a Marilena Chiarelli, Diretora da TV Senado, grande parte do sucesso alcançado pela iniciativa; sem seu talento, sua experiência, sua dedicação integral à causa, dificilmente teríamos a consolidação dessa realidade. E é com uma frase da consagrada repórter e vitoriosa Diretora da TV Senado que concluo este pronunciamento:

O mais importante é que a TV Senado abriu uma janela de transparência para a democracia, na medida em que presta contas ao eleitor de tudo o que o seu Senador está fazendo em Brasília.

Essa frase é a síntese, é a razão, é a mais perfeita explicação do sucesso alcançado pela TV Senado em apenas quatro anos de existência.

Rogo à presidência da Casa que faça chegar aos jornalistas Fernando César Mesquita e a Marilena Chiarelli meus mais calorosos cumprimentos pelo quarto aniversário da TV Senado, extensivos a todos os valorosos profissionais que ali exercem o melhor de sua competência e de seu amor à árdua profissão que elegeram: a comunicação.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, os jornais de ontem noticiaram a realização de uma reunião, no Palácio do Planalto, entre o Presidente da República, o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e Lideranças do Governo no Senado, ocasião em que teriam sido deliberadas prioridade absoluta e urgência para a votação, nesta Casa, ainda durante o período de Convocação Extraordinária, da Lei de Responsabilidade Fiscal, e para o início célere da votação da emenda constitucional que estabelece a DRU.

Já vi esse filme e o resultado não foi bom. O Senado é a Casa da Federação. Aqui, deveriam ser de-

batidos, com maior profundidade, os problemas de Estados e Municípios.

Antes da sua votação, a Lei Kandir, que isentou da cobrança de ICMS os produtos primários e semi-elaborados, foi debatida na Câmara dos Deputados por quase um ano. Ela era uma lei complementar que tratava de um imposto tipicamente estadual, como o é o ICMS. No entanto, ela chegou ao Senado, a Casa da Federação, que votou uma lei que tratava de um imposto tipicamente estadual em uma semana, em regime de urgência.

O Ministro Kandir compareceu à Comissão de Assuntos Econômicos numa terça-feira, onde disse que, com a aprovação daquela lei, o Brasil transformar-se-ia numa máquina de exportação, que teria um superávit anual de US\$6 bilhões. A matéria foi votada na Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira, as Lideranças do Governo aprovaram um requerimento de urgência no plenário no mesmo dia e, na quinta-feira, dois dias depois, a lei foi aprovada.

Na ocasião, os governadores que apresentaram restrições à lei tiveram uma reunião com o Ministro. O Governo os enganou, disse-lhes que iria dar compensação e, depois, acabou não cumprindo sua palavra. E quem disse que foi enganado, com todas as letras, pelo Governo Federal não foi um integrante da Oposição, mas o Governador Dante de Oliveira, em um debate na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agora, vemos a repetição do mesmo filme. E, como se trata de uma lei intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal, o Governo e setores da imprensa procuram passar a versão de que quem está levantando questionamentos à essa lei é porque defende a irresponsabilidade fiscal. Tenta-se transformar essa lei numa verdadeira panacéia. E não vou me alongar sobre o seu mérito, até porque entendo que ela tem méritos, mas o objetivo do meu pronunciamento não é fazer uma análise rigorosa da Lei de Responsabilidade Fiscal. O que eu quero tratar é sobre a forma, o rito de tramitação dessa lei, que também tem a ver com os interesses da Federação, que também tem a ver com a autonomia dos Estados e dos Municípios; eu quero saber como vai ser o rito da tramitação dessa lei na Casa da Federação. Será que vai ser o mesmo rito da Lei Kandir, que, depois de aprovada, a toque de caixa, no Senado, vieram reclamar?

A Lei de Responsabilidade Fiscal, de iniciativa do Governo Federal, chegou à Câmara dos Deputados no dia 13 de abril de 1999. Portanto, ficou oito meses sendo debatida naquela Casa. Foi votada na semana passada durante a Convocação Extraordinária na Câmara dos Deputados. Chegou ao Senado. E parece que a intenção da Liderança do Governo nesta Casa é votá-la na próxi-

ma terça ou quarta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, aprovar o requerimento de urgência para que o Senado possa votar, ainda durante a Convocação Extraordinária, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Será, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que veremos o mesmo filme da Lei Kandir? Depois, os Senadores, os Governadores e os Prefeitos reclamarão, por se tratar de uma lei aprovada a toque de caixa. E é uma lei que está sendo revestida de uma série de panacéias. Dizem que tem que ser votada agora porque a lei proíbe contratar funcionário em período eleitoral. Ora, essa proibição já existe na lei que regulamenta as eleições. Dizem que tem que ser votada agora porque a lei proíbe aquelas operações de ARO, as Antecipações de Receita Orçamentária, que estavam trazendo prejuízo aos Municípios. Ora, essa regulamentação das operações de Aro já faz parte da Resolução 78, do Senado Federal, que acabou com aquela farra! Então, isso é conversa fiada. Existem questões positivas na lei. Mas há uma em que o Senado deveria debater com profundidade, inclusive foi o motivo pelo qual o Partido dos Trabalhadores votou contra a lei na Câmara dos Deputados, porque o fato é que se estabelece tratamento rigoroso a uma série de gastos feitos pelos governos estaduais e municipais, mas coloca como prioridade absoluta, como intocável, o pagamento de juros. Estados e Municípios não podem aumentar gastos na área social. Caso resolvam aumentar gastos com educação e com saúde estes devem ser acompanhados de aumento de impostos correspondentes. Mas os juros são intocáveis! O pagamento dos juros estão preservados de qualquer responsabilidade fiscal. O que demonstra, inclusive, diferença de tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior. Faz soar a campainha) – Senador José Eduardo Dutra, prorroga a sessão por mais dez minutos, para que V. Ex^a conclua o seu pronunciamento, tendo em vista que ainda fará uso da palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, como último orador inscrito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Nabor Júnior. Procurarei concluir o meu pronunciamento em cinco minutos para dar oportunidade ao Colega.

Como eu dizia, o tratamento que o Congresso Nacional dá a dívidas é diferente a depender do credor. Ontem, esta Casa iniciou a discussão de proposta de emenda constitucional que estabelece o parcelamento do pagamento dos precatórios. Na verdade, o que o Congresso Nacional está fazendo – e que nós vamos votar a favor, porque sabemos que teremos que resolver essa bomba-relógio dos precatórios –, mas o nome disso causa urticária ao ser ouvido por alguns; o nome desta emenda constitucional é "mora-

tória constitucional"; é uma moratória com credores que não têm como se defender. Agora, quando o credor é o sistema financeiro, quando o credor é o banco, aí o Congresso Nacional coloca como prioridade absoluta. Aí não tem parcelamento, não tem moratória, não tem nada; aí é uma dívida, um pagamento que se sobrepõe inclusive a gastos na área social: são os juros. Aí não tem parcelamento.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, espero, sinceramente, que o que li nos jornais de ontem não aconteça. Espero que o Senado se disponha a debater a Lei de Responsabilidade Fiscal, para manter os seus pontos positivos – e existem vários pontos positivos –, mas, principalmente, considerando que é uma lei que trata da questão federativa de autonomia de Estados e Municípios. O Senado não pode votar em duas semanas uma matéria que a Câmara dos Deputados levou oito meses para fazê-lo, sob o risco de, mais uma vez, daqui a três, quatro, cinco ou seis meses acontecer o mesmo que aconteceu com a Lei Kandir; porque, depois, vimos vários Senadores que votaram a favor da Lei Kandir, que votaram a favor da urgência da Lei Kandir, reclamarem que aquela lei foi um absurdo, que trouxe prejuízo para os Estados, que tirou a autonomia dos Estados e coisas do gênero. Já vimos esse filme, até porque filmes de boa qualidade até assistimos mais de uma vez, mas filme de má qualidade, como é o caso, é recomendável que se assista apenas uma vez, e não se repita.

Espero que isso não venha a acontecer, embora não tenha muitas esperanças, até porque, como temos visto nesta Casa, nesses últimos cinco anos, os sinais que vêm do Palácio do Planalto são muito mais eficazes do que os outros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Tião Viana, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, no final desta sessão de sexta-feira, ocupo, com muita honra, a tribuna desta Casa, para debater um assunto que tem dominado os meios de comunicação e também para registrar a presença de um amigo e Deputado Estadual do meu Estado, Homero Neto.

Sr. Presidente, o assunto que passo a tratar refere-se à demissão do indigenista Orlando Villas Boas pelo Presidente da Funai. Para mim, não é surpresa essa atitude.

Desde que assumi o cargo de Senador da República pelo Estado de Roraima, tenho procurado fazer uma diagnóstico da realidade da Funai. Cheguei a apresentar um projeto propondo a sua extinção, por se tratar de um órgão ineficiente, tendo em vista a falta de cumprimento de seus ditames legais. Mas depois, talvez até pela minha formação de médico, concluí que havia feito um diagnóstico errado, e que o mal não estava na Funai. Ao contrário, a Funai estava sendo vítima de um ataque sorteiro e planejado por organizações não-governamentais, que sempre quiseram dominar as questões indígenas no País. E tanto fizeram, tanto trabalharam que hoje realmente a Funai não merece a credibilidade que deveria ter no seio das comunidades indígenas.

E, para nossa surpresa – e denunciei isso antes de sua nomeação – o atual Presidente é um preposto indicado e apoiado pelas organizações não-governamentais, que dizem cuidar da causa indígena. Eu as chamo de gigolôs da causa indígena.

O Dr. Marés, ao assumir, demitiu alguns funcionários sem mais nem menos, procurou não fazer efetivamente uma tomada de posição e de reconhecimento da situação da causa indígena. No caso do indigenista Orlando Villas Boas, chamo a atenção da Nação para o despreparo do atual Presidente para dirigir um órgão de tamanha importância.

Causam-me espanto as manchetes de três jornais diferentes sobre o assunto. O Jornal **O Globo** diz: "Dias critica demissão de Villas Boas", isto é, o chefe do Presidente da Funai alega que o Presidente da Funai foi infeliz. Segundo **O Estado de S.Paulo**, o Ministro José Carlos Dias diz que o Presidente da Funai foi infeliz e que, se fosse um diplomata, estaria no Itamaraty. Pelo que sei, ele é um jurista e não deveria, portanto, estar na Funai. No jornal **Folha de S.Paulo**, a manchete diz "Funai errou ao demitir por fax, diz Dias".

O Presidente da República, chefe do Ministro que reconheceu o erro, como prêmio de consolação convida o Dr. Villas Bôas para fazer parte do Conselho Indigenista – que, na verdade, não funciona e nem existe – e para participar das definições da política indigenista no País.

No artigo do **Jornal do Brasil**, há a afirmação categórica "Marés não será demitido". Apesar dos erros cometidos, da deselegância e do despreparo demonstrado, ele não será demitido exatamente por ser patrocinado e apoiado pelas ONGs. Se fosse um funcionário qualquer de carreira da Funai que tivesse cometido tamanho pecado, já estaria demitido. Mas esse não é o pecado maior que chama a atenção da Nação. Pecados outros ele vem cometendo com inúmeras questões no Brasil afora. No meu Estado, por

exemplo, ele readmitiu um administrador da Funai que tinha sido demitido por gestão inadequada, atendendo exatamente a uma solicitação de organizações não-governamentais, mais especificamente do Cimi.

Embora já tenha denunciado o fato na semana passada e enviado ofício ao Presidente da Funai e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, o Coordenador da Funai em Roraima, volto a dizer que o Sr. Walter Blós está participando de um verdadeiro incitamento de indígenas em várias localidades, principalmente na Região Raposa Serra do Sol e na região do Piú, no Município do Alto Alegre, fazendo com que os índios façam barreiras impedindo o livre trânsito, a possibilidade de ir e vir inclusive de outros índios que não estejam de acordo com a orientação do Conselho Indigenista Missionário. O Presidente da Funai sabe desse fato – já o relatei para ele pessoalmente –, e nenhuma providência foi tomada.

Reitero o apelo que fiz ao Presidente da República para que – no ano em que vamos comemorar 500 anos do descobrimento, quando se fala muito sobre dar algum resgate aos nossos índios – Sua Excelência faça uma grande demonstração de apreço aos nossos índios, demitindo esse Presidente da Funai e nomeando para aquele órgão um índio, porque temos muitos índios preparados. Há índios advogados, antropólogos, engenheiros agrônomos. Conheço vários deles. Trata-se de índios que, efetivamente, têm o domínio da questão indígena porque eles próprios nasceram, viveram e vivenciam a questão. Sua Excelência deveria aproveitar esse ato de desacerto e de descompasso do atual Presidente da Funai, demitindo-o e nomeando um índio no dia 22 de abril, para, assim, virarmos uma página na história da Funai e da política indigenista no País.

Registro esse apelo, essa denúncia e, ao mesmo tempo, peço ao Sr. Ministro da Justiça que tome providências com relação à atuação de algumas organizações não-governamentais no meu Estado de Roraima que, por intermédio do próprio coordenador da Funai, estão praticando verdadeira guerra entre grupos de índios e fazendo com que vivamos um clima de instabilidade, de verdadeiro terror no nosso Estado.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, se efetivamente o Dr. Marés for mantido na Presidência da Funai, teremos comprovado que quem manda no Brasil e na questão indígena são as ONGs, as organizações não-governamentais, que estão infiltradas como metástases naquele órgão.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO:



RÁDIOBRAS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.
Presidência da República
Secretaria de Estado de Comunicação de Governo

MÍDIA IMPRESSA

JORNAL	JORNAL DO BRASIL	DIA	04	MES/ANO	FEV/00	CADERNO	10	PÁGINA	6-4
--------	------------------	-----	----	---------	--------	---------	----	--------	-----

Marés não será demitido

FRANCISCO LEALI

BRASÍLIA - O ministro da Justiça, José Carlos Dias, garantiu ontem que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Frederico Marés, não será demitido. Dias admitiu que Marés agiu de forma errada no episódio da demissão do indigenista Orlando Villas Bôas, que ficou sabendo de sua exoneração de um cargo de confiança por fax. "Houve uma falha de comunicação, que não significa má fé. As pessoas erram", disse o ministro. Dias elogiou o trabalho de Marés da presidência da Funai. "Não penso em demiti-lo. Ele está fazendo um bom trabalho", afirmou. "Basta não estar se falando mal da Funai que já é uma grande coisa", acrescentou, referindo-se ao fato de a instituição ter deixado de aparecer na imprensa durante a

gestão de Marés envolvida em escândalos. Nem mesmo o fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter ligado para o indigenista se desculpando do episódio serve, segundo o ministro, como motivo para sustentar a demissão do presidente da Funai. "Ele (Marés) não foi feliz. Se fosse um grande diplomata, estaria no Itamaraty", comentou. O presidente da Funai avisou Villas Bôas por fax de sua exoneração do cargo de confiança na direção da Funai com direito a gratificação.

Dias tentou minimizar as críticas de Marés contra Villas Boas publicadas ontem no JORNAL DO BRASIL. Anteontem, o presidente da Funai havia dito que Villas é quem deveria se sentir constrangido pelo fato de receber salário sem trabalhar. "O que ele quis dizer foi que é um constrangimento para uma pessoa como

Villas Bôas ter seu nome exposto", argumentou o ministro.

O ministro explicou que Villas Bôas havia sido beneficiado com uma gratificação por cargo de confiança como forma de compensar o valor reduzido de sua aposentadoria. "Como não é normal ter cargo para receber esse problema de aposentadoria a solução foi conceder uma pensão vitalícia que iria suprir os vencimentos da gratificação", argumentou o ministro. Villas Bôas recebe pensão especial de R\$ 1.316,00 e perdeu a gratificação pelo cargo de assessor especial da Funai, de R\$ 1.300,00.

José Carlos Dias informou que Villas Bôas continua convidado para participar de um conselho indigenista, que será reativado pelo governo. O ministro reconheceu que Villas Bôas não aceitou o convite, alegando dificuldades para se locomover até Brasília.

JORNAL	G ESTADO DE S. PAULO	DIA	4	MES/ANO	FEV. 2000	CADERNO	4	PÁGINA	14
--------	----------------------	-----	---	---------	-----------	---------	---	--------	----

Villas Bôas fará parte de Conselho Indigenista

ANTONIO XIMENES

Especial para o Estado

Osertanista Orlando Villas Bôas disse ontem que decidiu aceitar o convite feito pelo ministro da Justiça, José Carlos Dias, para fazer parte de um Conselho Indigenista da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Fiquei sensibilizado com o telefonema do presi-

dente Fernando Henrique Cardoso e com as mensagens de apoio de vários setores da sociedade."

No dia 25, o presidente da Funai, Frederico Marés Filho, demitiu por fax o sertanista. No documento, o dirigente dizia que lamentava ter de solicitar o cargo de Villas Bôas de assessor da presidência, porque o sertanista não poderia acumular be-

nefícios, já que havia recebido uma pensão vitalícia do governo no ano passado. O salário de Villas Bôas era de pouco mais de R\$ 1.300.

A volta de Villas Bôas não significa que ele concorda com a atual política indigenis-

ta praticada pela diretoria do órgão, que ajudou a fundar em 1965. "Estou velho: sinto o corpo cansado, mas, em defesa da causa indígena, vou até o fim. Sou feito da mesma fibra do marechal Rondon, não vou desistir agora nem nunca. Acredito que o índio brasileiro precisa de um tratamento melhor, o que não está ocorrendo no momento."

Ânimo - O sertanista destacou ainda que o telefonema do presidente da República pedindo desculpas lhe devolveu o ânimo que quase havia perdido depois que foi demitido por fax. "Cheguei a pensar que toda a minha vida de dedicação aos índios tinha sido em vão, mas depois, com a solidariedade recebida, percebi que ainda tenho o que fazer pelos meus irmãos que estão cada vez mais abandonados."

Colaboraram para o retorno de Villas Bôas o apoio do cacique Aritana, chefe dos

iualapitis no Xingu, bem como a indignação demonstrada por Piracumá, irmão de Aritana, e coordenador administrativo do Parque Nacional Indígena do Xingu. "O meu povo sabe o que eu e os meus irmãos fizemos para criar a reserva e não permitir que os fazendeiros tomassem conta da região", observou Villas Bôas.

O pai de Aritana e Piracumá é Paru, um velho cacique que desde os anos 50 cultiva um estreito relacionamento com os irmãos Villas Bôas.

Na tradição oral dos índios do Brasil Central, especialmente das 11 nações xinguanas, os Villas Bôas são considerados filhos ilustres da terra. Tanto Cláudio como Leonaldo, ambos já falecidos, foram homenageados em 1998 com Quarups (ritual de despedida dos mortos) na aldeia

dos camaiurás. Desde então, na cultura local, e especialmente entre os mais jovens - como Tapi, filho de Aritana -, Orlando é o último dos brancos que têm uma linha direta com os seus antepassados. São esse laços que fazem do sertanista um dos mais conceituados mediadores entre as tribos da região, um universo de cerca de 9 mil índios nem sempre pacífico.

Cartas - O sertanista vai enviar cartas de agradecimento ao ministro do Desenvolvimento Agrário, Raúl Jungmann, ao secretário de Comunicação do governo, Andréa Matarazzo, e ao ministro Dias pelos convites que recebeu logo após a sua demissão. "Todos foram muito corretos e manifestaram que a atitude do senhor Marés foi, no mínimo, indelicada."

FOLHA DE S. PAULO	DIA 4	MES/ANO FEV. 2000	ERNC 1	PAGINA 6
-------------------	----------	----------------------	-----------	-------------

Funai errou ao demitir por fax, diz Dias

da Sucursal de Brasília

O ministro da justiça, José Carlos Dias, afirmou que o presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Frederico Mares de Souza Filho, errou ao demitir o sertanista Orlando Villas Bôas da entidade por fax.

Apesar dessa crítica, Dias disse que pretende manter Mares no cargo. "As pessoas erram. Não penso em demiti-lo, mas está fazendo um trabalho único na Funai", afirmou o ministro.

Para justificar o elogio a seu subordinado, o ministro disse que "só o rato de não se ouvir falar na Funai já demonstra o bom trabalho". Segundo Dias, "bá muio pouca gente apta" a assumir o cargo de presidente da fundação.

O ministro disse que Marés "não foi feliz" no episódio da demissão de Villas Bôas, mas que espera "que tudo isso seja digerido". Segundo ele, embora a maneira de comunicar a demissão tenha sido errada, o desligamento de Villas Bôas era necessário.

Dias reconheceu que a "exposição" a que o indigenista foi submetido foi "constrangedora", mas salientou o fato de que, em seguida, ele foi convidado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a fazer parte de um novo conselho indigenista, que será subordinado ao seu ministério.

"É importante ter pessoas emblemáticas colaborando com o governo", afirmou o ministro.

O indigenista havia sido contra-

tado para um cargo comissionado na Funai como maneira de complementar sua aposentadoria, considerada muito baixa.

No ano passado, foi sancionada uma lei que estabelece uma pensão vitalícia para Villas Bôas, 86, por seus serviços prestados à causa indígena brasileira.

A lei também determinava que o sertanista não poderia acumular nenhum pagamento como funcionário público.

Quem é Villas Bôas

Orlando Villas Bôas nasceu em 12 de janeiro de 1914 em Botucatu (225 km a noroeste de São Paulo). Jovens escriturários, ele e os irmãos Cláudio e Leonaldo decidiram, no fim de 1943, integrar a ex-

pedição Roncador-Xingu, criada e patrocinada pelo então presidente Getúlio Vargas.

A expedição tinha o objetivo de abrir caminho para a ocupação da região Oeste do Brasil e estabelecer uma ligação pelo interior entre São Paulo e Manaus; partiu do Rio das Mortes (Mato Grosso).

Depois de 24 anos, a expedição Roncador-Xingu deixou em seu rastro 35 cidades novas, 19 campões de pousos, dos quais 4 se tornaram bases militares, e o Parque Nacional do Xingu, criado em 1961 com autorização do então presidente Jânio Quadros.

Orlando e Cláudio foram indicados duas vezes para o Prêmio Nobel da Paz — em 71 e em 75.

JORNAL	G ESTADO DE S. PAULO	DIA	4	MESANCO	FEV. 2000	CADERNO	4	PAGINA	14A
--------	----------------------	-----	---	---------	-----------	---------	---	--------	-----

Presidente da Funai foi infeliz, diz ministro

Segundo José Carlos Dias, Marés falhou na comunicação da demissão de Villas Bôas

EDSON LUIZ

BRASÍLIA - O ministro da Justiça, José Carlos Dias, afirmou ontem que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Frederico Marés Filho, falhou na comunicação da demissão do sertanista Orlando Villas Bôas. Segundo Dias, Marés também teria sido infeliz em suas declarações sobre o episódio, considerado pelo presidente da Funai como um fato "pequeno". "Ele não foi feliz", admirou o ministro.

Mas, por enquanto, dentro do Ministério da Justiça, não existe nenhuma determinação superior para que Marés seja demitido, apesar de o Palácio do Planalto ter-se sentido constrangido com a demissão do sertanista. Tanto é que o presidente Fernando Henrique

Cardoso telefonou para Villas Bôas pedindo desculpas pela forma como foi informada sua demissão.

"Se ele (Marés) fosse um diplomata, estaria no Itamaraty e não na Funai", afirmou José Carlos Dias, garantindo que seu subordinado permanece no cargo, em que tem feito um bom trabalho em três meses de gestão. "Basta não se ouvir mais falar na Funai para mos- trar para os sertanistas", justificou o ministro.

Segundo Dias, Criando Villas Bôas deve mesmo fazer parte do Conselho Indigenista que está sendo criado dentro da própria Funai. Ao ministro da Justiça, o sertanista, de 66 anos, afirmou que não poderia sair constantemente de São Paulo para participar das reuniões do conselho. "Falei para ele que poderia coabitar na medida do possível,

fazendo pareceres, relatórios ou estudos sobre a causa indígena", contou Dias.

Telefonema - O ministro afirmou que a decisão de telefonar para Orlando Villas Bôas partiu dele próprio, independentemente da ligação feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Não havia nada tratado", afirmou Dias, ressaltando que o sertanista recebeu os telefonemas com satisfação.

No Ministério da Justiça há uma corrente de fortalecimento

de Marés depois do episódio da demissão de Villas Bôas. Ontem, pouco depois da solenidade de posse do diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), assessores de Dias voltaram a distribuir cópias do decreto que estipula a pensão vitalícia para o sertanista.

MINISTRO
TELEFONOU
PARA
SERTANISTA

JORNAL	O GLOBO	DIA	04	MESANCO	FEV/00	CADERNO	10	PAGINA	7 - D18
--------	---------	-----	----	---------	--------	---------	----	--------	---------

Dias critica demissão de Villas Bôas

Ministro acusa que presidente da Funai foi infeliz, mas não agiu de má-fé, e defence seu trabalho

• BRASÍLIA. O ministro da Justiça, José Carlos Dias, censurou ontem a maneira deselegante com que o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Marés, demitiu o sertanista Orlando Villas Bôas, através de um fax, mas decidiu manter Marés no cargo, por considerá-lo um excelente técnico. Ele acha que Villas Bôas, por ser uma figura emblemática da nação pelos serviços prestados à causa indígena, não deveria ter sido exposto a uma situação constrangedora.

— Houve uma falha indiscutível de comunicação. Ele (Marés) não foi feliz. Mas não agiu

de má-fé. As pessoas erram — contemporizou o ministro.

Presidente da Funai não faz autocrítica de seu gesto

Seguro do seu gesto, Marés reafirmou seu gesto e disse que não se arrepende. Villas Bôas, de 86 anos, mora em São

Paulo, após 56 anos de serviços à causa indígena e recebia da Funai um DAS-2 no valor de R\$ 1.300, que acumulava com uma pensão especial vitalícia, aprovada no ano passado pelo Congresso, de R\$ 1.316. Segundo Marés, a lei proíbe o acúmulo de pensão com outra remuneração pública.

— Qual o meu erro nisso?

Não faço reparo algum. Não vou fazer concessões ilegais por se tratar de um ícone nacional. Se não fosse para fazer uma administração correta sequer teria assumido o cargo — disse ele, que foi indicado pela primeira dama Ruth Cardoso.

Segundo Dias, apesar do erro, Marés está fazendo "um trabalho magnífico" na Funai, que honra a tradição de Villas Bôas, fundador da autarquia. O ministro lembrou que Marés resolveu recentemente um conflito indígena na Bahia, em que havia militares mantidos reféns pelos índios.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2000

Solicita informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sr. Martus Tavares, sobre os documentos "Documento de País" do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e "Estratégia de Assistência ao País" do Banco Mundial (BIRD).

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Senhor Martus Tavares, pedido de cópias dos documentos "Documento de País" (Country Paper) de autoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do "Estratégia de Assistência ao País" (Country Assistance Strategy) de autoria do Banco Mundial (BIRD).

O Bird e o BID estabelecem as suas políticas de financiamento e assistência através da elaboração desses dois documentos sobre a situação macro-econômica em cada país. Descrevem a estratégia e as prioridades de cada um dos dois bancos para os empréstimos que serão concedidos, nesse caso, ao Brasil. Esses documentos contêm, portanto, os planos para operações de crédito relacionadas com as reformas econômicas ou ajustes estruturais e projetos de investimentos nas diversas áreas, inclusive nas áreas sociais (agricultura, infra-estrutura, reforma agrária, meio ambiente, educação, saúde, etc.).

Esses documentos são de responsabilidade dos referidos bancos, mas são elaborados dentro de um processo de negociação com o Governo Federal. Apesar desse processo de negociação não incluir debates com o Legislativo, é prerrogativa do Senado Federal analisar e deliberar sobre empréstimos internacionais, resultantes das estratégias políticas estabelecidas a partir desses dois documentos. A versão final desses transforma-se nas principais referências para as concessões de empréstimos pelo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Brasil, os quais deverão ser analisados e fiscalizados pelo Senado Federal.

Diante da importância do "Documento de País" (BID) e do "Estratégia de Assistência ao País" (BIRD), solicito seja encaminhado ao Senhor Ministro Martus

Tavares pedido de cópias dos mesmos para estudos e análises também pelo Senado Federal.

Brasília, 4 de fevereiro de 2000. – Senadora **Heiloísa Helena**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O requerimento lido será despachado à Mesa, para decisão, nos termos do inciso III, art. 216, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – O Senador Francelino Pereira enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG). Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, encerrou-se no último fim de semana a 3ª Mostra de Cinema da cidade histórica de Tiradentes, promovida com grande sucesso pelos jovens empreendedores Raquel Hallak d'Angelo e Quintino Vargas, entre os dias 21 e 29 de janeiro, com o patrocínio da empresa de telecomunicações Telemar, cujo presidente, Ivan Ribeiro de Oliveira, acompanhou diretamente o festival.

Na condição de relator e representante da Comissão Especial do Cinema no Senado Federal, presidida pelo nobre Senador José Fogaça, tive a honra de presidir as sessões de abertura, no dia 21, e de encerramento, no dia 29 de janeiro, da 3ª Mostra de Tiradentes, ali permanecendo, nos dois fins de semana, para acompanhar os eventos.

Com o crescimento de sua estrutura em mais de 50% em relação ao ano passado, a 3ª Mostra tornou-se, este ano, o maior espaço dedicado exclusivamente ao cinema brasileiro. Cento e dezesseis produções em película ou em vídeo foram mostradas em Tiradentes, distribuídas em 35 longas, 42 curtas e 39 vídeos.

Foram oferecidas cinco oficinas de cultura, com o propósito de estimular o processo vocacional dos participantes e fomentar o treinamento de mão-de-obra direcionada para a indústria cinematográfica.

Cento e oitenta alunos dessas oficinas receberam certificados, 30% a mais do que no ano passado, distribuídos nos seguintes cursos: introdução à realização de vídeo, à realização de documentário cinematográfico, interpretação de ator para cinema, interpretação de ator para adolescente, e oficina de cinema digital.

Uma das novidades da 3ª Mostra foi a introdução de votação para eleger o melhor longa-metragem, o melhor curta-metragem e o melhor vídeo pelo júri popular.

Foram eleitos o longa "Nós que aqui estamos por vós esperamos", de Marcelo Masagão, o curta "O

oitavo selo", de Tomás Enrique Creus e o vídeo "Água benta, fé ardente; água ardente, fé benta", de João Luiz Dornelas e Armando Mendes.

Nada menos do que 25 mil pessoas estiveram na Mostra, 120% a mais do que na edição anterior. O número de leitos para acomodar toda essa gente pulou de 900 para dois mil. A cidade viveu nove dias de festa e esplendor.

Na sua fala de encerramento, Raquel Hallak D'Angelo, coordenadora do evento, declarou:

"Há três anos, quando chegamos a Tiradentes com a primeira edição da Mostra de Cinema, fomos recebidos com entusiasmo pelos moradores da cidade, comerciantes e dirigentes locais. Eles sabiam que a união dos atrativos naturais da charmosíssima Tiradentes com um trabalho sério de difusão do cinema brasileiro só poderia trazer benefícios, tanto para a economia da cidade como para a cultura nacional."

Dois impactos da Mostra de Tiradentes, um externo e outro interno, são visíveis. O impacto externo foi o de equilibrar melhor a geografia do cinema no território do País. Ela coloca Minas Gerais, seguramente, no mapa da cinematografia brasileira. À maneira de Gramado, no Rio Grande do Sul, Tiradentes já se transformou noutro ponto de referência para o cinema nacional.

Internamente, a Mostra de Tiradentes está tendo o salutar efeito de levar o cinema de volta ao interior e à praça pública, a céu aberto, até em dia de chuva como ocorreu durante o festival. Ela está se desdobrando numa itinerância por outras sete cidades de Minas ligadas à história do cinema, como Ouro Preto e Cataguases. Este será um novo calendário de eventos, o 1º Circuito de Cinema em Minas, mais uma iniciativa de entretenimento e cultura para as cidades do interior.

A eficiência, a ampla divulgação, a seriedade e a clareza de princípios com que a Mostra de Tiradentes vem sendo conduzida anualmente atraíram à cidade importantes produtores, diretores, investidores, grandes atores e atrizes que apresentavam os filmes e abriam os painéis de discussão.

Muitos organizadores dos mais importantes eventos audiovisuais do País reuniram-se em Tiradentes, empenhados na instituição do Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros.

A "Carta de Tiradentes", por eles redigida, é, na avaliação de Raquel Hallak D'Angelo, "um valioso documento que busca aproximar ainda mais os realizadores de mostras e festivais de cinema, vídeo e multimídia, dos órgãos de governo federal responsáveis pela regulamentação e incentivo da produção audiovisual."

Esta carta me foi entregue para o necessário encaminhamento à Comissão Especial do Cinema no

Senado Federal e à Secretaria para o Desenvolvimento do Audiovisual do Ministério da Cultura, órgãos responsáveis pelos pleitos nela.

Sr. Presidente, tendo em vista a relevância do evento, estou encaminhando à Mesa, para consideração deste Plenário, requerimento em que solicito a consignação de um Voto de Aplauso para a 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes.

Muito obrigado.

ANEXO 1

Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros

CARTA DE TIRADENTES

Senador Francelino Pereira

Tiradentes, 24 de janeiro de 2000

Os organizadores de festivais audiovisuais brasileiros (cinema, vídeo, multimídia e outras linguagens), reunidos na 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes – MG, decidem lançar o Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros e eleger a sua primeira diretoria durante a realização do 4º Festival de Cinema do Recife, em março próximo.

Trata-se de uma entidade representativa do setor, juridicamente estabelecida, que surge para articular e fortalecer os eventos audiovisuais no exato momento em que todos os segmentos do audiovisual brasileiro buscam um envolvimento direto no processo de readequação estratégica e operacional que o mercado vem estabelecendo. O quadro de transição por que passa a atividade audiovisual no Brasil exige uma participação efetiva, eficiente e organizada de todos os setores profissionais envolvidos no seu desenvolvimento. Neste sentido, a criação do Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros insere os festivais neste contexto de mudanças, conferindo-lhes um papel de fundamental importância.

Entendemos que o milênio que se inicia está reservado aos núcleos profissionais que tiverem condições de atuar através de ações consorciadas, coletivas, pautadas em parcerias sólidas e interesses comuns, independentemente das suas características próprias, seus perfis particulares e da sua capacidade de viabilizar seus projetos individualmente.

Através do Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros será possível discutir e encaminhar os grandes temas de interesse dos festivais, dando a visibilidade e a consistência necessárias para o sucesso e alcance dos seus objetivos.

Por fim, vale destacar o relevante papel destes eventos na matriz audiovisual brasileira. Por intermédio dos festivais, é possível ampliar o acesso do público às produções nacionais, formar novas platéias, divulgar as obras audiovisuais brasileiras, criar modelos alternativos de exibição, estimular o surgimento de novos talentos e a produção de novas obras, promover a atividade, facilitar o contato do público com seus ídolos, lançar filmes e novos produtos, discutir a atividade através de seminários e **workshops**, promover o intercâmbio, integrar as chamadas "janelas" de exibição, agregar valor às obras audiovisuais, capacitar e aprimorar profissionais, inserir, expandir e consolidar o mercado para o produto nacional, tanto no Brasil como no exterior, abrir espaço para a realização de negócios, dentre outras iniciativas.

Para o pleno desenvolvimento da atividade, faz-se necessária:

1 – A extensão aos festivais audiovisuais brasileiros do benefício de 100% concedido aos patrocinadores, previsto na Lei nº 9.874, de 23-11-99, para as áreas de artes cênicas, livros de valor artístico, música erudita ou instrumental, circulação de exposições de artes plásticas e doações de acervos para bibliotecas e museus.

2 – A indicação de um representante dos festivais para integrar a Comissão Nacional de Cinema.

3 – A realização de uma audiência pública da Comissão Especial do Cinema Brasileiro do Senado com representantes dos festivais.

4 – A manutenção e a definição de critérios do apoio financeiro concedido pela Secretaria do Audiovisual aos festivais.

O Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais Brasileiros será um instrumento capaz de colocar os festivais entre os setores protagonistas da indústria audiovisual brasileira.

Atenciosamente,

Raquel d'Angelo
Mostra de Cinema de Tiradentes - MG

Olavo Lourenço
Festival de Cinema Nacional de Recife - PE

Joelma Ribeiro
Vitória Cine Vídeo - ES

Michael C. Ruff
Festival de Cinema de Gramado - RS

Olavo Lourenço
Festival de Cinema e Vídeo de Cuiabá - PR

Herculeo
Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo

Encerramento

ANEXO 2

Raquel Hallak d'Angelo
Coordenadora-Geral da Mostra
de Cinema de Tiradentes

Há três anos, quando chegamos a Tiradentes com a primeira edição da Mostra de Cinema, fomos recebidos com entusiasmo pelos moradores da cidade, comerciantes e dirigentes locais. Eles sabiam que a união dos atrativos naturais da charmosíssima Tiradentes com um trabalho sério de difusão do cinema brasileiro só poderia trazer benefícios, tanto para a economia da cidade como para a cultura nacional.

Hoje, no encerramento de mais uma versão do evento, nós podemos dizer, com convicção, que a resposta que tivemos em apenas três anos já supera as expectativas.

Do ponto de vista da cidade, basta dizer que, de um ano para outro, o número de leitos disponíveis para acolher os turistas pulou de 900 para 2 mil, segundo levantamento da Associação Comercial. Do ponto de vista da Universo Produção, realizadora da mostra, o sucesso pode ser medido pelo aprimoramento do conceito da mostra; pelas 25 mil pessoas que passaram pela cidade nestes 9 dias. Isto representa 120 por a mais que a edição anterior.

Aperfeiçoando nosso papel de estimuladores do cinema nacional, ampliamos não só o número de filmes e de sessões, mas também os pontos de exibição, concretizando o sonho de levar o cinema à praça, de aproxima-lo ainda mais do público.

É esta idéia, que encontrou nos líderes políticos, como o Senador Francelino Pereira e o Governador Itamar Franco grande aliados – que declararam seu apoio incondicional ao projeto. Esta idéia tão bem-vinda será expandida, ainda este ano, com a mostra itinerante que percorrerá diversas cidades do interior mineiro.

É uma honra para a Universo Produção poder estar à frente de um projeto como este, reflexo direto da credibilidade que conquistamos e do voto de confiança dado mais uma vez pelo nosso patrocinador, a Telemar, que nos acompanha com a mesma convicção desde a primeira edição da mostra.

Esta seriedade e clareza de princípios leva a Mostra de Cinema a dar este ano mais um passo histórico, com a reunião aqui em Tiradentes, neste janeiro de 2000, dos organizadores de alguns dos mais importantes eventos audiovisuais do País.

Desse encontro nasce a Carta de Tiradentes, um valioso documento que busca aproximar ainda mais os realizadores de mostras e festivais de cine-

ma, vídeo e multimídia, dos órgãos do governo federal responsáveis pela regulamentação e incentivo da produção audiovisual, e que nesta noite entregamos para o Senador Francelino Pereira, relator da Comissão Especial do Cinema e grande entusiasta do cinema nacional.

Temos certeza de que, com isso, quem ganha é o cinema nacional. E, naturalmente, o público – prova de que o interesse pelo cinema brasileiro sobrevive até debaixo d'água.

Obrigada a todos que nos ajudaram a viabilizar esta terceira edição.

Ao cinema nacional nosso reconhecimento público e engajamento para vê-lo ocupando o espaço que lhe é devido: o Brasil.

Muito obrigada. Até janeiro de 2001.

ANEXO 3

Ao Povo do Cinema

Com grande repercussão na mídia de todo o País, a Comissão Especial do Cinema, instalada em junho de 1999 no Senado Federal, trabalha com o objetivo de propor soluções para os problemas do cinema brasileiro. Ela ouve o **povo do cinema**, os investidores e agentes do governo, em busca do diagnóstico certo, de alterações indispensáveis na legislação e de definição de uma política pública de fomento à atividade cinematográfica.

A Comissão Especial coloca o Senado Federal no drama e nos meandros do cinema, dando-lhe o conhecimento do que se passa nos vários Estados e pólos de atividade, e se dispondo a prestar, simultaneamente, apoio institucional para a solução de problemas sabidamente recorrentes e complexos.

Por ser uma iniciativa que ganhou repercussão nacional, a Mostra de Cinema de Tiradentes está entre os grande eventos culturais, como os festivais e mostras realizados em vários pontos do País.

Se há um ano, a intenção era inscrever a Mostra na agenda anual do cinema, podemos dizer que a cidade histórica de Tiradentes chegou lá. Mais do que isso, esse privilegiado espaço de exibição, de debate e de popularização do cinema coloca Minas Gerais no circuito nacional da indústria cultural cinematográfica.

Senador Francelino Pereira, Relator da Comissão Especial do Cinema – Senado Federal.

3ª Mostra de Cinema de Tiradentes

FICHA TÉCNICA

Idealização e Realização:	Universo Produção
Coordenação Geral:	Raquel Hallak d'Angelo
Coordenação Técnica:	Quintino Vargas Neto
Coordenação Logística:	Fernanda Hallak d'Angelo
Curadoria de Vídeos:	Roberto Moreira S. Cruz
Curadoria de Vídeos:	Roberto Moreira S. Cruz
Produção:	Tarcísio Neves, Mônica d'Angelo Braga, Rômulo Moreira, Patrícia Rezende, Michele Soares d'Angelo, Diogo Ferreira, Gabriel Moisés S. Hallak.
Assessoria de Imprensa:	Sérgio Stockler e Roberta Canuto
Fotografia:	Leonardo Lara
Projeção 35mm e 16mm:	José Luiz de Almeida
	Alltech Comércio e Manutenção de Equipamentos
Sonorização:	Som Melhor
Filmagem:	Olhar XXI
	Today Vídeos
Projeto Gráfico:	Holograma Estúdio de Criação

Comissão Especial do Cinema – Senado Federal

Presidente:	Senador José Fogaça
Relator:	Senador Francelino Pereira
Assessores:	João da Silveira e Ana Jardim

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 28 minutos.)

(OS 10755/2000)

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)**

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

PSDB

1. Geraldo Melo

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

1. Geraldo Cândido

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL

1. Darci Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

Suplentes

1. Aracely de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

PMDB

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

1. Alberto Fraga
2. Euler Morais
3. Pedro Chaves

PSDB

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

PT

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

PPB

1. Márcio Reinaldo Moreira

1. Roberto Balestra

PTB

1. Luiz Antônio Fleury

1. Magno Malta

PDT

1. Celso Jacob

1. Fernando Coruja

1. José Antonio

1. Agnelo Queiroz

1. Clementino Coelho

1. Márcio Bittar

BLOCO, PSB, PC do B

(I) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

- 1 José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
	- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
	- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
	- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
	- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
	- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
	- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77. RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
 Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2081/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(I) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
 Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPINO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfiliou-se do PSDB em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES - PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(4) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ-2431/37

GERALDO CÁNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfiliou-se do PSDB, em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

**PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)**

TITULARES

JOSÉ FOGAÇA	RS- 1207/1607
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17
TEOTÔNIO VILELA (3)	AL- 4093/95
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ- 4229/30
PAULO GOMES (1)	PA-3050/4393
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilhou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado em 20.01.2000

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

**SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUÇÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
PAULO VIEIRA	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES	MEMBROS SUPLENTES
--------------------------	--------------------------

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGACA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

- | |
|--------------------------------------|
| * Gabinetes localizados no Anexo III |
| # Gabinetes localizados no Anexo II |

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.

Preço por exemplar: R\$ 65,00

Taxa de Postagem: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/sepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esse CD-ROM:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASILIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803, Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duante Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS